

fundamentos

ANO III • Nº 17 • JANEIRO 1951

LIBERTAÇÃO NACIONAL

★
SOBRE ALGUMAS QUESTÕES DE LINGUÍSTICA

J. STALIN

★
A VIDA HERÓICA DE LUÍS CARLOS PRESTES

JACOB GORENDER

★
A ESTÉTICA À LUZ DO MARXISMO

RODOLFO GHIOLDI

ESCREVEM NESTE NÚMERO:

AFONSO SCHMIDT, ANTONIETA
DIAS DE MORAIS, ISAAC AKCEL-
LUD, MOACIR WERNECK DE
CASTRO, RIVADAVIA MENDON-
ÇA, WOLNEY RABELO, JORGE
MEDAUAR.

★
EDITORIAL DA «REVISTA DO
CLUBE MILITAR» — CAIÇARA
— DODECAFONISMO.

PREÇO: CR\$ 4,00

REVISTA DE CULTURA MODERNA

FUNDADOR
MONTEIRO LOBATO



fundamentos

ANO III * N.º 17 * JANEIRO 1951

COMISSÃO DE REDAÇÃO: Afonso Schmidt, Artur Neves, Caio Prado Junior, J. E. Fernandes, J. Vilanova Artigas, Rivadavia Mendonça e Rui Barbosa Cardoso.

★

FUNDAMENTOS não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em trabalhos assinados. Não devolve originais.

★

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Barão de Itapetininga, 275 — 9.º — S. 96 — S. Paulo.

★

DIRETOR RESPONSÁVEL: Rui Barbosa Cardoso.

Luis Carlos Prestes
Jacob Gorender
Rivadavia Mendonça

Afonso Schmidt
Isaac Akcelrud

Mario de Andrade
Jorge Medauar
Antonieta D. Moraes Silva
J. Stálin

Rodolfo Ghioldi
Wolney Rabelo
Moacir Werneck de Castro

Camargo Guarnieri

Nelson dos Santos

Rodolfo Nani

Editorial	3
Manifesto de 1.º de Agosto	4
A vida heroica de Luis Carlos Prestes	9
O Problema camponês e o Manifesto de Prestes	15
O Sobretudo	16
A revolução brasileira e a batalha das idéias	18
O processo contra Prestes	20
Acalanto para Luis Carlos	23
Pelos caminhos do Manifesto	23
Nove estrelas vermelhas	24
Sobre algumas questões de linguística	25
A estética à luz do marxismo	29
Fascismo de calças listadas	36
A ofensiva ideológica norte-americana	37
Editorial da «Revista do Clube Militar»	38
O 71.º aniversário de Stálin	40

NOTAS E NOTÍCIAS

A derrota dos intelectuais do anti-comunismo nas eleições	40
II Congresso Brasileiro dos Patidários da Paz	41
O Manifesto do II Congresso Mundial da Paz	41
A invasão policial na redação de FUNDAMENTOS	42
O prêmio à taicão	42
A A. B. D. E. e a luta dos escritores	43

MÚSICA

Carta aberta aos músicos	44
------------------------------------	----

CINEMA

CAIÇARA — Negação do cinema brasileiro	b5
O desenvolvimento do cinema rural na Polónia	46
Os festivais de cinema	46

REVISTAS

Anhembi	47
-------------------	----

REVISTA DE CULTURA MODERNA

UNDADOR
MONTEIRO LORATO

LIBERTAÇÃO NACIONAL

FUNDAMENTOS sente-se honrada em abrir as páginas do presente número para apresentar um documento de tão grande importância na vida e nas lutas de nosso povo, como é o Manifesto de 1.º de Agosto, lançado por Luís Carlos Prestes, o grande líder libertador brasileiro. Esta nossa iniciativa visa levar aos milhares de leitores da revista a palavra esclarecida e orientadora da histórica proclamação política, palavra tão necessária a todos que desejam tomar posição diante dos acontecimentos que se desenrolam em nossa Pátria.

Lançado em agosto, já podia o Manifesto de Prestes estar publicado pelo menos no número anterior de FUNDAMENTOS, mas esta falha resultou de algumas das deficiências materiais de que se resente uma revista que, como a nossa, se coloca na vanguarda das lutas do povo e não conta com os recursos amplos das publicações que estão no campo da traição aos interesses populares. Com o Manifesto era necessário publicar também alguma matéria relacionada com a vida e as lutas de seu legendário autor, como também relacionada com alguns dos principais temas tratados no seu texto.

É este o motivo por que somente agora apresentamos um número dedicado ao nosso grande líder Luís Carlos Prestes e ao importante Manifesto que é hoje roteiro de ação de todos os patriotas.

Os diretores, redatores e auxiliares de FUNDAMENTOS, que já deram individualmente por vários meios a sua adesão e o seu apoio ao Manifesto de 1.º de agosto, o fazem agora de novo coletivamente, como tomada de posição bem clara na luta pela Libertação Nacional de nossa Pátria.

* * *

O Manifesto de Prestes é um chamamento aos escritores e artistas, aos intelectuais de todas as atividades, para cumprir junto ao povo a grande

tarefa de limpar a nossa cultura, extirpando os corpos estranhos, os enxertos ianques, varrendo tudo que ela tem de negativo e derrotista, de desmoralizado e decadente, fruto da ação corruptora dos dips e dos órgãos de entorpecimento das virtudes populares, que se encontram instalados no país sob as formas mais diversas, desde os **Institutos e Uniãoes Culturais Brasil-Estados Unidos**, publicações, cinema, até os espaços alugados da imprensa venal.

Os intelectuais estão hoje diante do dilema inevitável que o Manifesto de Prestes tão bem ressaltou. Ou estão trabalhando para a paz e para a libertação nacional, e assim se põem em ligação cada vez mais estreita com a atividade e os problemas dos operários e camponeses, sentindo e divulgando as suas lutas e experiências, ou estão no campo da traição e da guerra, a serviço dos colonizadores imperialistas, fazendo obra corruptora que visa desorientar e abater o ânimo de luta libertadora e progressista do povo, e com isto estarão os imperialistas e latifundiários aprofundando e estendendo a sua exploração e dominação. Não existe a terceira posição, o lugar neutro, não participante, que muitos escamoteadores oportunistas, serviçais alugados ao guichê do consulado americano, procuram inventar como cobertura para a sua ação de lesa-pátria.

A terceira posição é hoje pelo menos covardia, quando não é sempre traição consciente, a serviço desses senhores da guerra.

Os intelectuais devem assim responder imediatamente à conclamação do Manifesto de Prestes, adotando-o como roteiro de ação e de criação cultural e participando da Frente Democrática de Libertação Nacional, porque só aí é que os escritores, artistas, cientistas e professores, estarão vivendo e participando com o povo da causa da paz, do progresso e da libertação nacional.

3 DE JANEIRO — DATA DO POVO

Em todos os lares brasileiros, onde se aninha a esperança de dias melhores para nossa Pátria, a figura legendária de Luís Carlos Prestes é evocada com redobrado carinho no dia 3 de janeiro, data do aniversário do grande líder libertador.

Nas vilas operárias, nos longínquos sertões, na casa do intelectual de vanguarda, em todos os locais de trabalho, milhões de patriotas voltam seus pensamentos para a figura de Prestes, desejando-lhe felicidades ao lado do seu povo, que luta com ele e que festeja o seu aniversário como dia de profunda alegria.

FUNDAMENTOS compartilha dessa festa e dessa alegria, juntando às manifestações populares, as manifestações calorosas de todos os companheiros que prestam colaboração nesta revista que se orgulha de ter o Cavaleiro da Esperança como inspirador de seu programa de lutas no campo da cultura.

PRESTES DIRIGE-SE AO POVO

AO POVO BRASILEIRO!

A TODOS OS PATRIOTAS E DEMOCRATAS!

CONCIDADÃOS! TRABALHADORES!

É em nome dos comunistas brasileiros que me dirijo a todos vós na certeza de que minhas palavras hão de ser compreendidas pelo que valem, como mais um brado de alerta, mais um apelo à união e à ação, já que traduzem os sentimentos mais profundos daqueles que não se conformam com a crescente colonização de nossa pátria, daqueles que não se submetem aos traidores e assassinos que nos governam, daqueles que sempre lutaram e jamais deixarão de lutar pela liberdade, o progresso e a independência do Brasil.

Atravessamos um dos momentos mais graves da vida de nosso povo. Já não se trata somente da miséria crescente e da fome crônica em que se debate a maioria esmagadora da nação, já não se trata apenas da brutalidade da exploração a que se acham submetidos os que trabalham e produzem em nossa terra, é o sangue do povo, sem distinções de sexo ou de idade, de homens, mulheres e crianças, que corre nas ruas de nossas cidades e nos cárceres da reação, e denuncia as intenções sinistras do bando de assassinos, negociastas e traidores que hoje governa o país.

É a guerra que nos bate às portas e ameaça a vida de nossos filhos e o futuro da nação. Sentimos em nossa própria carne, através do terror fascista, como avançam os imperialistas norte-americanos no caminho do crime, dos preparativos febris para a guerra, como passam eles à agressão aberta e à intervenção armada contra os povos que lutam pelo progresso e a independência nacional.

Na Coreia, os aviões norte-americanos já trucidam mulheres e crianças e bombardeiam povoações pacíficas. É que, premidos pela crise econômica em que se debatem, querem precipitar o desencadeamento da guerra mundial, já proclamam cinicamente suas bárbaras intenções e ameaçam matar com suas bombas atômicas a mulheres e crianças, a jovens e velhos, indistintamente, para impor ao mundo sua dominação escravizadora.

É por meio do terror fascista, procurando criar um clima de guerra civil, que o governo de traição nacional de Dutra quer levar o país à guerra e fazer de nossa juventude carne de canhão para as aventuras bestiais de Truman.

Os acontecimentos se precipitam e é evidente que se aproximam dias decisivos que exigem de todos nós mais ação e vigilância. A indiferença e o silêncio, o conformismo e a passividade já constituem, no momento que atravessamos, um crime de lesa-pátria, diante das ameaças que pesam sobre os destinos da nação.

BRASILEIROS!

Estamos em face de um governo de traição nacional que entrega a nação à exploração total dos grandes bancos, trustes e monopólios anglo-americanos, governo que constitui a maior humilhação até hoje imposta à nação, cujas tradições de altivez, de independência, de convivência pacífica com todos os povos são brutalmente negadas e substituídas pelo servilismo com que esse governo se submete à política totalitária e guerreira do Departamento de Estado norte-americano.

A dominação imperialista assume, dia a dia, em nossa terra, aspectos mais violentos e sombrios. Marchamos no caminho da escravidão colonial e da perda total de nossa soberania nacional.

As posições-chaves da economia do país são dominadas pelos monopólios anglo-americanos, o comércio de nossos principais produtos de exportação está sob o controle de firmas norte-americanas a indústria nacional, quando já não pertence aos monopólios ianques, está sob a constante ameaça de total aniquilamento e no próprio comércio interno avança o controle dos grandes consórcios e monopólios americanos. O petróleo continua, sob a ameaça avassaladora da Standard Oil, que faz às escâncaras a mais despuída campanha de suborno e corrupção. O ferro, o manganês, as areias monaziticas, os minérios radio-ativos já se encontram em poder dos monopólios ianques que saqueiam a nação. Simultaneamente, crescem de ano para ano os lucros das grandes empresas estrangeiras que, como a Light por exemplo, se apoderam de uma boa parte do valor ouro de nossas exportações para remeter para o estrangeiro o fruto do trabalho e da



vida de nosso povo, brutalmente explorado. Sob os mais variados pretextos grandes extensões do território nacional passam à propriedade dos magnatas ianques, como Rockefeller, ou são entregues pelo governo aos "especialistas" do imperialismo com direito de extraterritorialidade, como acontece no caso da Hiléia Amazônica.

Mas é especialmente no setor das forças armadas que agem com maior desenvoltura e cinismo, por meio das missões militares que subordinam ao comando americano todas as forças armadas do país, controlam e ocupam as bases militares aéreas e navais, tudo no sentido da preparação aberta para a guerra. A Estação rádio-telegráfica do Pina, em Recife, já se encontra completamente sob ocupação dos mercenários de Truman. E a recente vaga de terror policial desencadeada naquela capital do Nordeste sob a direção imediata dos generais fascistas, que exigiram inclusive a cassação dos mandatos dos vereadores comunistas, componentes da bancada majoritária eleita, pelos trabalhadores do Recife precede e anuncia a chegada de novos contingentes de soldados ianques para ocupação da base de Ibura na mesma capital.

É a preparação para a guerra que se intensifica no país. A medida que crescem no mundo inteiro as forças da democracia e do socialismo, que a União Soviética, cada vez mais poderosa, amplia seu prestígio mundial que os povos da Ásia, com o grande povo chinês à frente, libertam-se do jugo imperialista, que os partidários da paz organizam-se em todo o mundo e unem suas forças, que cresce o movimento operário e a influência dos Partidos Comunistas, as forças do imperialismo, do mundo capitalista minado por contradições cada vez maiores, desesperam, tornam-se mais agressivas, preparam-se abertamente para a guerra, cujo desfêcho querem precipitar e exercem pressão cada dia maior sobre os governos dos países dominados, dos quais exigem submissão e obediência crescentes. O atual ataque norte-americano à Coreia é a comprovação prática mais recente e brutal dessa política de agressão aberta de aventura e desespero, por meio da qual pretendem os trustes e monopólios anglo-americanos arrastar os povos a mais uma carnificina guerreira de proporções jamais vistas.

A ameaça de guerra pesa sobre o país. É cada dia maior e mais iminente o perigo que ameaça a vida de nossa juventude e a segurança de toda a população do país. Os provocadores de guerra exigem o nosso sangue para suas aventuras guerreiras. Querem, dois milhões de brasileiros para serem incorporados às suas forças armadas e milhares de operários para que participem no trabalho escravo de suas usinas de guerra distribuídas pelo mundo inteiro. E, diante de tais exigências, o governo Dutra, que não sabe senão ceder diante do patrão imperialista, trai como sempre os interesses da nação. É o caminho já praticamente trilhado com a recente nota do Itamarati de adesão e apoio à decisão ilegal do Conselho de Segurança da ONU sobre a Coreia e com a qual o governo do Sr. Dutra pensa poder empurrar o país pouco a pouco, sem que as grandes massas o percebam, para a fogueira da guerra que o governo norte-americano se esforça por acender no mundo inteiro.

É a iminência desse perigo de guerra e a intensificação da preparação para a guerra que explica fundamentalmente o clima de terror crescente em que já nos encontramos.

Os dominadores não vacilam no emprêgo da violência e do crime contra o povo. As últimas aparências de uma democracia de fachada são rapidamente postas de lado e todas as

conquistas populares, os mais elementares direitos do cidadão e do trabalhador, tudo é violentamente eliminado pelos governantes que avançam como feras brutas no caminho do fascismo, da ditadura aberta, da completa entrega do país aos monopólios americanos, da submissão total à política totalitária e guerreira do Departamento de Estado norte-americano.

Avança no país a reação fascista que se torna cada dia mais brutal e sanguinária. Cresce o número de perseguidos políticos e nos cárceres da reação são barbaramente esancados, torturados, ensandecidos e assassinados os melhores filhos do povo, todos aqueles que não se conformam com a colonização do Brasil, que aspiram por uma pátria livre e que lutam pela paz contra o crime de mais uma guerra imperialista.

O caminho do crime, iniciado com a chacina do Largo da Carioca em 1946, ganha o país inteiro e passa à prática generalizada de todos os governantes por mais diversos que sejam os títulos ou legendas dos partidos políticos que os elegeram. A polícia udenista do Ceará, de mãos dadas com os bandidos integralistas, fuzila em plena rua a Jaime Calado, o bravo antifascista e jornalista do povo, como os facinoras de Adroaldo-Lima Câmara matam a Zélia Magalhães em plena Capital da República. O assassino Ademar de Barros, o novo aliado do tirano Vargas e patrono de sua candidatura, esmera-se no assalto de Tupã, onde caem vítimas do ódio das classes dominantes aos camponeses que lutam pela paz e pela terra os três heróis de nosso povo — Pedro Godói, Afonso Marma e Miguel Rossi. Já a 1.º de maio é na cidade do Rio Grande que o Sr. Jobim manda atirar contra o povo, e mais de uma dezena de operários, homens e mulheres, caem mortos ou feridos sob as balas assassinas dos policiais do governo pessedista. É o terror sangrento contra a classe operária.

É esta a política do governo Dutra e de todos os que o apoiam inclusive aqueles que hoje, em vésperas de eleições, fingem uma oposição em palavras para mais uma vez enganar o povo e facilitar assim a marcha para o fascismo e para a guerra e a defesa de seus interesses de exploradores desalmados.

As classes dominantes utilizam-se também da reação policial para enfrentar a situação de miséria crescente em que se debate o nosso povo. Com o terror fascista procuram os dominadores descarregar sobre as grandes massas trabalhadoras todo o peso da crise crônica de nossa agricultura e da crise industrial de superprodução que já se inicia com os estoques que se avolumam e o desemprego que aumenta. A política de inflação crescente, em benefício dos grandes capitalistas e dos negociistas do governo, determina o encarecimento do custo de vida a um ritmo cada vez mais acelerado e a conseqüente baixa catastrófica do salário real que já é de fome para as mais amplas massas trabalhadoras, desde operários e camponeses até as camadas médias que já se encontram em rápido processo de pauperização. Além disso a política de preparação para a guerra determina gastos cada vez maiores, que já representam mais de 50 por cento do orçamento federal, cuja bancarrota a ninguém mais é possível ocultar, apesar dos impostos indiretos que crescem no país inteiro.

Marchamos assim para o aniquilamento físico pela fome, pela tuberculose, que mata em proporções nunca vistas e ameaça a vida de nossos filhos, pelas endemias que devastam as populações sub-alimentadas do país inteiro. As crianças nascem para morrer antes de completar o primeiro ano de vida em proporção que atinge, em muitas regiões do país, a 50 por cento e mesmo mais. Nas grandes cidades, a maioria da população é obrigada a viver amontoada, quase ao relento, na promiscuidade imunda das favelas e cortiços, porque as casas, são cada vez mais um privilégio dos ricos, como privilégio dos ricos já é igualmente a instrução, mesmo a primária mais elementar.

É esta situação de fome e desolação, só comparável à de países devastados pela guerra, ameaça agravar-se ainda mais e assumir proporções de catástrofe com a crise econômica que avança nos Estados Unidos, tão grande é a dependência em que o atual governo já colocou a economia do país como complementar e caudatária da economia norte-americana.

É neste ambiente de miséria e de fome, de terror policial, de preparação aberta para a guerra imperialista, que se inicia no país a campanha política para as eleições gerais de 3 de outubro. Os mesmos políticos que estiveram sempre unidos contra o povo, que sempre apoiaram

a política de traição nacional de Dutra, os mesmos politiquinhos do acordo interpartidário e da cassação de mandatos acentuam agora diante das massas populares suas divergências e formam em bandos aparentemente contrários e irreconciliáveis. Muitos deles fingem agora de opositoristas. Os papéis são assim distribuídos para a nova farsa que visa enganar o povo e arrastá-lo atrás do "salvador", do novo Dutra, para que este possa, mais facilmente que o atual, prosseguir no caminho da venda do país ao imperialismo e da preparação acelerada para a guerra. Mas, diante do povo que luta contra a miséria, contra a colonização do país, que manifesta com vigor cada dia maior seu ódio aos atuais dominadores, que quer paz e já se levanta contra os vendilhões da pátria e os provocadores de guerra, diante do povo que luta, os politiquinhos vacilam ainda entre o golpe de Estado, entre a substituição violenta de Dutra por um outro general qualquer e a realização de eleições em regime ditatorial sem liberdade de imprensa, sem direito de reunião, sem direito de associação política para a classe operária. Incapazes de encontrar qualquer solução para a situação a que já chegou o país, com medo crescente, do povo, e divididos na defesa de seus interesses egoístas e vorazes, lutam pelas posições, pela posse do Tesouro e do Banco do Brasil, pelos governos estaduais e municipais, sempre com o mesmo objetivo de consolidar sua dominação de classe e prosseguir na venda do país aos monopólios anglo-americanos.

Sob o jugo imperialista, como nos encontramos, nem eleições nem golpes de Estado "salvadores" poderão modificar a situação. O que pretendem as classes dominantes é substituir Dutra por outro Dutra, seja ele um Sr. Cristiano Machado, o politiquinho do P.S.D., que espera ser eleito com a força do governo e que proclama por isso, às escâncaras, sem um mínimo de pudor patriótico, sua fidelidade à política de traição nacional do Sr. Dutra, ou seja o Sr. Eduardo Gomes, que sempre silenciou diante de todos os crimes da ditadura, o mesmo Brigadeiro que defende a entrega do petróleo à Standard Oil, que se alia cinicamente aos traidores do niza-integralismo e que, inimigo da paz e do progresso, inimigo do povo que despreza, já defende com servilismo a guerra de Truman na Coreia e a total entrega de nossas forças armadas ao comando norte-americano. Nessa competição, resta ainda o candidato do facinora Ademar de Barros e é fácil de imaginar o que significaria a volta ao poder do velho tirano, do latifundiário, Getúlio Vargas, pai dos tubarões dos lucros extraordinários, que já demonstrou em quinze anos de governo seu ódio ao povo e sua vocação para o fascismo e para o terror sangrento contra o povo.

É evidente, pois, que qualquer que seja a saída que possam tentar neste momento, as classes dominantes se encaminham para a liquidação dos últimos vestígios de liberdade, para a mais sangrenta repressão contra o povo, para a ditadura fascista. É o caminho da entrega completa do país aos monopólios anglo-americanos e da preparação acelerada para a guerra imperialista. É desta forma agravam-se todas as causas da miséria e do atraso em que se debate o nosso povo e que estão fundamentalmente na estrutura arcaica de nossa economia, na miséria da renda nacional, nos restos feudais e o monopólio da terra que impedem a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional.

Mas, para os senhores das classes dominantes — os grandes comerciantes e industriais, os banqueiros e latifundiários — não há outra saída para os problemas brasileiros senão através dessa submissão crescente ao dominador americano e, quando pedem dólares, pedem também a intervenção estrangeira no país, na esperança de conseguirem assim prolongar sua dominação sobre o povo, impedir que se realizem as profundas modificações já inadiáveis e indispensáveis e indispensáveis ao livre desenvolvimento econômico, social e político de nossa pátria. Classes caducas e impotentes, incapazes de resolver qualquer problema nacional, de tirar o país do atraso crônico em que perece, passam todos esses senhores, com seus políticos e governantes, à traição aberta, e lançam-se com fúria e desespero contra os patriotas que lutam pelo progresso e a independência do Brasil.

Nosso povo enfrenta assim um dilema que se torna cada dia mais agudo e evidente. A paz ou a guerra, a independência ou a colonização total, a liberdade ou o terror fascista, o progresso ou a miséria e a fome para as grandes massas trabalhadoras. Ou o povo toma os destinos da nação em suas próprias mãos para resolver de maneira prática e decisiva seus problemas fundamentais, ou submete-se à reação fascista,

à crescente dominação do imperialismo ianque, à ignomínia da pior escravidão, que o levará à mais infame de todas as guerras.

São duas políticas que se defrontam, num antagonismo que se torna dia a dia mais claro para todos, que não admite uma terceira posição e que obriga a todos, seja qual for, sua posição social, sua crença religiosa ou opinião política a se definir num ou noutro sentido. De um lado, o Sr. Dutra, com a sua maioria parlamentar, com os latifúndios e grandes capitalistas que o apoiam, com os dirigentes de todos os partidos políticos das classes dominantes, que quer a guerra, a colonização, o terror e a fome para o povo. De outro, as grandes massas trabalhadoras, operários e camponeses, os intelectuais honestos que não se prostituem aos opressores estrangeiros ou a seus agentes no país, o funcionalismo pobre civil e militar, os estudantes, os pequenos comerciantes e industriais, a maioria esmagadora de nosso povo enfim, que luta contra a miséria, que quer paz e liberdade, que luta pela independência da pátria do jugo imperialista.

É o povo que luta porque não está disposto a ser reduzido à condição de escravo. Diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária, e um direito sagrado e o dever iniludível de todos os patriotas. É o caminho da luta e da ação, o caminho da revolução.

Este o caminho do povo que nos últimos anos em árduas lutas já demonstrou sua imensa vontade de paz, que desperta, e já começa a mostrar aos provocadores de guerra que não se deixará arrastar em suas aventuras criminosas, que não trabalhará para a guerra, nem admitirá que o sangue de nossa juventude seja derramado em benefício dos banqueiros anglo-americanos, nem jamais participará de qualquer guerra de agressão, muito especialmente contra a União Soviética, baluarte da paz e do socialismo, para o qual se voltam cheios de esperança os povos oprimidos do mundo inteiro.

Nosso povo saberá honrar suas gloriosas tradições e lutará agora pela paz e a independência da pátria com a mesma bravura com que soube lutar em todos os momentos decisivos de nossa história, com que lutou contra a dominação portuguesa e contra todos os invasores estrangeiros, com que sempre lutou pela liberdade contra todos os tiranos. Em cada região do país continua viva no coração do povo, das grandes massas sofredoras, a memória de seus mártires e heróis, de Tiradentes a Frei Caneca, dos cabanos, dos farapos e dos balaíos, dos jovens soldados e alfaiates de 1793, dos heróis pernambucanos de 1817 e 1824, dos negros que lutaram durante séculos contra a escravidão, como vivem os exemplos mais recentes de todos aqueles que tombaram na luta contra o integralismo, dos heróicos lutadores de 1935, dos que morreram nos cárceres getulistas e dos bravos da FEB que combateram na Europa para ajudar com o sacrifício de suas jovens vidas a libertar o mundo da escravidão nazista.

Nós, comunistas, não vacilamos — sempre lutamos pela libertação nacional, contra o jugo do opressor estrangeiro pelo progresso do Brasil. Nenhuma reação conseguiu quebrar nossa vontade de luta, e hoje, apesar da brutalidade de todas as perseguições, lutamos com energia redobrada pelos mesmos objetivos, convencidos de que, nas condições atuais do mundo e do país, nunca foram tão grandes como agora fatores favoráveis ao sucesso de nosso povo na sua luta pela independência nacional e pelo progresso social.

É justamente por isso que, hoje, mais uma vez, nos dirigimos a todos vós, democratas e patriotas e, diante dos perigos que ameaçam os destinos da nação, apresentamos a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros — a solução revolucionária — que pode e há de ser realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à frente.

É este o caminho da independência e do progresso, da democracia e da paz. Precisamos libertar o país do jugo imperialista e pôr abaixo a ditadura de latifundiários e grandes capitalistas, substituir o governo da traição, da guerra e do terror contra o povo pelo governo efetivamente democrático e popular. Para isso, é indispensável liquidar as bases econômicas da reação, o que significa a confiscação das empresas imperialistas e dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais, a nacionalização dos bancos, dos serviços públicos, das minas, das quedas d'água, e, igualmente, a confiscação das grandes propriedades latifundiárias que devem passar gratuitamente para as mãos dos que nelas vivem e trabalham. Só um governo da democracia popular, um governo do bloco de

todas as classes e camadas sociais que lutem efetivamente pela libertação nacional sob a direção do proletariado, será capaz de garantir no país um regime de liberdade para o povo e de impulsionar o desenvolvimento independente da economia nacional de assegurar a marcha rápida no caminho do progresso, da melhoria efetiva das condições de vida das grandes massas trabalhadoras, dar saúde e instrução para o povo, igualdade econômica e jurídica para a mulher, deslocar, enfim, o país do campo da reação e da guerra para o campo da paz, da democracia e do socialismo.

Este o caminho revolucionário que apresentamos e propomos a todos os compatriotas que não querem ser escravos, que não estão dispostos a aceitar a submissão ao terror fascista, a todos que almejam o progresso do Brasil, que querem ver nosso povo livre do atraso, da miséria, da ignorância em que até agora vegeta.

Neste momento de tanta gravidade para a vida e o futuro de nosso povo, o que precisamos fazer, todos os patriotas e democratas, é unir nossas forças e lutar para impor a vontade do povo, derrotar a política de traição nacional de Dutra e fazer triunfar a política oposta, a política do povo. O caminho não será fácil, exigirá duros combates. É necessário lutar com energia e audácia e não perder tempo, não permitir que a reação prossiga sem maior resistência de nossa parte, não permitir que continue a venda do país ao imperialismo, nem que a ditadura dê novos passos no caminho da preparação para a guerra e da implantação do terror fascista no país.

Para realizar esta tarefa histórica, sabemos organizar e unir nossas forças em ampla FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, organização de luta e de ação em defesa do povo, com raízes nas fábricas e nas fazendas, nas escolas e repartições públicas, nos quartéis e nos navios, em todos locais de trabalho, enfim, nos bairros das grandes cidades e nas aldeias e povoados.

É indispensável e urgente unir e organizar as forças do povo em amplos comitês da FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL nos locais de trabalho e de residência. Nesse grande esforço de organização e unificação popular cabe ao proletariado um papel dirigente e fundamental. Mas a classe operária precisa simultaneamente, organizar-se e unificar suas próprias forças para que possa constituir a grande força motriz capaz de mobilizar e dirigir as demais camadas populares na grande luta pela libertação nacional do jugo imperialista e pela conquista da democracia popular.

É através da luta diária, da ação e do trabalho pertinaz, que conseguiremos organizar o povo para essa grande batalha. É nessa luta diária, pelas reivindicações mais imediatas e sensíveis, sempre em íntima ligação com a luta pela paz e pela independência nacional, que se reforçará e ampliará no país inteiro a FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

Unamo-nos, todos, democratas e patriotas, acima de quaisquer diferenças de crenças religiosas, de pontos de vista políticos e filosóficos, homens e mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, intelectuais pobres, pequeno funcionalismo, pequenos comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais das forças armadas, em ampla FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL para a ação e para a luta com o seguinte.

P R O G R A M A

1 — POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR

— Substituição da atual ditadura feudal-burguesa servil do imperialismo por um governo revolucionário, emanado direta do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população do país que participem efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, sob a direção do proletariado.

2 — PELA PAZ E CONTRA A GUERRA IMPERIALISTA

— Interdição absoluta da arma atômica, rigoroso controle internacional dessa interdição e condenação como criminoso de guerra do governo que primeiro utilizar essa arma de agressão e extermínio em massa. Luta efetiva pela paz, contra os provocadores de guerra e todas as medidas de preparação guerreira. Contra a política reacionária e guerreira do governo norte-americano, por uma política de paz e de luta efetiva pela paz no

mundo inteiro e de apoio à luta anti-imperialista e de libertação nacional de todos os povos. Contra o Tratado do Rio de Janeiro e todos os demais tratados internacionais de guerra. Contra qualquer concessão de bases militares em nosso solo ao governo norte-americano. Imediato estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética, com a China Popular, com a Alemanha Democrática e todos os povos amantes da paz.

- 3 — PELA IMEDIATA LIBERTAÇÃO DO BRASIL DO JUGO IMPERIALISTA** — Confiscação e imediata nacionalização de todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos, de transporte, de energia elétrica, minas, plantações, etc., pertencentes ao imperialismo. Imediata anulação da dívida externa do Estado e denúncia de todos os acordos e tratados lesivos aos interesses da nação. Imediata expulsão do território nacional de todas as missões militares ianques, de todos os técnicos, agentes e espiões norte-americanos, como de todos os destacamentos militares ianques que ocupam nossa terra.
- 4 — PELA ENTREGA DA TERRA A QUEM A TRABALHA** — Confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização, e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos, etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semifeudais de exploração da terra, abolição da "meia", da "terça", etc., abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, bancos, fazendeiros, comerciantes e usurários.
- 5 — PELO DESENVOLVIMENTO INDEPENDENTE DA ECONOMIA NACIONAL** — Completa nacionalização das minas, das quedas d'água e de todos os serviços públicos. Nacionalização dos bancos e empresas de seguro, assim como de todas as grandes empresas industriais e comerciais de caráter monopolista ou que exerçam influência preponderante na economia nacional, com ou sem indenização, conforme a posição de seus proprietários na luta pela libertação nacional do jugo imperialista. Controle estatal do comércio externo, controle dos lucros dos grandes capitais, abolição dos impostos indiretos e instituição do imposto fortemente progressivo sobre a renda e ampla liberdade para o comércio interno. Ajuda estatal técnica e financeira para o cultivo da terra, estímulo ao cooperativismo e garantia de preço mínimo para a produção dos pequenos agricultores.
- 6 — PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS PARA O POVO** — Efetiva liberdade de manifestação do pensamento, de imprensa, de reunião, de associação, de organização sindical, etc. Direito de voto para todos os homens e mulheres maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros. Abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher. Completa separação da Igreja do Estado e ampla liberdade para prática de todos os cultos. Abolição de todas as discriminações de raças, cor, religião, nacionalidade, etc. Ajuda e proteção especial aos indígenas, defesa de suas terras e estímulo à sua organização livre e autônoma. Justiça rápida e efetivamente gratuita com juízes e tribunais eleitos pelo povo.
- 7 — PELO IMEDIATO MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MASSAS TRABALHADORAS** — Aumento geral de salários, inclusive, do salário mínimo familiar, que devem ser colocados no nível já atingido pelo custo da vida. Escala móvel de salários. Salário igual para igual trabalho, para homens, mulheres e menores. Abolição imediata da assiduidade de cem por cento. Aposen-

tadorias e pensões que satisfaçam às necessidades vitais dos trabalhadores e suas famílias, e ajuda aos desempregados. Democratização da legislação social, sua ampliação e extensão aos assalariados agrícolas. Assistência social custeada pelo patrão e pelo Estado. Fiscalização dos direitos dos trabalhadores bem como a administração da assistência social, entregue aos próprios trabalhadores por intermédio de seus sindicatos. Imediata melhoria da situação econômica dos soldados e marinheiros.

- 8 — INSTRUÇÃO E CULTURA PARA O POVO** — Ensino gratuito para todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade e redução de todas as taxas e impostos que pesam sobre a instrução secundária e superior. Trabalho para a juventude que termina seus estudos. Apoio e estímulo à atividade científica e artística de caráter democrático.
- 9 — POR UM EXERCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO NACIONAL** — Expulsão das forças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo e imediata reintegração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democrática e revolucionária. Livre acesso das praças de pré ao oficialato de suas respectivas corporações. Armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e de seus agentes no país.

A maioria esmagadora da nação não pode deixar de concordar com este programa revolucionário, de luta concreta e de ação imediata que sintetiza as aspirações de todos e que oferece a todos os verdadeiros democratas e sinceros patriotas uma perspectiva de liberdade, de paz, de independência e progresso para o Brasil.

Saibamos levar esse programa às mais amplas massas da população do país. Através da imprensa do povo, em comícios e assembleias populares, saibamos abrir a mais ampla discussão em torno do seu conteúdo, que precisa ser conhecido de todos os brasileiros. Mas é fundamentalmente através da luta pelas diversas reivindicações nele contidas que o programa se tornará conhecido do povo, ganhará as massas e transformar-se-á na grande bandeira e na força poderosa capaz de libertar o país do jugo imperialista. Nesse processo, organizando para lutar e aproveitando a luta para organizar, unificar-se-ão as forças populares e rapidamente crescerá e estruturar-se-á, a partir das organizações de base, a grande e poderosa FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

As diferenças de crenças religiosas, de pontos de vista políticos e filosóficos não podem impedir a união de todos os democratas e patriotas em torno desse programa democrático de libertação nacional. Os esforços que fazem os agentes do imperialismo, assim como particularmente o Vaticano e a alta hierarquia da Igreja católica, para dividir nosso povo e arrastar, especialmente os católicos, na luta contra o proletariado mais consciente e revolucionário, contra os comunistas em particular, não pode ter sucesso, porque nem as calúnias do anticomunismo, nem a exploração dos sentimentos religiosos do povo poderão impedir que os democratas e patriotas participem da luta pela paz e pela libertação da pátria do jugo imperialista, que marchem conosco contra os traidores nacionais e os provocadores de guerra.

Chamamos a todos os trabalhadores das cidades e do campo, manuais e intelectuais, homens e mulheres para a ação e para a luta por esse programa revolucionário e a todos convocamos para organizarem sem perda de tempo no país inteiro, amplos COMITÊS DEMOCRÁTICOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

Dirigimo-nos a todas as personalidades de prestígio popular, aos dirigentes políticos efetivamente democráticos, aos intelectuais antifascistas e anti-imperialistas, aos verdadeiros líderes populares, e, a todos eles convocamos para que venham participar da FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL e lutar pelo seu programa.

Dirigimo-nos igualmente a todas as organizações operárias, às organizações de camponeses, de mulheres, de jovens, a todas as organizações populares e democráticas de qualquer caráter, e apelamos para que venham organizadamente engrossar as fileiras nacional-libertadoras, aderindo à FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

NAL e participando ativamente da luta pela vitória de seu programa.

Avancemos com coragem e audácia no caminho das lutas revolucionárias de massas. É este o caminho que de nós exigem os superiores interesses nacionais. A medida que se agrava a situação do país e aumenta o perigo de guerra no mundo inteiro, aumentam a radicalização e a combatividade das massas trabalhadoras. A frente deias não devemos recluir as formas de luta mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação e os combates, parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo Poder e à libertação nacional do jugo imperialista.

Diante da campanha eleitoral em andamento e das ameaças, que não cessam, de golpes de Estado, o que precisamos fazer é acelerar a organização de nosso povo, desencadear lutas de massas, greves, demonstrações, etc., e intensificar, através das lutas parciais, a mobilização popular para a grande luta pela libertação nacional. O voto é um direito do povo que reclamamos. Já vimos como a justiça eleitoral e o parlamento, instrumentos servís das classes dominantes, atentam contra os mandatos dos verdadeiros representantes do povo, mas lutemos para conquistar tribunas parlamentares que devemos utilizar de maneira revolucionária. Saibamos utilizar a oportunidade para desmascarar sistematicamente os demagogos agentes da reação e do imperialismo e só votemos nos melhores filhos do povo que participem ativamente da grande luta pela paz e a libertação nacional naqueles que sejam capazes, nos postos eleivos a que forem alçados de prosseguirem com energia redobrada a luta pela vitória revolucionária do programa da FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

Mas o essencial é saber aproveitar a atual campanha eleitoral para organizar o povo, esclarecê-lo, alertá-lo diante dos perigos que o ameaçam e levá-lo à luta. Só assim estaremos preparados para enfrentar a eventualidade dos golpes "salvadores", que exigem resposta imediata das massas. Só à frente das massas e com a força das massas organizadas estaremos em condições de transformar os golpes de Estado reacionários, que visam a implantação imediata e brutal do fascismo em nossa terra, em luta armada pela libertação nacional, contra a ditadura terrorista, pela vitória da revolução e a conquista da democracia popular.

CONCIDADÃOS! TRABALHADORES!

Não vos deixeis esfomear e massacrar sem luta: não vos deixeis arrastar como gado de corte para a carnificina de uma nova guerra imperialista! Nas condições atuais, o essencial é lutar, não capitular diante das dificuldades, não temer que as lutas mais elementares se desenvolvam e levem aos combates parciais. Lutai com firmeza contra a ditadura policial e terrorista de Dutra, por um governo democrático popular que liberte o país do jugo imperialista! A luta contra a guerra e o imperialismo é fundamentalmente uma luta pela derrocada das atuais classes dominantes, uma luta pelo Poder, que, quando alcançado, mesmo transitóriamente ou em âmbito restrito deve sempre servir para mostrar às massas populares o que lhes pode dar o governo democrático popular — especialmente, pão, terra e liberdade.

COMPATRIOTAS! Lutai em defesa da paz! Exijamos a interdição absoluta da arma atômica. Que milhões de brasileiros subscrevam o Apelo e Estocolmo e imponham sua vontade contra o emprêgo da bomba atômica, arma de terror e de extermínio em massa.

OPERÁRIOS! Organizai vossas forças nos locais de trabalho e unificai vossas fileiras em âmbito local, regional e nacional. Lutai contra a carestia da vida, por maiores salários, contra a assiduidade de 100 por cento, que diminui arbitrária e brutalmente os salários. Vossas mulheres e filhos não podem morrer de fome para que enriqueçam os patrões e o governo consiga dinheiro para a guerra. Defendei na prática o direito de greve e lutai pelas liberdades civis, pela liberdade sindical, contra o roubo do imposto sindical que engorda os traidores da classe operária. Lutai pela paz e a independência nacional!

TRABALHADORES DO CAMPO! Assalariados, peões, meeiros, parceiros, colonos, arrendatários, trabalhadores do eito! Organizai-vos nas fazendas e nas aldeias. Lutai pelos vossos interesses econômicos, por maiores salários, pelo pagamento do salário em dinheiro e quinzenalmente, contra o vale e os preços extorsivos do armazém ou barracão. Lutai pela completa liberdade de organização e de locomoção dentro do latifúndio, contra a expulsão da terra, pelo direito de pro-

rogação de todos os contratos, por uma menor taxa e arrendamento, pela liberdade para a venda no mercado de toda a produção. Lutai contra a guerra imperialista, em defesa da paz e pela posse da terra; por um governo democrático popular que vos ajude a tomar a terra dos latifundiários e a distribuí-la sem indenização entre os trabalhadores do campo.

MULHERES DO BRASIL! Sois as primeiras e maiores vítimas da guerra e do terror fascista. Operárias e camponesas, donas de casa, mães e esposas! Sois vós que primeiro sentis as agruras produzidas pela fome em vossos lares. Com vossa tradicional coragem e decisão impedi o crime de mais uma guerra imperialista! Organizai-vos para a luta contra a fome e a carestia da vida. A libertação nacional do jugo imperialista exige vossa participação ativa — é a bandeira por que já tombaram Zélia e Angelina, e que continua em vossas mãos.

JOVENS TRABALHADORES E ESTUDANTES! Lutai pela vida, contra o crime de mais uma guerra imperialista. Lutai por um Brasil livre e progressista, que vos possa assegurar um futuro melhor, diferente da dura realidade atual. Depende muito de vós, do vosso patriotismo generoso e audaz, da vossa energia e capacidade de luta, do vosso espírito de organização, do vosso esforço no sentido de levantar e unir toda a juventude brasileira contra a mais infame de todas as guerras, está em vossas mãos o futuro do Brasil e o destino de seu povo. Lutai pelo progresso social, lutando pela democracia de verdade, sem latifundiários e tubarões capitalistas e seus políticos venais. Lutai pela independência nacional do jugo imperialista, como única maneira que efetivamente nos resta para livrar o país da guerra imperialista e do terror fascista que já ameaçam o nosso povo.

SOLDADOS E MARINHEIROS! Os operários e camponeses são vossos irmãos — não vos prestéis a instrumento de um governo de traição nacional que manda atirar no povo para poder mais facilmente entregar o Brasil aos imperialistas. Lutai dentro do quartel e do navio contra as brutalidades e as perseguições, contra a disciplina fascista, pelo direito de reunião e de discussão de vossos problemas, pelo direito a melhor alimentação, por um soldo que vos permita uma vida digna. Lutai pelo governo democrático popular que vos assegurará o direito à instrução e ao livre acesso ao oficialato do Exército Popular de Libertação Nacional. Lutai contra a guerra imperialista e não participeis como instrumento dos generais fascistas na perseguição e na ação terrorista contra os filhos do povo que estão lutando pela independência do Brasil.

COMPATRIOTAS! Exijamos a imediata denúncia do Tratado do Rio de Janeiro, da Carta de Bogotá e demais compromissos do pan-americanismo reacionário, em que se baseia a ditadura para tentar arrastar nosso povo nas aventuras guerreiras do imperialismo americano. Exijamos a imediata anulação de todas as concessões e de todos os acordos internacionais lesivos aos interesses da nação.

Lutemos pela expulsão imediata do território nacional de todas as missões militares ianques, assim como de todos os destacamentos militares ianques que ocupam nossa terra e ofendem nossa soberania. Que saiam do Brasil esses intrusos e criminosos e todos os agentes, técnicos, especialistas, policiais e espiões norte-americanos que nos querem reduzir à condição infame de povo colonizado e escravo.

Lutemos pela paz contra qualquer participação na criminosa intervenção guerreira de Truman na Coreia e na China. Nada, mas absolutamente nada para a guerra imperialista! Nenhum soldado do Brasil para ajudar a agressão americana à Coreia. A luta dos povos asiáticos contra o imperialismo é parte integrante de nossa própria luta pela independência do Brasil do jugo imperialista. Que os norte-americanos saiam imediatamente da Coreia!

Lutemos pela liberdade e a democracia! Contra a Lei de Segurança!

Contra o terror policial, exijamos a punição dos assassinos do povo!

Abaixo a ditadura sanguinária de Dutra, por um governo democrático popular!

Viva a União Soviética e os povos que lutam pela paz!

Viva a união dos povos da América Latina livres do jugo do imperialismo norte-americano!

Viva a união do povo brasileiro e sua organização de luta — a FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL!

Viva o Brasil livre, independente e progressista!

LUIZ CARLOS PRESTES

A VIDA HERÓICA de

LUÍS CARLOS PRESTES

por JACOB GORENDER



A vida de Luís Carlos Prestes se entrelaça com a história política brasileira destas três últimas décadas. A partir dos primeiros anos da década de 20 já é impossível compreender a essência dos acontecimentos sem tomar Prestes com expressão de fatores fundamentais, decisivos para a compreensão dos fatos em curso. Assim é que a sua vida nos ensina História do Brasil.

A vida de Prestes é um exemplo muito raro e muito precioso de fidelidade e de enriquecimento interior. O nosso povo o vê e acompanha, desde quando surgiu no cenário da atuação política, todo ele sempre audácia revolucionária, inteligência poderosa, modéstia, honradez sem limites, firmeza estoica. Mas o Prestes de hoje, fiel como é ao de sempre, tem uma riqueza adquirida através dos tempos e das lutas, através do estudo mais paciente, da análise e da transformação das próprias concepções, num processo que o modelou e temperou como o dirigente comunista tão caro ao coração de milhões e milhões de brasileiros, tão caro também ao coração das massas da América Latina e dos homens novos que, pelo mundo a fora, escrevem os feitos maravilhosos do nosso tempo.

I — UM JOVEM EXCEPCIONAL

LUÍS CARLOS PRESTES nasceu a 3 de janeiro de 1898, na cidade de Porto Alegre. Foi seu pai o oficial do Exército Antônio Pereira Prestes, um dos cadetes que, juntamente com Benjamim Constant, fizeram o celebre pacto de sangue de lutar ou morrer pela república, no dia da sua proclamação, a 15 de novembro de 1889. Sua mãe, D. Leocadia, embora provindo de família relativamente abastada, cedo aprendeu a ganhar a própria vida como professora primária. Era uma mulher de relativa cultura para o seu meio e daria, através da vida, muitos exemplos de abnegação.

Prestes teve uma infância de menino pobre. Desde cedo, revelou-se profundamente estudioso. Como o pai, escolheu a profissão militar, não só em virtude da tradição democrática do nosso Exército, como porque os cursos eram gratuitos, além dos alunos terem assegurado a sua subsistência. Ao entrar no Colégio Militar do Rio, já era Prestes orfão de pai e sua mãe se via obrigada ao penoso trabalho de professora e de costureira para sustentar a família. Esta não vivia de todo afastada das preocupações políticas. Tinha contacto com elementos representativos da corrente

positivista e se interessara também pela campanha civilista de Rui Barbosa. Tudo isso contribuiu, desde cedo, para orientar o pensamento de Luís Carlos Prestes no sentido dos problemas de nossa Pátria, levando-o a fazer indagações e a procurar respostas.

Encerrado o curso do Colégio Militar com distinção, Prestes ingressa, em março de 1916, na Escola Militar, que ainda conservava naquela época os reflexos da pregação republicana e democrática de Benjamim Constant Botelho de Magalhães.

O seu curso na Escola Militar constitui, até hoje, um dos maiores motivos de orgulho dos setores democráticos do exército brasileiro. Prestes foi o mais brilhante aluno que jamais passou por aquele estabelecimento formador de oficiais. Os professores consideravam uma honra tê-lo como aluno e os seus colegas faziam dos seus insuperáveis triunfos verdadeiras festividades. Enormemente admirado pelos professores e colegas, Prestes conservou sempre, porém, a modestia e a austeridade, impondo-se, por isso, como o líder querido de todas as turmas.

O curso na Escola Militar o ajudou a adquirir uma base geral e técnica, a afeiçoar o seu espírito ao estudo teórico mais árido e amar o raciocínio exato, a verdade científica.

Terminado o curso, Prestes é promovido, a 30 de dezembro de 1919, a 2.º tenente de engenharia, foi a arma que escolhera. Começa a servir nas fileiras do exército, a princípio na Companhia Ferroviária de Deodoro, em seguida no Rio Grande do Sul. Conforme depoimento de oficiais que foram seus companheiros na época, Prestes é um oficial infatigável, incorruptível, que denuncia sem temor as falcatruas administrativas, como no caso da construção de quartéis no Rio Grande do Sul, quando sofreu uma injusta transferência. Entretanto, o jovem oficial, pelo seu trabalho e honradez, não se deixa abater. Pouco depois, é promovido a capitão. Durante toda a sua atividade no seio da tropa, Prestes se destaca também como instrutor de soldados, que sabe falar uma linguagem clara e acessível e que sabe fazer-se amar pelos comandados. Já então sobressaía o seu talento de dirigente.

II — PRESTES INGRESSA NO CAMINHO REVOLUCIONÁRIO.

Os primeiros anos da década de 20 foram de grande agitação social. O mundo tinha um aspecto novo, com o surgimento imensamente glorioso da União Soviética. O sistema capitalista acabava de sofrer o seu primeiro abalo decisivo. Uma brecha irreparável se abria através da qual o proletariado entrava em cena com ímpeto. Apesar de momentaneamente derrotado em outros países da Europa, a classe operária ainda se lançava ao assalto, em combates violentos.

Também nesse período inicia-se uma fase de sérias agitações no Brasil. A classe operária aparece no cenário político, através das greves gerais de 1917 — 1919, que, sobretudo em São Paulo e no Distrito Federal adquiriram pronunciados aspectos insurrecionais. Já então começam a surgir em alguns pontos do país núcleos comunistas que, depois de vários entendimentos, fundam a 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil.

1920 — 21 foram anos de crise cíclica no mundo capitalista, com reflexos profundos num país semifeudal e semicolonial como o Brasil. A agitação política e a crise econômica atingiram particularmente a pequena burguesia, cujos setores mais ativos passam a manifestar cada vez mais o seu descontentamento, a formular vagas aspirações de reforma. É na jovem geração de oficiais do exército que esse estado de espírito da pequena burguesia adquire uma expressão mais decidida.

Filho de família pobre, conhecedor da vida do povo e ligado aos seus soldados, que são oriundos das camadas mais exploradas, Prestes começa a se interessar pela agitação social que se segue à primeira guerra mundial. Começa a ler livros de economia política e sociologia e seu espírito faz constantes indagações. Entretanto ainda não conhece o marxismo nem tem qualquer contacto com a classe operária.

Entre os jovens oficiais formam-se círculos conspirativos, dos quais Prestes participa pessoalmente como um líder acatado pela inteligência e o desassombro.

A 5 de julho de 1922 subleva-se o Forte de Copacabana, sob a chefia do bravo Siqueira Campos. Prestes, gravemente enfermo sofre por não poder estar ao lado dos insurrectos.

O governo reacionário de Epitácio Pessoa esmaga a sublevação e os 18 remanescentes do movimento escrevem uma página de sangue nas areias de Copacabana. A derrota do movimento traz geral desânimo. Prestes, logo que se recobra da doença, é um dos poucos, que continuam a conspirar, procurando dar ânimo aos oficiais seus amigos e mais combativos.

Transferido para o Batalhão Ferroviário de Santo Angelo, no Rio Grande do Sul, Prestes continua a se empenhar por um novo movimento armado. Como oficial, trabalha inicialmente na função de fiscal de construções, sendo depois designado para dirigir a construção de uma estrada de ferro. Nesta atividade, Prestes revela-se ótimo administrador, especialmente no que se refere ao trabalho junto aos seus soldados. Além de procurar melhorar tanto quanto possível a situação dos soldados, não mede esforços para que todos aprendam a ler. Ele mesmo organiza uma escola, atua como professor e em menos de três meses consegue fazer com que de uma pequena percentagem de alfabetizados, se alcance a mais de 90 por cento de soldados que aprenderam a ler e escrever.

Mesmo nessa intensa atividade, Prestes não abandona o seu objetivo: preparar a luta armada. Por isso, para ter mais livres os seus movimentos, pede demissão do exército. Passa então a trabalhar como engenheiro civil, instalando luz elétrica em diversas cidades, ao tempo em que, por esse meio, entrava mais facilmente em contacto com uma série de oficiais espalhados pelas diversas unidades sediadas no Rio Grande do Sul. A cada dia que passa, mais intenso, mais absorvente é o esforço de Prestes para articular melhor o movimento armado, tendo ao lado jovens oficiais de grande valor como Anibal Benevolo e Mário Portela Fagundes.

A derrota do movimento de 5 de julho de 1922 havia contribuído para aumentar ainda mais a efervescência política dentro do país. O descontentamento se alastra, mas é ajuda da pequena burguesia quem o expressa, com a superficialidade e a inconsequência que a caracterizam. Compreende-se também porque deveria estar na oficialidade a secção mais ativa da pequena burguesia: tinha no Clube Militar uma organização mais ou menos combativa e podia facilmente dispor das armas. É evidente, por outro lado, que nem toda a oficialidade se encaminhou pelo caminho abertamente oposicionista, mas apenas os seus destacamentos mais decididos, aqueles que o governo não conseguia neutralizar.

É nesse ambiente que, a 5 de julho de 1924, Isidoro Dias Lopes, Joaquim Távora e Miguel Costa sublevam a maior parte da guarnição do Exército e da Polícia Militar de São Paulo.

Se o primeiro 5 de julho levantara como bandeira apenas a luta pelas liberdades democráticas e contra a corrupção administrativa das oligarquias de governantes, o segundo 5 de julho já tem uma nota mais radical, pois se erguia também contra o impudico controle das finanças e da economia do país pela missão britânica Montagu, que viera em nome dos banqueiros da City realizar uma verdadeira compra do Brasil por atacado.

Todavia, pequeno-burgueses que eram, os rebeldes não podem deixar de temer que o movimento se radicalize. Desconfiam das massas e pretendem vencer com uma tática essencialmente golpista. Por isso é que, depois de dominarem a capital paulista de 5 a 27 de julho, já postos numa situação difícil, os chefes rebeldes recusam entregar armas aos trabalhadores, que as solicitavam. Não lhes resta, assim, outro recurso senão o abandono de São Paulo e o recuo, de combate em combate, até a foz do Iguaçu, no Paraná.

O movimento, que primeiro explodiu em São Paulo, estava nacionalmente articulado. Desde o início, Prestes e seus companheiros trabalham incansavelmente para levantar também as guarnições do Rio Grande do Sul. É o que conseguem a 29 de outubro de 1924, quando se revolta o Batalhão Ferroviário de Santo Angelo, o mesmo em que Prestes havia servido. É a Coluna Invicta que surge e começa a sua legendária marcha através do Brasil.

III — A COLUNA PRESTES ATRAVÉS DOS SERÇÕES

O MOVIMENTO armado de 29 de outubro de 1924 estalara ao mesmo tempo em vários pontos no Rio Grande do Sul. Mas, até dezembro, todos os destacamentos sublevados são batidos pelas tropas governamentais e forçados a se retirar para o Uruguai e a Argentina. Um

único destacamento permanece em combate: são os dois mil homens sob o comando de Prestes.

Prestes começa a manobrar a princípio com o objetivo de flanquear as forças governistas de Rondon e, depois da queda de Catanduvas, a fim de se juntar às tropas do General Isidoro, na Foz do Iguaçu. É um objetivo difícil diante da superioridade das forças inimigas. Mas o talento estratégico de Prestes se revela, escrevendo daí em diante algumas das páginas mais gloriosas da história militar do povo brasileiro. Após dois meses de combate na região das Missões, vitorioso em Itaquí e Tupacaretã, Prestes decide subir até Santa Catarina. Na Colônia Militar do rio Uruguai é cercado por dez mil governistas. Graças a uma manobra originalíssima, ilude o inimigo e rompe o cerco. Em Conceição, Ramada e Campos Novos, torna a derrotar o inimigo, que sofre pesadas baixas na guerra de movimento a que se encontra sujeito. Batidas as tropas do General Lúcio Estêves, Prestes penetra na zona do Contestado, em Santa Catarina, onde combate durante dois meses e derrota o General Paím Filho. Em Maria Preta, mais uma vez rompe o cerco e, graças à habilíssima manobra, lança dois destacamentos governistas em combate um contra o outro durante toda uma noite. Prestes tinha então vinte e seis anos, mas o seu talento excepcional era suficiente para infligir no campo de batalha as mais duras derrotas a velhos generais experientes.

Ao penetrar na região da Foz do Iguaçu, a Coluna havia percorrido vitoriosamente cerca de 1 500 quilômetros. Mortes, doenças e deserções tinham, porém, reduzido a Coluna a oitocentos homens. Estes, todavia, iluminados pelo exemplo de Prestes, conservam o mais vigoroso ânimo combativo. Mas a situação material da Coluna era bastante precária: menos de 500 homens se encontravam armados, possuindo ao todo cerca de 10 mil tiros. Além disso, dispunham de 10 fuzis-metralhadoras.

Um sério problema tático se apresentava, por conseguinte.

Ainda quando no Rio Grande do Sul, Prestes havia compreendido, antes de qualquer outro, o caráter que a rebelião devia adquirir no plano militar. Ao passar pela região do «Contestado», escreveu o jovem oficial ao Marechal Isidoro uma carta hoje celebre, em que definia com as seguintes palavras a tática por ele concebida: — «A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra de movimento. Para nós, revolucionários, o movimento é a vitória. A guerra de reserva é a que mais convém ao governo, que tem fábricas de munição, fábricas de dinheiro e bastante analfabetos para jogar contra as nossas metralhadoras. Com menos de mil homens armados e, tendo para mais de 4 mil cavaleiros conseguem passar, em pleno campo, por entre mais de dez mil homens do governo. Nunca foi possível determinar qual a minha verdadeira direção de marcha e impraticável se tornou a perseguição. Com a minha Coluna armada e municiada, sem exagero julgo não ser otimismo afirmar a V. Exa. que conseguirei marchar para o Norte e dentro de pouco tempo atravessar o Paraná e São Paulo, dirigindo-me ao Rio de Janeiro, talvez por Minas Gerais. Se a Divisão São Paulo igualmente movimentar-se e marcharmos em ligação estratégica e, talvez, em algumas circunstâncias, mesmo táticas, impossível será ao governo deter a nossa marcha. Marchando engrossaremos a Coluna e absolutamente não lutaremos com a falta de recursos de um revolucionário sitiado, mesmo quando em zona de fronteira.»

A guerra de movimento, que já havia sido magistralmente praticada na União Soviética por Stálin, Vorochilov e Budienny, era uma completa revolução no campo da arte militar. Mas os círculos militares brasileiros, inclusive Prestes, desconheciam inteiramente as experiências do Exército Vermelho no período da guerra civil. O Exército brasileiro seguia rigorosamente a escola francesa, baseada de modo rígido na guerra de posição. A tática da Coluna representava, por isso, uma inovação de enorme audácia, cuja iniciativa só poderia caber a um homem como Prestes. O jovem oficial rompe com todos os dogmas militares e inicia a guerra de movimento no Brasil. Enquanto o próprio General Isidoro se fixava durante sete meses numa mesma região e ia sendo encurralado pelo inimigo, principalmente após a tomada de Catanduvas pelo General Rondon, Prestes compreendia que a salvação das tropas rebeldes só podia estar na guerra de movimento.

A 12 de abril de 1925, reúnem-se na desembocadura do Iguaçu os chefes rebeldes. Isidoro, Prestes, Miguel Costa, Padilha, Mendes Teixeira e outros. A situação é crítica: falta co-

mida, faltam munições. Prestes é o único que não está convencido da derrota. Declara que ele e a sua Coluna prosseguiram a derrota. Declara que ele e a sua Coluna prosseguiriam através do Brasil até a vitória final. A palavra de Prestes infunde novo ânimo. A sua decisão inflama os comandantes presentes e é aceita. Enquanto Isidoro parte com destino à Argentina, a fim de reunir novos elementos para os rebeldes, inicia-se a marcha da Coluna. O Major Miguel Costa, promovido a general, assume o comando. O Capitão Luís Carlos Prestes, promovido a coronel, assume a chefia do Estado Maior. A Coluna, entretanto, ficaria conhecida e imortalizada como Coluna Prestes, porque foi nele o insuperável estrategista de dezenas de pesados combates e o chefe que mais inspirou, com o seu exemplo pessoal, aquela legião de homens valentes.

O objetivo militar da Coluna era o de marchar pelo interior do país, a fim de atrair o grosso das forças governistas, possibilitando assim um novo levante rebelde nas grandes cidades, sobretudo no Rio e em São Paulo. Se é verdade que esse objetivo não pôde ser atingido, nem por isso a Coluna deixou de suscitar, aqui e ali, pequenos movimentos armados e a agitação que tomou conta do país obrigou o governo Bernardes a se valer de um estado de sítio ininterrupto.

Prestes, promovido a general em 1926, no dia do seu aniversário, e Miguel Costa, foram acompanhados por oficiais como o bravo Siqueira Campos, sobrevivente dos 18 do Forte de Copacabana, como Djalma Dutra, Portela Fagundes, João Alberto e Trifino Correia. A Coluna foi uma escola de heroísmo para os soldados, entre os quais se destacaram nomes como os de José Viúvo, Castorino, Favorino Pinto, Balduino Pires e Bacelar. Outro nome que ficou célebre foi o de Lourenço Moreira Lima, o «bacharel feroz», que seria, depois, o historiador do movimento.

De 29 de outubro de 1924, quando se levantou no Rio Grande do Sul, até 3 de fevereiro de 1927, quando se internou na Bolívia, a Coluna Prestes percorreu, quase sempre a pé, cerca de 30.000 quilômetros. Atravessou doze Estados, alguns deles mais de uma vez: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Cortou o Brasil em todas as direções, superando rios, pântanos, caatingas, matas antes impenetráveis. Em marcha forçada, bateu o recorde de velocidade das infantarias européias, que se defrontaram na 1.ª Guerra Mundial. Com cerca de mil homens, enfrentou e derrotou, em sucessivos combates, um total de cem mil. A vitória das armas sempre foi decidida a seu favor: ficou sendo por isso a Coluna Invicta. Dispondo de pequena reserva de munições, obrigada a se abastecer a custo do inimigo, aplicou com incomparável maestria, sob a direção de Prestes, a guerra de movimento, inutilizando as tentativas de captura pelas forças bem apetrechadas do Exército e das polícias militares dos Estados. Para persegui-la, o governo não se envergonhou de lançar mão dos cangaceiros de Lampião e dos jagunços dos senhores feudais Horácio de Matos e Franklin de Albuquerque. Tudo foi em vão. Generais, cangaceiros e senhores feudais amargaram a mesma derrota em setenta combates importantes e em centenas de violentas escaramuças. A Coluna era Prestes e por isso era Invicta.

A Coluna queria despertar o povo brasileiro, mas não tinha um programa de profundas transformações sociais. Os seus objetivos políticos se situavam nos limites estreitos e inconsequentes das concepções da pequena burguesia, que se fazia representar através dos oficiais. O pensamento de Prestes, entretanto, pouco a pouco vai deixando de se acomodar nesses limites. Sofre imensamente com a terrível miséria do sertão brasileiro. Conhece a esmagadora realidade do latifúndio. É por direta influência de Prestes que a Coluna por vezes ultrapassa o terreno das exclusivas operações militares e pune um ou outro senhor feudal, distribuindo justiça a camponeses despojados e oprimidos. Enquanto o seu nome adquire força de lenda e milhões de explorados passam a ver no invencível general o «Cavaleiro da Esperança», Prestes, ele mesmo, se agita em busca de soluções científicamente corretas para os problemas sociais que atormentam o seu espírito. Prestes é todo o contrário da auto-suficiência e da vanglória.

IV — PRESTES NO EXÍLIO

APÓS dois anos e meio de combates verificada a impossibilidade momentânea de provocar um novo levante no país, os homens da Coluna se internam em território boliviano. Prestes não os abandona. A fim de empregar

os seus comandados contrata obras de engenharia em La Gaiba, estabelecendo para si mesmo um salário igual ao dos operários braçais. Numa reportagem da época, distribuída à imprensa pela Agência Brasileira, no dia 3 de Janeiro de 1928, podemos encontrar detalhes sobre a vida de Prestes em La Gaiba: «Morando e vivendo na mesma simplicidade dos tempos de campanha, comendo na mesma mesa dos seus trabalhadores de machado, desenvolve Prestes em La Gaiba e por todo o oriente boliviano uma atividade assombrosa.»

Prestes passa em La Gaiba todo o ano de 1927 e parte de 1928, até que os combatentes da Coluna pouco a pouco regressam ao Brasil. Todo o tempo disponível, Prestes o aproveita para estudar, procurando especialmente uma solução para os problemas brasileiros. Neste período, ou mais precisamente, em fins de 1927, a direção nacional do Partido Comunista resolve enviar o seu Secretário Geral a La Gaiba, a fim de se avistar com o famoso comandante da Coluna e oferecer-lhe uma coleção de livros marxistas, a mais completa que foi possível reunir naquela época no Brasil. Prestes então entrega-se apaixonadamente à leitura das obras marxistas. Começa a reconhecer, embora ainda de maneira vaga, que ali estava a solução para os problemas que o preocupavam e que lhe foram sendo revelados no decorrer da própria marcha da Coluna através do interior de nosso país.

Em 1928, Prestes se transfere para a Argentina. Trabalha como engenheiro em Santa Fé e, pouco depois, segue para Buenos Aires. Ali, entra em contacto com o movimento operário argentino e com os seus líderes, especialmente com os dirigentes do Partido Comunista da Argentina.

Esse contacto aprofunda a influência que o seu espírito recebe da literatura marxista. Prestes desenvolve intensa atividade durante esse período, isto é, nos anos de 1928 e 1929. Mesmo antes de lançar a sua adesão pública ao Partido Comunista do Brasil, aparece em público, em manifestações anti-imperialistas, com os líderes do Partido Comunista Argentino. Assim, enquanto os seus companheiros da Coluna continuam a sonhar com golpes militares e a apresentar para os problemas políticos as mesmas fórmulas pequeno-burguesas, Prestes reconhece, honestamente, que seu velho pensamento está em crise. Prestes o submete a um laborioso processo de análise e o abandona logo que constata que a verdade está com o marxismo.

Assim é que, através de uma autocrítica intransigente, o rebelde pequeno-burguês da Coluna começa a se transformar no grande líder proletário, que Prestes tem sido desde a década de 30. É preciso compreender o que houve de extremamente extraordinário nessa transformação, que não teria sido possível se Prestes não fôsse um homem de caráter inteiro, visceralmente infenso a carreirismo, e de inteligência agilíssima, que só se curva diante do que reconhece ser a verdade científica.

Ao tomar contacto com a literatura marxista, Prestes já havia se tornado o homem mais popular do Brasil. As portas de um cômodo sucesso em estilo burguês estavam amplamente abertas para ele. A sua residência no exílio, acorriam não só revolucionários honestos como os emissários dos bandos políticos das classes dominantes, portadores de ofertas as mais sedutoras. E o Partido Comunista, que podia oferecer em 1930 a um homem consagrado pelo próprio povo como o Cavaleiro da Esperança? Partido jovem, ainda pouco ligado às massas, acima de tudo partido dos oprimidos, só podia apresentar a perspectiva de lutas longas e duríssimas, como seu infalível cortejo: o ódio dos «bem pensantes», o insulto da grande imprensa, a clandestinidade, o cárcere, a tortura medíocre e não raro a morte mais brutal.

Se Eduardo Gomes, Juarez Tavora e Cordeiro de Farias, que estavam longe de possuir o seu prestígio, se venderam e preferiram o sucesso cômodo em estilo burguês, Prestes permaneceu fiel a si mesmo e às massas que nele já então depositavam a mais ardente confiança. Tomou o caminho do Partido Comunista e com isso deu um exemplo de desprendimento pessoal que o coloca na galeria das mais nobres figuras produzidas pela humanidade.

Tendo recusado os convites dos próceres da Aliança Liberal, que queriam atrair para o seu campo o homem mais popular do Brasil, Prestes desmascara publicamente ambas as candidaturas reacionárias, que então disputavam a presidência da República — as de Getúlio Vargas e de Júlio Prestes.

No seu manifesto de maio de 1930, Prestes aponta ao povo brasileiro o caminho da revolução agrária e anti-imperialista, sob a hegemonia do proletariado. A todos que nele confiam indica a liderança do Partido Comunista. Assim, em

caráter definitivo, alia o seu destino ao da classe operária.

Expulso da Argentina, porque denunciara o caráter reacionário do golpe de Estado de Uriburu, Prestes emigra para Montevideu. Demora-se pouco em terras uruguiaias. Mas mesmo neste curto período, continua os seus estudos marxistas, vive sempre em contacto com os dirigentes comunistas do Uruguai e da Argentina, estabelece ligação com os dirigentes do Partido Comunista do Brasil.

No Uruguai, Prestes toma uma decisão: conhecer a União Soviética. Assim, acompanhado de sua família — mãe e irmãs — segue para a pátria dos trabalhadores em 1931.

O socialismo em construção o apaixona e a seu serviço se coloca. É a época em que a U.R.S.S. sente uma fome enorme de quadros técnicos. Prestes emprega as suas qualidades de engenheiro no plano quinquenal stalinista. Sua estada na U.R.S.S. compreende um período de intensas atividades. Trabalha e estuda sem reservar um minuto para repouso.

Depois de algum tempo na União Soviética, Prestes passa a se dedicar exclusivamente ao trabalho político junto à Internacional Comunista.

A experiência da vida na U. R. S. S., o contacto pessoal com a grandiosa obra de Stálin, o trabalho na Internacional Comunista junto a dirigentes da envergadura de Dimitroff, Manuilsk e Togliatti, ampliam os seus conhecimentos teóricos e práticos do marxismo-leninismo. Neste período, ou melhor, justamente a 1.º de agosto de 1934, Prestes é oficialmente aceite como membro do Partido Comunista do Brasil. Neste mesmo ano, participa da conferência sul-americana promovida pela Internacional Comunista, com delegados dos Partidos Comunistas da América Latina. No ano seguinte, isto é, em agosto de 1935, quando do histórico VII Congresso da Internacional Comunista, Prestes tem a alta honra de ser eleito para o seu Comitê Executivo. Ele é agora um dos líderes mundiais do movimento comunista, formando ao lado de Stálin, de Dimitroff, de Manuilski, de Mao Tsé Tung, de Thorez e de Togliatti.

Ao mesmo tempo, porém entrava o Brasil numa fase de franco ascenso revolucionário. A Aliança Nacional Libertadora é constituída e Prestes é eleito o seu presidente de honra. Em absoluta clandestinidade, com um passaporte falsificado, Prestes regressa ao Brasil. Viaja com ele sua heróica companheira Olga Benário, que conhecera na União Soviética.

V — PRESTES, DIRIGENTE DA INSURREIÇÃO NACIONAL LIBERTADORA

PRESTES é a grande esperança do povo brasileiro. O seu manifesto de 5 de julho de 1935, apresentando o programa da Aliança Nacional Libertadora, que se orienta de acordo com os objetivos da revolução agrária e anti-imperialista, levanta uma onda de insopitável entusiasmo em todo o país.

Desiludido das experiências de 1930 e 1932, traído pelos demagogos a serviço do imperialismo e decepcionado dos antigos «tenentes», todos eles pequeno-burgueses agora domesticados pela reação, o povo se volta cada vez mais para o Cavaleiro da Esperança. O nome de Prestes torna a percorrer o país de uma ponta à outra. É a bandeira da Aliança Nacional Libertadora, a gloriosa organização política anti-imperialista, formada como frente popular por iniciativa e sob a direção dos comunistas. Pela primeira vez um grande movimento político de massas surge no Brasil sob a liderança da classe operária.

Prestes atua na mais completa ilegalidade. Vencendo toda uma série de obstáculos, que limitam enormemente a eficiência da sua direção, procura dar a ajuda da sua experiência ao Partido e à ANL. É de setembro de 1935 a sua notável carta a Roberto Sisson, cujos ensinamentos não envelheceram: «Para nós o essencial, o indispensável é mobilizar e organizar grandes massas, prepará-las pacientemente, através de lutas parciais para a grande luta final pelo poder. Tais lutas pelo poder só serão realmente possíveis, só serão realmente lutas de massas, lutas populares, se o povo nelas participar, e tal participação não vai ser obtida por manifestos nem por discursos, por mais inflamados que sejam. O povo irá às grandes lutas insurrecionais depois que em diversas lutas parciais tenha aprendido alguma coisa, tenha se convencido de que a polícia está ao lado da reação e do capitalista estrangeiro, tenha ganho confiança nas suas próprias forças pelas pequenas vitórias já alcançadas, tenha verificado na prática que os soldados são seus irmãos e ficaram ao seu lado.»

A carta a Sisson contém, na verdade, a mais perspicaz

análise das peculiaridades brasileiras de uma insurreição nacional libertadora sob a hegemonia do proletariado. É um documento que já revela a estatura do Prestes marxista.

Depois de menos de três meses de atuação legal, o governo Vargas fecha a ANL. Prestes responde à violência dos inimigos de classe, orientando os aliancistas, com os comunistas à frente, para o caminho insurrecional. Ao mesmo tempo, adverte contra o sectarismo e contra o espírito de aventura. Ligação com as amplas massas, levantamento das suas reivindicações mais sentidas, desde as mais elementares, aliança entre operários e camponeses, trabalho paciente de conquista da pequena burguesia e, sobretudo, intensificação das lutas parciais, sem temer os choques armados, tudo confluindo para a solução insurrecional — este o caminho que Prestes aponta em 1935.

O Partido não se encontra, entretanto, orgânica e politicamente à altura para aplicar, com um mínimo de erros, a orientação indicada por Prestes. Tendências sectárias e golpistas predominam na direção da ANL, impedem-na de organizar grandes massas e de evitar a tempo as provocações policiais. Os acontecimentos se precipitam e, prematuramente, a insurreição deflagra.

A 24 de novembro de 1935, contra o governo do latifúndio, da grande burguesia e dos agentes do imperialismo, levantam-se os operários e soldados de Natal. Entre os combatentes mais destacados, dois cabos do Exército: Giocondo Dias e Felix Valverde. Na mesma data inicia-se a insurreição armada no Recife.

Colhido pelos acontecimentos, Prestes não vacila: é impossível deixar de ir em auxílio dos insurrectos do nordeste. Foi tomada então a resolução para que se desencadeasse o movimento revolucionário no Rio. A 27 de novembro, pela madrugada, sob a inspiração do mais puro amor à Pátria, com a firme resolução de libertá-la da servidão latifundiária e das cadeias colonizadoras do imperialismo, sublevam-se, em nome da ANL, o 3.º Regimento de Infantaria e a Escola de Aviação, respectivamente sob o comando dos oficiais do exército Agildo Barata e Agilberto Vieira de Azevedo. Desarticulados das grandes massas trabalhadoras, os insurrectos se vêm depressa sob o cerco de tropas muito superiores. Após longas horas de árduo e sangrento combate, a insurreição é derrotada no Rio.

O mesmo sucedera no Recife. Somente em Natal, conseguiram os aliancistas uma vitória temporária, permanecendo durante três dias no governo da cidade. Foi este o primeiro governo popular revolucionário de nossa Pátria. Forçados os aliancistas a entregar Natal, a luta da ANL prossegue durante alguns meses no campo, até o aprisionamento de Miguel Moreira, o comandante guerrilheiro.

Dez anos mais tarde, analisando a gloriosa insurreição de 1935, motivo de orgulho para todos os verdadeiros patriotas, Prestes afirmaria que o erro não tinha sido o de empunhar armas, porém, o de não estar organicamente à altura das exigências do momento. E acrescentaria que embora derrotado, o movimento nacional-libertador de 1935 tinha conseguido desmascarar inapelavelmente, diante do povo brasileiro, a canalha integralista, brigada de choque de mercenários a soldo do nazi-fascismo.

O movimento nacional-libertador de 1935 representou uma excepcional experiência política para o povo brasileiro. Deitou as raízes de uma combativa consciência anti-imperialista, recobrando parte do atraso em que a esse propósito se encontravam as grandes massas, e mostrou na prática que de então para adiante a liderança do movimento revolucionário só podia caber à classe operária.

VI — O COMPORTAMENTO BOLCHEVIQUE DE PRESTES NO CARCERE E DIANTE DOS TRIBUNAIS DA REAÇÃO

A DERROTA da insurreição lançou os oportunistas no desespero. Os comunistas, com Prestes à frente, se mantêm entretanto, inabaláveis. As circunstâncias da luta se tornam cada vez mais duras. Em dezembro de 1935, localizado pela espionagem britânica, e preso pela polícia um dos colaboradores mais próximos de Prestes, o ex-deputado e dirigente comunista alemão Harry Berger.

Enquanto a sua companheira era mutilada e enviada para a morte na Alemanha nazista, Berger era bestialmente torturado até a loucura. O povo brasileiro o venera hoje como um dos seus mártires, associando ao seu nome o magnífico sacrifício de outros dois estrangeiros, que, em 1935, deram a sua vida pela libertação de nossa Pátria: o jovem estudante

norte-americano Vitor Allan Baron e o operário polonês Max Yugman, ambos monstruosamente assassinados pela polícia de Getúlio Vargas. É inútilmente que a reação tenta açular o mais vil chauvinismo contra a memória desses três mártires, que souberam dar um exemplo vivo de internacionalismo proletário, lutando pelo povo brasileiro, como no século passado o fez Garibaldi, com a sua participação na guerra civil dos «farrapos».

As prisões se sucediam e o terror se alastrava. Inicia-se uma das mais negras fases na História do Brasil.

Em busca de Prestes, movimenta-se todo o aparelho policial do Rio, auxiliado pelo Intelligence Service, pelo F.B.I. e pela Sureté francesa, cujos agentes operam livremente em nosso país. Nos primeiros dias de março de 1936, numa casa modesta de uma Rua do Méier, Prestes é cercado por uma horda de bandidos da Polícia Especial. A ordem recebida é matá-lo. A intervenção de Olga Benário e a firmeza de Prestes salvam sua vida.

A conduta de Prestes nos cárceres e diante dos tribunais da reação constitui um exemplo modelar para todos os comunistas, um exemplo em que a mais admirável coragem pessoal e o mais profundo espírito de sacrifício são colocados sem reservas e sem desfalecimentos a serviço da causa do proletariado. Prestes foi submetido a incessantes torturas, morais. Foi emparedado vivo, cercado de feras, privado durante meses a fio de qualquer leitura, separado da família e sabendo que a sua esposa grávida havia sido criminosamente enviada para um campo de concentração na Alemanha nazista. Fizera-o um homem que, dez anos antes, tinha sido expulso da Coluna como covarde e traidor e que agora prestava serviços de espionagem e lacaios ao nazi-fascismo: Filinto Muller.

Prestes foi superior, porém, a todas as torturas morais. Negou-se a prestar qualquer declaração. Diante do infame Tribunal de Segurança, assumiu toda a responsabilidade pela insurreição nacional-libertadora de novembro de 1935 e, por cima dos juizes, dirigiu-se ao povo brasileiro concitando-o a lutar pela reconquista das liberdades democráticas que o tirano Vargas já havia abolido por completo, na trilha fascizante em que prazenteramente seguia, com o apoio de Hitler e Mussolini. Condenado uma vez a 16 anos e oito meses de prisão, Prestes é submetido em 1940 a novo processo-farsa. No dia 7 de novembro é levado a julgamento. Não é a sua defesa pessoal que procura fazer diante de um tribunal de vendidos. As suas primeiras palavras são uma ardente saudação ao 23.º aniversário da imortal Revolução Bolchevique. Em meio à assistência, ouvem-se «vivas» a Prestes. A sessão é suspensa. Prestes é condenado pela reação apavorada a mais de trinta anos de prisão.

A sua libertação passa a ser uma bandeira de todos os povos. Os Parlamentos do Uruguai e do México votam moções pela sua liberdade. Na Ásia, na Europa e em toda a América, o seu nome é aclamado. Prestes entrava vivo no Panteão da História, como disse o grande Romain Rolland, exigindo a liberdade do herói brasileiro.

Na prisão, sem comunicação direta com o mundo e dele apenas recebendo ecos esparsos, Prestes é um exemplo do bolchevique, do marxista que, mesmo isolado, sabe interpretar cientificamente os acontecimentos. Prestes compreende o que significa a ameaça nazista. Compreende que a invasão da U.R.S.S. pela Alemanha de Hitler abre um novo período no panorama internacional. As poderosas manifestações do povo brasileiro pela entrada na guerra o enchem de júbilo. Acima da sua situação pessoal, coloca a luta patriótica e anti-fascista. Numa entrevista que com ele pôde realizar o dirigente comunista cubano Blas Roca, em 1943, Prestes afirma que a guerra contra o fascismo exige a união nacional de todos os patriotas e a prática da democracia dentro do país.

O Partido Comunista refazia-se dos seríssimos golpes recebidos até 1940. Tendo à frente Diógenes Arruda, João Amazonas, Mauricio Grabois, Francisco Gomes e Pedro Pomar, que vinham das lutas de 1935, os comunistas se reorganizam no plano nacional e, vencendo todos os obstáculos da quinta coluna, mobilizam grandes massas para o esforço de guerra. Nessa ocasião, grave perigo ameaça a existência do Partido: grupos de liquidacionistas se formam, especialmente no Rio, pregando a dissolução da vanguarda do proletariado, que deveria desse jeito, se fundir na frente única anti-fascista.

Sob a direção de líderes teoricamente armados, que compreendem a importância fundamental do Partido para a classe operária, os comunistas desfazem, um a um, os argumentos liquidacionistas, e lutam contra a sua ação desagregadora.

Prestes está no cárcere e tem pouquíssimos dados sô-

bre a situação do Partido. Como verdadeiro bolchevique, porém, a sua posição, tomada imediata e enérgicamente, é a favor do Partido contra os liquidacionistas. Os raros documentos que pôde enviar para fora da prisão, e que se difundiram na clandestinidade, foram de extraordinária valia para os fiéis defensores do Partido em sua luta contra uma tendência pequeno-burguesa que ameaçava destruir a própria existência do estado-maior da classe operária.

VII — PRESTES, O DIRIGENTE DO PROLETARIADO E DAS GRANDES MASSAS OPRIMIDAS

EM agosto de 1943, reúne-se ilegalmente num ponto da Serra da Mantiqueira, a II Conferência Nacional do Partido Comunista, por iniciativa de Diógenes Arruda, João Amazonas e Mauricio Grabois. Nessa ocasião, Prestes é eleito membro efetivo do Comitê Nacional do Partido, só não ocupando a secretaria geral em virtude da sua situação de encarcerado.

Em 1945, graças à atuação decisiva do Exército Soviético, o nazi-fascismo sofre uma derrota esmagadora. Para ela também contribuiu efetivamente o nosso povo, através da gloriosa Força Expedicionária Brasileira. A derrota do nazi-fascismo modifica a situação nacional. Começam a ser reconquistadas as primeiras liberdades democráticas. O povo clama pela anistia aos presos políticos e o nome de Prestes volta a ser pronunciado nos comícios. Cedendo à força impetuosa do movimento de massas, o ditador Vargas decreta a anistia. A 18 de abril de 1945, abrem-se as portas da prisão: o primeiro dia de liberdade para Prestes, após nove anos do mais cruel encarceramento.

A fibra do herói mais uma vez se manifesta. Os nove anos de impiedosa incomunicabilidade, com que visavam levá-lo à loucura ou ao total aniquilamento físico, não conseguiram apagar a sua flama. Mais sábio e ao mesmo tempo mais juvenil, porque só no comunismo pode estar hoje a juventude do mundo, Prestes entrega tôdas as suas forças ao trabalho do Partido. É a luta pela classe operária que o apaixona e a ela se devota com uma combatividade que não encontra paralelo em nossa História.

É por iniciativa de Prestes que começa a circular a valente «Tribuna Popular» e se funda uma cadeia de jornais do povo em todo o país. Sob o seu impulso, crescem e se multiplicam as organizações do Partido Comunista, que se tornam legal após vinte e três anos de rigorosa clandestinidade.

A 23 de maio, em São Januário, e a 15 de julho, no Paqueta, massas nunca vistas acorrem para ouvir a palavra de Prestes. Pela primeira vez, o contacto direto entre o povo e o seu Cavaleiro da Esperança.

No 1.º Pleno legal do Comitê Nacional, em agosto de 1945, Prestes é eleito secretário geral do Partido Comunista. A 2 de dezembro do mesmo ano, o povo da capital da República o fez o seu senador mais votado. Era esta a resposta das vastas massas às calúnias e perseguições de tantos anos de despotismo estado-novista.

Com Diógenes Arruda, João Amazonas, Mauricio Grabois, Francisco Gomes, Agostinho Dias de Oliveira, Carlos Marighella e Pedro Pomar ao seu lado, Prestes dirige um Partido em vertiginoso crescimento. Os quatro mil militantes do período da ilegalidade se transformam, em dois anos, numa vasta organização de duzentos mil membros. Dirigente prático infatigável, Prestes é também o político e teórico que ilumina o caminho do Partido. Particularmente no que se refere ao problema da terra — ao qual dedica a 1.ª de junho de 1946, um memorável discurso na Assembléia Constituinte — a sua contribuição é decisiva para a luta revolucionária dos comunistas brasileiros. Os estudos econômicos contidos nos seus informes, a sua magistral análise do verdadeiro caráter dos partidos políticos das classes dominantes, o desmascaramento da penetração do imperialismo ianque em nossa Pátria — são outras contribuições de Prestes, que vieram enriquecer o patrimônio ideológico do Partido do proletariado brasileiro.

Também no Parlamento, Prestes é um exemplo do dirigente comunista. Utiliza a tribuna parlamentar, para impulsionar o movimento de massas e para desmascarar os políticos das classes dominantes. Ficará na História o seu discurso de 26 de março de 1946, quando, após uma semana da mais vil propaganda terrorista, que o ameaçava inclusive com o assassinato, honrou a memória de Lênin, de Liebknecht e de Rosa de Luxemburgo, afirmando que, precisamente por ser patriota, estaria sempre, em quaisquer circunstâncias, ao lado da gloriosa União Soviética. A inabalável posição que Prestes tomou então, contra a preparação da guerra

imperialista, serviu para educar grandes massas e se refletiu na campanha pela paz que atualmente se desenvolve no Brasil.

Os sucessivos golpes da reação a serviço do imperialismo ianque, culminando a 7 de maio de 1947 no fechamento do Partido Comunista e, a 7 de janeiro de 1948, na cassação do mandato dos seus parlamentares, dão origem a uma situação política inteiramente nova. Faz-se necessária a correção da orientação reformista que o Partido seguira no período da legalidade, faz-se necessária uma reviravolta radical, o que só seria possível através de uma autocritica aprofundada.

Só assim poderia o Partido se colocar à frente das massas e deter o avanço da reação feudal-burguesa, que, após frear o ascenso democrático de 1945 com o golpe de 29 de outubro, passava a marchar abertamente, apoiada no imperialismo norte-americano, para uma nova ditadura terrorista.

Prestes dá mais uma vez a demonstração de que desconhece a auto-suficiência e a vanglória. Com a convicção leninista de que a autocritica pública, ao invés de debilitar, só pode fortalecer o Partido, Prestes lança o Manifesto de 28 de janeiro de 1948 e aprofunda em sucessivos estudos a análise dos erros cometidos, apontando aos comunistas e às massas o caminho das lutas cada vez mais altas e vigorosas para derubar a ditadura Dutra e instituir no Brasil um governo democrático-popular, que realize as transformações econômicas e sociais requeridas pela revolução agrária e anti-imperialista. E desde então os comunistas têm se colocado à frente das massas e as conduzindo para memoráveis lutas, em que muitas vezes já correu o sangue generoso de heróis e heroínas, que morreram inspirados pelo alto exemplo de Prestes.

Uma preleção magnífica de homens e mulheres assinala com a sua morte a resistência popular nestes anos de infame ditadura Dutra. William Gomes, Pedro Godoy, Afonso Marinho, Miguel Rossi, Jaime Calado, Vicente Malvoni, Zélia Magalhães, José Bahiano, Angelina Gonçalves e muitos outros tomaram em pleno combate pela Paz e pela Independência Nacional. O seu sacrifício é a mais poderosa demonstração de que o povo brasileiro não se deixa abater. Guiado por Luís Carlos Prestes, lutará até a sua completa libertação do jugo imperialista e até a conquista definitiva da Democracia Popular.

Com o seu Manifesto de 1.º de agosto de 1950, acaba Prestes de assinalar mais um marco fundamental na luta revolucionária do povo brasileiro. Trata-se de escolher, sem demora, entre «a paz ou a guerra, a independência ou a colonização total, a liberdade ou o terror fascista, o progresso ou a miséria e a fome para as grandes massas trabalhadoras.» A situação chegou a um ponto, afirma o Manifesto, em que «a indiferença e o silêncio, o conformismo e a passividade já constituem, no momento que atravessamos, um crime de lesa pátria, diante das ameaças que pesam sobre os destinos da nação». A única solução progressista, viável e imediata é a solução revolucionária. Por todo o país devem se formar os comitês de base da Frente Democrática de Libertação Nacional, que lutará pelo Programa de 9 Pontos apresentados no Manifesto como verdadeira síntese dos objetivos táticos e estratégicos a serem atingidos, na presente etapa, pelo bloco de forças sociais sob a hegemonia do proletariado, que é a força «dirigente e fundamental.»

A extraordinária repercussão do Manifesto já contribuiu para acelerar a polarização dos dois campos sociais do país. Sob a inspiração do Manifesto, as massas se organizarão e irão a lutas revolucionárias cada vez mais altas e vigorosas.

Mais uma vez obrigado à rigorosa clandestinidade, caçado pelos policiais de Dutra e por cães de fila do F. B. I., odiado pela reação que lhe move um novo e monstruoso processo-farsa, Prestes continua sendo entretanto a bandeira dos operários e camponeses decididos a lutar pela sua emancipação, dos soldados e marinheiros fiéis à Pátria, dos intelectuais amantes do progresso e da cultura, dos funcionários explorados pelo Estado, da juventude oprimida nas fábricas, da mocidade estudantil que se sacrifica para frequentar as escolas, das imensas massas femininas, que sofrem mais do que ninguém a nossa condição de país semifeudal e semicolonial. Prestes é o líder continental da luta pela paz, a grande figura de combatente anti-imperialista que inspira os povos latino-americanos a forjar uma sólida barreira contra o desencadeamento da carnificina mundial, que o imperialismo ianque prepara com a ajuda de governos lacaios. Prestes é um fiel discípulo e Stálin, do mestre genial do proletariado de todo o mundo. Sob a firme e sábia direção de Prestes, também a classe operária do Brasil conduz as vastas massas oprimidas em marcha para a conquista da democracia popular e do socialismo.

O Problema Camponês e o Manifesto de Prestes

Rivadavia MENDONÇA

«O pensamento, indômito, arrojado
Galopa no sertão...»

CASTRO ALVES

Nunca foi de passividade a atitude de milhões de brasileiros que constituem a população camponesa de nosso país, sujeitos desde o descobrimento ao regime de verdadeiros servos na gleba, a sofrer tôdas as consequências de uma estrutura econômica atrasada e ruínosa, que teima ainda hoje em manter os seus fundamentos semifeudais que lhe foram impostos pela colonização portuguesa. O sentido escravagista do direito romano serviu de leito para desaguar entre nós os princípios básicos da propriedade e, desde os primeiros dias da fixação do homem europeu em nossas terras, o senhor e proprietário da gleba tornou-se o todo-poderoso, pelo ilimitado privilégio do exercício da propriedade. Erigidos em senhores latifundiários, com as garantias de um poder incondicionalmente a seu serviço, os proprietários rurais impuseram a maior parcela de nossa população condições de verdadeira sujeição nas suas relações econômicas, que nunca ultrapassaram a órbita de relações entre senhores e escravos ou senhores e servos.

Desde o começo da colonização, todos os atos de governo visaram sempre reforçar a "segurança do direito de propriedade". Assim operaram as cartas-régias, os forais, as ordenações, os alvarás, como é típico o alvará de João VI, datado de 22 de junho de 1808, e daí por diante os regulamentos, constituições, o código civil, enfim todos os atos de governo se destinaram a confirmar os contornos feudais de ilimitada irresponsabilidade dos senhores latifundiários e que foram sempre preservados até agora em todos os textos legislativos, provisões administrativas, ou jurisprudência dos tribunais, relacionados com a propriedade da terra, inclusive no texto do minucioso Código Civil Brasileiro, só promulgado em 1916, quando muitas conquistas de progresso e liberdade já eram vitoriosas no mundo, as quais, no entanto, não foram tomadas em conta nem mesmo para arranhar de nenhum modo a soberana e tirânica dominação dos barões em suas fazendas e nas suas ambições de conquista de novas terras.

Ao camponês e sua família e ao trabalho do eito, nenhuma regra se estabeleceu para servir de freio à exploração senhorial. Ao poder do latifundiário e explorador da propriedade da terra, nenhum limite foi estabelecido, nem mesmo à cobiça e à conquista manu-própria dos senhores, para amparar o camponês posseiro que enfrentou a terra brava para domá-la e cultivá-la, transformando-a em fonte de produção, ou para preservar o arrendatário, o meeiro, o colono ou o assalariado, da dominação brutal do senhor da terra, absoluto na injustiça e incontentável na exploração.

Assegurado à minoria de latifundiários o gozo de amplos privilégios de conquistar, submeter e explorar a propriedade da terra e os homens que a lavram, por um poder público organizado inteiramente a seu serviço, passaram as leis fundamentais e as constituições do país a prescrever que a "propriedade é garantida em sua plenitude", como na Constituição reacionária de 1824, ou como estabelece hoje o Código Civil em vigor, "é plena a propriedade" e o "seu domínio é ilimitado", o que mostra que não nos afastamos ainda do longínquo tempo das Ordenações Manuelinas e Afonsinas. Desde então, muita coisa foi alterada, suprimida ou inovada, menos os dispositivos básicos da propriedade da terra, e isto não acontece por acaso, porque o poder público sempre foi aqui uma expressão direta da classe dominante, a que serve consequentemente e no nosso país são os latifundiários o grosso dessa classe no poder.

O jornalista Hipólito da Costa, no seu «Correio Brasileiro», já apontava os prejuízos decorrentes de uma estrutura defeituosa e antiprogressista das leis civis relacionadas com a propriedade da terra, tanto que afirmava a necessidade de novos textos para incentivar a imigração com destino ao nosso campo, como meio de tirá-lo do atraso em que se en-



contrava. Hipólito, no entanto, não conseguia ver com clareza e amplitude o problema que era e continuava a ser o maior em nosso país, que hoje exige profunda revolução para ser pôsto em termos de progresso. Que vantagens adviriam das medidas preconizadas pelo brilhante jornalista e lutador dos primórdios das campanhas da independência, se essas medidas fôssem postas em prática, mas sem antes revirar todos os fundamentos da estrutura de nossa economia agrária, pela proteção do camponês na sua terra, livre e a coberto da ação avassaladora dos senhores latifundiários sempre em expansão e pela garantia dos meios adequados para produzir e dispor convenientemente do resultado de seu trabalho?

É que os capitães dos forais, dos séculos da colonização e os seus sucessores de hoje, os latifundiários de tôdas as glebas, impuseram e garantiram um arcabouço de privilégios e garantias em seu próprio benefício que atinge tôdas as extensões e profundidades, desde as leis, as constituições, os aparelhos judiciais e policiais, os órgãos administrativos, os poderes de governo, até a estrutura econômica e financeira de que dispõe o país.

Tudo está organizado para que os privilégios do latifundiário, senhor da terra e dos seus servos, estejam imunes e a agasalho das ameaças, porque o dinheiro, o estado,

a justiça, a polícia, tudo corre para proteger a sua impunidade e incolumidade.

Inútil tem sido alguém bater à porta da justiça ou do poder de estado para conseguir amparo, porque eles são justiça e estado da classe dominante, que é no nosso país a classe dos latifundiários e seus aliados imperialistas e agentes da dominação imperialista.

Os camponeses não acreditam em soluções que não sejam as de sua própria luta e nisto eles estão com a verdade histórica, pois que nem os poderes legislativos, executivos ou judiciários em nenhuma época no Brasil já tomaram a mais ligeira e superficial medida para proteger os homens da terra que trabalham e produzem.

O desbravador de sertões inóspitos são os camponeses anônimos que pagam tributos terríveis em vidas, e saúde, em sofrimentos inauditos. Mas são os latifundiários, grileiros e usurpadores, os que aproveitam o fruto do desbravamento, quando a terra se vai tornando domada e produtiva. Então aparecem os chamados "titulares de domínio", que forjam ou arranjam "títulos de propriedade", por meios excusos, por usurpação ou falsificação, ou ainda por meios de concessões de governos venais, para tomarem conta da gleba, expulsando, espoliando e matando o camponês desprotegido.

Em todo o transcurso de nossa história, a vida de grande parcela de nossas populações do interior, ligada à atividade do campo, tem sido a luta contra essa situação de esbulhos, invasões, morticínios e saques os mais escandalosos, para apressamento das terras lavradas pelos camponeses, com o esforço de verdadeiras epopéias.

Desde o mais remoto tempo da colônia, freqüentes movimentos têm sido gerados ou influenciados por essa situação de exploração escravizadora e semifeudal no campo, ou de usurpação das terras pelos latifundiários. Palmares, Balaios, Canudos, Contestado e muitos outros movimentos registrados erroneamente ou não registrados pelas histórias oficiais escritas, são exemplos vivos disto. Naquelas suas lutas, os camponeses sustentaram bravos combates, mas sem obterem resultado prático de longo alcance devido a desigualdade de forças e sobretudo por falta de melhor esclarecimento em seus objetivos e uma organização de luta suficientemente ampla e moldada em princípios bem definidos. As lutas eram improvisadas e limitadas a questões quase sempre momentâneas e individuais, sem que os lutadores vissem o

cerne da contenda que era o da libertação da terra e do trabalho camponês. Os homens do trabalho do eito nunca obtiveram qualquer solução para o problema que se veio agravando sempre, não obstante uma apregoada e ao mesmo tempo hipócrita **compreensão** ou **boa-vontade** dos opressores e usurpadores latifundiários, que em tôdas as ocasiões usaram dessas alegações para simples escamoteação quando se viam diante da disposição de luta direta dos oprimidos e espoliados. E até hoje essa alegada **boa-intenção**, forjada para confundir e abater o ânimo de luta só serviu de capa para mascarar a brutalidade, a exploração e a usurpação praticadas contra os camponeses.

Na Constituinte de 1946, Luís Carlos Prestes travou grandes batalhas dentro do parlamento que vinha de ser eleito para dar a carta fundamental ao país, e através dessas árduas refregas parlamentares o grande líder brasileiro mostrou a inexorabilidade do agudo problema agrário nacional, trazendo um quadro veemente do atraso, da miséria e das injustiças em que vegetam três quartos de nossa população. Prestes exigia solução para a questão fundamental brasileira, "porque o progresso do país — disse o dirigente libertador — não pode ser barrado por uma classe dominante, senhora da terra, proprietária das maiores extensões do nosso solo." E Prestes acrescentara: "Devemos ainda ter olhos para ver e sinceridade para confessar as consequências do monopólio da terra que assegura o predomínio político de uma minoria. Essa é a realidade nacional, e é a realidade desde o Império, em que predominavam os senhores de escravos, e, depois, durante toda a República, em que a classe dominante tem sido e é precisamente a dos grandes proprietários da terra".

"É o monopólio da terra — acrescentava Prestes na Constituinte — que gera as oligarquias estaduais e municipais, que anula na prática a democracia e a própria autonomia municipal. Vivemos, os do povo sob o predomínio dos coronéis, chefes e chefetes, senhores do barão e cutelo."

Mas os latifundiários e seus agentes dominadores do poder de governo não abriam mão nem mesmo de uma parcela dos seus imensos privilégios e, por isto, forçaram uma estrutura governamental inteiramente a seu serviço, como se vê hoje no âmbito federal, estadual e municipal. Ou é um Sousa Leão, latifundiário de Tupã, massacrador de alguns dos melhores filhos do nosso povo, e que fez do rico município um feudo a seus pés, ou é outro massacrador como Lu-

O SOBRETUDO

Afonso SCHMIDT

Parece-me interessante contar como vi Luís Carlos Prestes pela primeira vez e a impressão que ele me causou. Mas isso já faz muito tempo. Estávamos em meados de 1930. O movimento organizado pela Aliança Liberal, na véspera de desencadear-se, tinha-se cindido, ficando uns com Miguel Costa, outros com o Cavaleiro da Esperança.

Certa manhã, aqui em São Paulo, recebi a visita de um camarada que, em nome do chefe das esquerdas, me convidou a ir a Buenos Aires. Imagine-se o entusiasmo com que toquei para Santos e tomei o navio para o Rio Grande. Lá chegando, meti-me no trem, atravessei os pampas gelados e fui ter à Uruguiana. Mas ao desembarcar compreendi que não seria tão fácil atravessar para a Argentina. A cidade fronteiriça estava rigorosamente vigiada. Os forasteiros não encontravam acomodações. A muito custo, consegui uma cama-de-vento no quintal do Hotel Cidade, em casebre que anteriormente desempenhara as funções de quarto de banho. No teto, de tálha vã, ainda se viam os chuveiros de lata, enfeitados de teias de aranha.

A porta não tinha fechos. De noite, no pátio escuro, batido pelo vento do rio, ouviam-se passos, frases misteriosas, cochichos. Aquilo dava medo. Os meus inimigos, que, naquela ocasião, estavam dos dois lados, bem poderiam fazer-me uma surpresa... Pensando em tais coisas, não conseguí dormir. Altas horas da noite, comecei a ouvir gemido no compartimento contíguo igualmente, transformado em quarto de hóspedes. Alguém levantou-se, saiu para o pátio, aproximou-se da minha porta e experimentou-a.

— Quem está aí?

— E' de paz. Preciso falar-lhe.

Acendi o coto de vela e abri a porta. Quase não acreditei no que meus olhos viam. Diante de mim desfigurado, doente, estava um antigo companheiro de trabalho, que havia aderido às hostes liberais e, segundo parecia, conspirava em Uruguiana. Ele, por sua vez, ficou perplexo de encontrar-me ali, a tais horas, no interior de

um casebre. Contou-me que, sentindo-se mal, resolvera apelar para o hóspede do quarto vizinho, na esperança de um auxílio, e tanto melhor se esse hóspede era eu. Sentamo-nos na beira da cama e conversamos até o amanhecer.

Depois do café, fui para o pôrto. Mas as pessoas que se aproximavam do embarcadouro de Uruguiana eram revistadas, interrogadas, deviam apresentar documentos da localidade de procedência. Eu não tinha papéis, nem poderia tê-los. Dirigi-me à casa de um antigo líder da Aliança Liberal, que morava perto. Pensei que ele, ao ver-me, mostrasse a alegria de outros tempos, quando andávamos em caravana política pelo Rio Grande do Sul. Mas a coisa não se passou assim. O homenzinho estava informado da minha atitude e recebeu-me com quatro pedras na mão. Xingou-me de comunista, ameaçou-me de prisão e só me deixou sair sob condição de regressar imediatamente a São Paulo.

Entrando no hotel, encontrei um garção que me pareceu acessível. Conte-lhe meus aborrecimentos. Ele se interessou pelo caso e, depois de pensar maduramente, indicou-me uma solução. Estávamos no dia 9 de julho, data nacional argentina, comemorada com festas em toda a fronteira. Dali a pouco o clube de futebol de Uruguiana deveria atravessar o rio para a cidade de Paso de los Libres, em frente, a fim de jogar uma partida com o clube local. Se tudo corresse bem, eu poderia tomar a barca e fazer a travessia, entre os torcedores do Uruguiana. Ótimo!

Meia hora depois, ouvi um falatório na rua. Os «players», seguidos de homens e mulheres, dirigiam-se para o pôrto. Na Praça Barão do Rio Branco, o público batia palmas e dava vivas. Quando os excursionistas passaram pela porta do hotel, peguei da «valise» e me confundi com eles. No pôrto, havia uma barca especial, embandeirada, com orquestra. Tomei-a. Acomodei-me o melhor que pude e, dali a pouco, desembarcava no cais de Paso de los Libres, entre aclamações de esportistas argentinos. Não fui incomodado pela polícia, nem pelo fisco... Almocei, e jantei no

pion, no governo do Estado do Paraná, que empreita a expulsão e a chacina de milhares de sítiantes das terras de Porecatu e Centenário, ou ainda o outro chacinador como Ademir de Barros, que, cheio de atos sanguinários contra o povo paulista, organiza agora uma Polícia Rural, novo ramo da sua máquina de opressão já tão extensa, para assassinar camponeses em suas lutas de reivindicações. E acima desse quadro é Dutra ou será Getúlio, com o poder federal nas mãos, para servir aos latifundiários e grandes capitalistas, sempre esmagando as aspirações dos que produzem e querem viver em paz nas terras que trabalham. Getúlio, em sua mágica campanha eleitoral, andou oferecendo até reforma agrária aos homens do campo, mas bem se pode avaliar a insinceridade de suas promessas eleitoreiras, lembrando que ele não deu aos camponeses em seu longo governo ditatorial uma única medida de proteção, que não moveu uma palha para dar uma parte das suas extensas áreas de terras aos que trabalham, e que hoje se encontra de inteiro acordo com os magnatas das fazendas, através da Sociedade Rural, Malta Cardoso e outros que compõem a base da defesa dos privilegiados da classe dominante.

Diante dessa situação, é fácil concluir que nenhuma solução prática e útil será encontrada, senão por meio de lutas cada vez mais vigorosas e para isto o histórico Manifesto de Prestes, lançado a 1º de agosto é que dá a chave da solução que interessa aos oprimidos, explorados e espoliados: "Ou o povo toma os destinos da nação em suas próprias mãos para resolver de maneira prática e decisiva seus problemas fundamentais, ou submeter-se à reação fascista, à crescente dominação do imperialismo ianque, à ignomínia da pior escravidão, que o levará à mais infame de todas as guerras".

E o povo, cansado de tentar uma solução vinda diretamente do entendimento com os senhores latifundiários, em resultado do que só recebe espancamentos, assassinios e espoliações de seus haveres e propriedades, já se convenceu de que a luta é mais ampla do que a simples disputa nas questões locais ou específicas de cada atividade.

O povo já compreende hoje que só lhe resultam espancamentos, assassinios e roubos de suas propriedades e haveres, quando espera uma solução partida do próprio senhor da terra. «É o povo que luta porque não está disposto a ser reduzido à condição de escravo», como constata o Manifesto de Agosto, que a seguir acrescenta: "Diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária,

é um direito sagrado e o dever iniludível de todos os patriotas. É o caminho da luta e da ação, o caminho da revolução."

Consideráveis parcelas da massa camponesa, que dia a dia se avolumam, vêm adquirindo o conhecimento do Manifesto, que é debatido e estudado. Com entusiasmo os homens do campo encontram o caminho que os conduzirá à verdadeira e definitiva solução do seu problema secular e tão fundamental para a estrutura econômica de nossa Pátria. É a clareza da sua análise, a justeza das suas proposições e a largueza do caminho que o seu rico texto abre, que deram à massa camponesa de todo o interior, como deram também aos trabalhadores, aos intelectuais honestos e de vanguarda, a todo povo, a arma de luta forjada para a vitória.

Em Porecatu e Centenário, como em muitos pontos do sertão brasileiro, onde se acendeu a chama da luta libertadora, surgem os primeiros combatentes bem organizados, para a defesa primeiramente de seu chão e de seus haveres e depois para a conquista de direitos que somente através dos comitês de libertação nacional é que serão alcançados.

O sertão norte-paranaense está na primeira linha dessa luta, e todos nós vimos emocionados os relatos contidos nas reportagens vigorosas de Alvaro Marques e Raul Azêdo Neto, publicadas no "Hoje" e na "Imprensa Popular", colhidas no âmago das terras sublevadas, onde os choques dos camponeses libertadores com os agentes da reação latifundiária, já atingem contornos épicos, dadas as características de bravura, firmeza moral, solidariedade, espírito de organização e disciplina e confiança no futuro resultado dos seus embates. No bojo dessas jornadas estão as palavras de Prestes, lançadas no Manifesto de 1º de Agosto e todos sentem a lição esclarecida do grande dirigente que conduzirá o nosso povo à vitória final na grande luta de libertação nacional.

O Manifesto é a palavra indômita que percorre o sertão, como raio de luz a acender a alegria nas palhoças, nos ranchos e nos eitos. Ele é a força que esclarece, que organiza, que conduz à luta de libertação e que prepara a vitória de milhões de camponeses, em aliança com os operários e demais parcelas do povo que sofre. O Manifesto é o roteiro da revolução que libertará o campo do pesado fardo secular do feudalismo, da exploração e do atraso. Será ao mesmo tempo, com a expulsão dos dominadores imperialistas norte-americanos e seus caudatários e serviais, a libertação nacional, vitoriosa, com a instauração de um governo democrático-popular, para a construção pacífica de nosso progresso.

Hotel Internacional, um prédio baixo, com pátio interno, como só existem nas velhas cidades da Espanha. Tive o prazer de ver à cabeceira o General Isodoro Dias Lopes, então hóspede daquela casa.

À noite dirigi-me à estação e, depois de longa espera, tomei «El Guarany», trem que liga Buenos Aires a Assunção. Uma noite, depois de muito viajar, acordei com o trem parado. Resolvi dar um passeio, apesar da escuridão. Desci para a estrada e me pus a caminhar, guiado pelas lanternas dos operários. Um deles, porém, gritou-me de mau humor.

— Mira que te vaes a caer!

Só então reparei que o vagão estava sobre o «ferry-boat», fazendo a travessia do rio, entre Ibicui e Alvear. Voltei vexado para o vagão. Muitas horas depois, não lembro quantas, desembarquei na estação de Chacarita, em Buenos Aires. O termômetro desce abaixo de zero. Fazia um frio siberiano. Quando se dava uma topada, nascia um urso branco. E eu, sem sobretudo, com uma roupinha clara que chamava a atenção dos transeuntes. Assim mesmo, depois de pedir informações sobre ruas, tomei um bonde e fui apresentar-me a Luís Carlos Prestes.

Era na «calle» Gallo, esquina Mancilla. Uma casa velha, baixa, de portas largas. Durante o dia fingia de casa comercial. Quem passava na rua, via lá dentro um automóvel, uma máquina de café expresso, pilhas de tábuas e barricas de mate. De quando em quando, um freguês entrava animado de bons propósitos e procurava dirigir-se a alguém. Esperava, fumava, reclamava, mas acabava por desistir porque naquela casa «sui generis» os fregueses eram mal vistos. As preocupações políticas absorviam inteiramente os moradores. Mas à noite, fechadas as portas, o estabelecimento animava-se. Chegavam emissários. Formavam-se grupos. Liam-se em voz alta cartas, recortes de jornais chegados do Brasil.

Bati à porta. Fui atendido por um moço em que logo reconheci Orlando Leite Ribeiro. Na loja, sentadas entre os artigos destinados à venda, vi numerosas pessoas. Reconheci a algumas delas. Eram, como eu, gente que ia do Brasil para conversar com Luís Carlos Prestes. Trocamos impressões. Meia hora depois, chegado a minha vez, um camarada veio chamar-me. Entrei na sala contígua, menos alumiada, onde tapumes dissimulavam camas. Ao centro sentados à volta de um aquecedor a carvão, alguns homens tomavam mate. Embalde procurei entre eles um gaúcho alto, barbudo,

de olhar perscrutador pois assim eu imaginava Luís Carlos Prestes. Sentei-me também ao pé do fogo e esperei que, afinal, me conduzisse à sua presença.

Os desconhecidos continuavam a conversar, seriamente. Minutos depois, um vizinho, baixo, magro, de cara escanhada, falou-me, para dizer alguma coisa:

— Quando chegou?

— Hoje.

— Como vai indo aquilo por lá?

Pus-me a falar. Quando me calava, sentia pousados sobre mim dois olhos serenos. E me julgava na obrigação de falar mais. O homem sugeria. Diante disso, eu me tornava verboso, eloquente, contrariando minha maneira de ser. Por fim, declarei que viria para ouvir Luís Carlos Prestes, assim que ele quisesse receber-me.

O homem do lado sorriu e segredou-me.

— Você está falando com ele!

Fiquei de pé, quase sem querer. Estava diante de Prestes, conversava com Prestes, como se estivesse falando com qualquer outro homem! Ele sorria. Depois, afetuosamente, quis saber da viagem, das dificuldades, interessou-se pela minha acomodação, como um dono de casa galanhoso e cortês. Duas horas depois de conhecê-lo, já me sentia íntimo, devotado, capaz de grandes coisas. Ele era como o irmão que a gente nunca viu e um dia encontra no caminho.

Mas eu quis sair. Desejava conhecer Buenos Aires à noite. Luís Carlos Prestes me acompanhou até a porta e aconselhou-me:

— Se se extraviar tome um auto.

E, reparando no meu ar encorrujado, a tremer de frio, coçou a cabeça... Depois, rapidamente, tirou o sobretudo que vestia e, sem dar tempo a que eu protestasse, atirou-o nos meus ombros, fechando em seguida a porta. Fiquei na rua, comovido sem palavras.

Assim passei aqueles dias de inverno em Buenos Aires. Quando, dois meses depois, desembarquei na estação da Sorocabana, num ambiente enfarruscado, cheio de surpresas e de sustos, envergava aquele agasalho que me aquecia mais a alma do que o corpo. Dentro do sobretudo preto, puido, que me dera Luís Carlos Prestes, eu me sentia mais orgulhoso e mais feliz do que Pedro II, ariastando o seu famoso manto, todo feito de papos de tucanos.

A Revolução Brasileira e a Batalha

O cartaz colorido em que aparece um menino paulista empunhando uma metralhadora americana estava denunciando mais uma publicação ianque de propaganda de guerra. Comprei o folheto com a história em quadrinhos de Xuxá e do Capitão Wickers. O jornaleiro me informa que a vendagem é muito grande. Xuxá, antes de conhecer o Capitão Wickers, era o brasileiro Zézinho. O ideal de vida apresentado pela história de emoções e aventuras de guerra, que tornou o ex-Zézinho uma personagem importante, um herói, é a essência mesma do cosmopolitismo — receber dinheiro, dólares, e ordens de americanos.

Essa propaganda de guerra não pode deixar de ser a propaganda da ideologia dos lacaios, a propaganda do desfibramento e da desmoralização, do servilismo mais abjeto diante dos «homens de raça superior», que trazem dólares e armas. Ela me recorda a denúncia que fez o Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado há um ano, na Bahia, em homenagem a Rui Barbosa: essas histórias em quadrinhos têm um objetivo desnacionalizante, destinam-se a promover o embrutecimento sistemático de seus jovens leitores e assim formar a massa de choque utilizável pelos tiranos e ditadores para o fascismo e a guerra.

A história de Xuxá vem confirmar, em plena rua, nos cartazes berrantes e coloridos, que impressionam a juventude, uma denúncia vigorosa e dramática, que, culpa nossa, culpa de todos nós que escrevemos, ainda é desconhecida de muitos brasileiros honrados e patriotas:

«Essa política de duas caras do imperialismo ianque não pode na verdade ser realizada senão ATACANDO A CONSCIÊNCIA NACIONAL DOS POVOS, senão destruindo a sua independência. É cada vez mais claro que o imperialismo ianque retoma hoje o caminho hitlerista da DESTRUÇÃO DAS NACIONALIDADES».

Essa denuncia cortante e à qual nenhum homem que ame sua pátria e seu povo pode voltar as costas foi feita em maio de 1949 por Luís Carlos Prestes. Diante dos fatos diários, da realidade concreta, temos o direito e o dever de chamar à discussão e à ação todos os que não estão dispostos a curvar a espinha e rastejar aos pés dos superman que nos oferecem dólares e armas, empenhados na obra satânica de destruição das nacionalidades, de destruição da nossa nacionalidade.

Em 1.º de agosto de 1950, a denúncia de Prestes se ergue mais alta e poderosa, com nova profundidade de análise e redobrado vigor de argumentação convincente, com força multiplicada e repercussão, no Manifesto ao Povo Brasileiro:

«Nosso povo enfrenta assim um dilema que se torna cada dia mais agudo e evidente. A paz ou a guerra, a independência ou a colonização total, a liberdade ou o terror fascista, o progresso ou a miséria e a fome para as grandes massas trabalhadoras. Ou o povo toma os destinos da nação em suas próprias mãos para resolver de maneira prática e decisiva seus problemas fundamentais, ou submete-se à reação fascista, à crescente dominação do imperialismo ianque, à ignomínia da pior escravidão, que o levará à mais infame de todas as guerras».

Não é admissível aceitar-se a desonra e a infamia de conjecturar sobre se os intelectuais, professores ou artistas têm ou não uma responsabilidade e um lugar nesta luta em que o povo brasileiro deve tomar os destinos da nação em suas mãos para resolver o dilema em seu favor. Não podemos discutir com os celerados e corruptos, que escrevem Xuxá e recebem dólares, sem descer à mais torpe abjeção. O que nos compete é marcá-los com ferro em brasa, apontá-los como os mais cruéis inimigos a serviço do estrangeiro destruidor da nacionalidade.

O Manifesto dirige-se «a todas as personalidades de prestígio popular, aos dirigentes políticos efetivamente democráticos, aos intelectuais antifascistas e anti-imperialistas, aos verdadeiros líderes populares».

O apelo é claro e direto aos intelectuais, à maioria esmagadora da nossa intelectualidade, que, à exceção de meia dúzia de pelegos cevados pela embaixada americana, não está disposta a abandonar por um prato de lentilhas a sua honrosa tração antifascista e anti-imperialista.

Quando um reacionário empedernido, como Góis Monteiro, é obrigado a reconhecer que não se pode analisar a situa-

ção nacional sem conhecer e tomar em conta o Manifesto de Prestes, quando a chamada grande imprensa tem que confessar que, em contraste com todos os demais, somente Prestes foi capaz de apresentar um programa claro e definido, esse apelo aos intelectuais não pode ficar sem discussão e resposta, sob pena de deserção do Brasil.

O Manifesto, desde o seu aparecimento, determinou uma movimentação de massas humanas, que só poderá crescer e agigantar-se. Nas cidades e nos campos, a convocação de Prestes agita, esclarece e congrega, acende esperanças e certeza de vitória. Ao mesmo tempo, ele determina mais ódio e furor, violências e repressões selvagens de parte da «minoria cada vez menor», que prefere ver cada Zézinho transformado em Xuxá e confia a salvaguarda de seus privilégios ao Capitão Wickers. É uma grande e tremenda luta que se trava, ainda nas primeiras refregas e escaramuças, mas que só poderá levar-nos a grandes e vigorosos embates em que todas as armas serão necessariamente usadas e empregadas a fundo.

Nessa luta é inconcebível que o mundo do pensamento e da arte possa ficar à margem. Ao contrário, escritores e artistas são desde já chamados a desempenhar um dos principais papéis, a participar como combatentes de primeira linha, com a missão não só atual, mas imediata e urgente de restabelecer a dignidade de Zézinho, impedir que ele nos seja roubado e desfigurado, fazer com que ele não só rejeite os dólares como uma ofensa mortal, mas se eleve à dignidade patriótica de lutar pela expulsão do Capitão Wickers.

A batalha das idéias, das idéias nobres e generosas, de paz e independência nacional, de valorização das qualidades superiores de nosso povo, contra as idéias de submissão e servidão colonial, da guerra de conquista e agressão, de rebaixamento de nosso povo como um povo inferior e mestiço somente capaz de receber ordens do estrangeiro, tem que ser travada, já acendeu os primeiros clarões do combate.

«Os acontecimentos se precipitam, diz o Manifesto de Prestes, e é evidente que se aproximam dias decisivos que exigem de todos nós mais ação e vigilância. A indiferença e o silêncio, o conformismo e a passividade já constituem, no momento que atravessamos UM CRIME DE LESA-PÁTRIA diante das ameaças que pesam sobre os destinos da nação».

É evidente que a suposta defesa da «liberdade criadora», do «direito de fuga» aos problemas e angústias do dia a dia não passa de manobra hipócrita para que deixemos passar o veneno de publicações como Xuxá dedicadas à propaganda de guerra, não passa da máscara dos corruptos que pretendem afinal de contas o «direito» de servir impunemente a essa «minoria cada vez menor» impiedosamente vergastada por Prestes. Trata-se, se quiserem, de escolher entre a liberdade de escrever para a grande maioria, a «maioria cada vez maior» em oposição ao ofício infame de distrair meia dúzia de vivedores e inventar balelas e bordar a venda dos olhos daqueles que são levados para o matadouro. Não existe «liberdade criadora» para os que são obrigados a salvar os privilégios dos exploradores e endeusar a bomba atômica. Nenhuma tarefa é tão capaz como essa de empobrecer e fazer de finhar até à morte a cultura e a arte.

Está bem longe de nós a preocupação de ditar temas, motivos ou assuntos. Estes borbulham na torrente da vida. O essencial é que sejamos livres de escolher: «o caminho da revolução ou o caminho da traição.» Sim, o caminho da revolução, da luta pelo Poder, pela conquista de um regime verdadeiramente democrático e popular, luta para a qual são chamados os intelectuais e antifascistas e anti-imperialistas para se baterem ao lado de todo o povo.

A idéia da Revolução tem sido apresentada como estranha ao trabalho tranqüilo e pacífico dos intelectuais, intensa a toda cultura, inclusive porque implica logicamente a idéia da violência. A Revolução é a tese principal do Manifesto e por isso desejo discuti-la neste artigo. O Manifesto de Prestes diz clara e abertamente: «... a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros — a solução revolucionária».

Não é demais perguntar: quando os juristas elaboram a teoria da «alienação progressiva da soberania nacional», quando escritores e jornalistas clamam que é preciso «preparar o Brasil material e ideologicamente para a guerra que vem», quando os sociólogos fazem o embelezamento e a defesa

das Ideias

ISAAC
AKCELRUD

«científica» do latifúndio, quando os economistas ensinam que «nosso problema capital é a importação de dólares», quando os escritores e poetas, para fugir à nacionalidade, ao povo, fogem à realidade e só cantam «céus sem estrelas», «solidões e pesadelos», quando se americaniza brutalmente a arte, a escola e o quartel, onde os soldados têm que cantar o «God Bless América» — a reviravolta do pensamento e da cultura nacionais poderão deixar de inspirar-se e alimentar-se nos poderosos motivos das lutas revolucionárias contra tudo isso, poderão deixar de fazer parte vital da solução revolucionária, da revolução nacional-libertadora?

Entretanto, mesmo entre nós, escritores, artistas, jornalistas, que já tomamos posição abertamente, se manifesta ainda a influência daquele ponto de vista que mascara a traição com a neutralidade ou a indiferença. Para alguns a solução revolucionária, com seu inevitável desfêcho de luta armada, parece cousa que não lhes diz respeito. Outros que aparentemente não pensam assim confundem a luta revolucionária com a perspectiva insurreccional imediata. E não acham nada para dizer ou fazer, pois parecem entender que a força da revolução é a «força bruta», cega e inconsciente como as «forças da natureza».

É preciso repetir e mais do que repetir, é preciso mostrar que não há nada mais errado, nada mais falso, esque-mático e esterilizante. É desnecessário demonstrar que os nove pontos do Programa Democrático de Libertação Nacional estabelecem entre si uma unidade rigorosa, uma perfeita coerência. Reivindicações tão sensíveis e imediatas para a intelectualidade, como «a efetiva liberdade de manifestação de pensamento, instrução e cultura para o povo, ensino gratuito, trabalho para a juventude que termina seus estudos, apoio e estímulo à atividade científica e artística de caráter democrático» são realmente irrealizáveis sem um governo democrático-popular, que realize uma política de paz contra a guerra imperialista, a imediata libertação do Brasil do jugo imperialista, a entrega da terra a quem a trabalha, o desenvolvimento independente da economia nacional e assegure as liberdades democráticas para o povo e o imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras.

Trata-se aqui, em primeiro lugar, como assinala o Manifesto, de «levar esse programa às mais amplas massas da população do país». É neste trabalho imenso, árduo e fecundo de «levar o programa às mais amplas massas», que começa o processo revolucionário. É aí que o poeta, o escritor, o pintor, o jornalista têm o seu primeiro e grande motivo de ação prática e cultural — levar à consciência de milhões os mais altos e nobres ideais, a perspectiva de um futuro — e bem próximo digamos com confiança — de felicidade, progresso e bem-estar. É preciso ter-se insensibilidade de paquiderme para ficar-se indiferente a um movimento de idéias e ações de tamanha produtividade e envergadura. É necessário que alguém seja de uma indigência moral e intelectual absoluta, de uma impotência vergonhosa, para poder escapar impassível ao contágio desse entusiasmo que vem da luta de milhões, para ficar à margem dessa torrente impetuosa de inspiração criadora. Cabe dizer aqui que a diferença entre os dois campos se torna evidente também pela qualidade dos homens que os representam.

«E através da luta diária, da ação e do trabalho pertinaz, que conseguiremos organizar o povo para a grande batalha.» Não é, portanto, o caminho da aventura irresponsável, da insurreição por decreto, mas o claro caminho da revolução germinando, crescendo, subindo, agigantando-se sem cessar. E Prestes esclarece mais em detalhe ainda, com a paciência do mestre incomparável.

«Mas é fundamentalmente através da luta pelas diversas reivindicações nêle contidas que o programa se tornará conhecido do povo, ganhará as massas e transformar-se-á na grande bandeira e na força poderosa capaz de libertar o país do jugo imperialista. Nesse processo, organizando para lutar e aproveitando a luta para organizar, unificar-se-ão as forças populares rapidamente crescerá e estruturar-se-á, a partir das organizações de base, a grande e poderosa FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.»

Qual o escritor ou jornalista que não deseja participar com o seu esforço uma luta pela efetiva liberdade de manifestação do pensamento? Qual o professor capaz de isolar-se da batalha pela instrução e cultura para o povo? Qual o artista que

pode concordar em isolar-se desse ímpeto vigoroso, que é a expressão do que há de mais vital, mais criador e que vem das aspirações e do esforço reivindicatório do que há de melhor em nosso povo, lutando para se organizar e se organizando para lutar?

Quando a liberdade de pensamento, o direito à cultura deixam de ser apenas belas frases para ornar artigos e ensaios, mas se transformam na exigência de milhões pela efetiva liberdade, pelo direito de verdade, então estamos diante de algo tão poderoso que é capaz de transformar a realidade, de impulsionar a roda da história, estamos diante de uma força revolucionária. «O caminho da revolução ou o caminho da traição» é o dilema sempre presente. A traição é excluir-se deliberadamente dessa luta, desertar do povo, ficar em companhia da podridão dos cadáveres insepultos, servindo em última instância ao Capitão Wickers. A Revolução é o caminho honrado e glorioso de escrever e produzir para a esmagadora maioria, captando a grandiosidade da marcha de todo o povo, incorporando à sua obra toda a força e imponente beleza da luta de milhões de homens e mulheres simples e fundindo seu pensamento e ação com os sonhos e aspirações, com os sacrifícios e heroísmos dos mais anônimos combatentes. Somente o caminho da Revolução, que leva para a construção do futuro é capaz de romper e quebrar a tradição entre os intelectuais e o «público.» O drama de muitos jovens intelectuais honestos, que ainda sentem vazio em torno deles, a incompreensão de um lado e misteriosas barreiras que freiam seus passos de outro, é o drama dos que ainda não acharam o caminho da Revolução. Por mais que se queira fazer do intelectual um «neutro», cada vez que ele não seja um mentiroso na crônica ou na reportagem, um falsário na história e no folclore, cada vez que ele não seja um agente de empresa funerária na sua poesia, sempre que enaltecer os valores nobres e positivos do povo, que souber incutir no espírito de seu «público» o amor aos altos ideais e a confiança em conquistá-los, sempre que cultivar e enriquecer a contribuição de nossa nacionalidade ao tesouro do progresso da humanidade, que opuser o amor à paz e a certeza de que sem nós os fabricantes de armas terão que fechar seu imundo negócio, esse intelectual estará fazendo pela Revolução, criando e construindo para a Revolução, por mais que julgue elevados e inacessíveis os cimos da arte e da cultura. Agora, se trata precisamente de tomar consciência disso, tomar consciência de que a reação é a grande fábrica da mediocridade, de que somente é possível avançar junto com as forças ascendentes da história.

Vêde a luta em defesa da terra que travam contra os grileiros de Lupion e Lunardelli os posseiros de Porecatu. Quem deve ser o herói do poema, do romance ou partitura sobre essa batalha? O camponês Bernardes ou o policial Capitão Paredes? Bernardes foi fuzilado pelo Capitão Paredes. O intelectual a serviço de Geremia Lunardelli (e atrás de Lunardelli está Rockefeller) escolherá o fâcinora Paredes e terá seus originais aprovados pelo G-Man John Huhner e publicados em destaque em «O Estado de São Paulo». Mas o intelectual da revolução terá em Bernardes a figura legítima do herói, que as massas aceitam e cultuam, porque ele simboliza a luta dura contra a floresta, a história da mão que venceu a natureza e acabou dominando a terra com a sementeira, porque ele é o exemplo do valente que não entrega sem luta seu pedaço de terra. Esse originais por certo não gozará do elígio fácil de Sérgio Milhet e sua existência será anotada pelos policiais da embaixada americana. Mas, em última instância, quem decidirá no futuro? Quem decidirá é o exemplo de Bernardes e não a ficha de John Huhner. Quando chegar o momento da decisão final e as massas de milhões tomarem a si a realização da tarefa dos mártires e precursores — Godói, Rossi e Marma, Zélia e Angelina, Calado e Deoclecio, Malvone e William Gomes — que será das fichas da polícia e dos apontamentos da embaixada ianque?

O problema dessa escolha é muito agudo e atual. Porque, como nos diz Prestes, «nunca foram tão grandes como agora os fatores favoráveis ao sucesso do nosso povo na sua luta pela independência nacional e pelo progresso social».

Alegremo-nos com as lutas parciais que eclodem em todos os cantos, com as greves, as manifestações e os choques com a reação porque elas intensificam e aceleram o processo de mobilização do povo, educam e preparam o povo para a grande batalha inevitável e cada vez mais próxima.

A violência com que pretendem assustar os intelectuais (e insultá-los dessa forma) nunca é de iniciativa das forças do progresso. Sempre foram as forças retrógradas e caducas que procuram sobreviver e impor a sua ordem de cemitério pela mais bestial e selvagem violência. A Revolução só emprega

O PROCESSO CONTRA

A decretação da prisão preventiva de Luís Carlos Prestes, outro página negra na história dos tribunais brasileiros, indica que o Supremo Tribunal Federal retomou a sinistra tradição do execrado tribunal de segurança nacional, no momento em que, por sugestiva coincidência, entrou em vigor nos Estados Unidos a lei de segurança que os homens da dominação imperialista fizeram aprovar para a perseguição contra os partidários da paz, os líderes populares independentes e todos aqueles que se opõem à política de guerra e agressão, fomentada em Wall Street e no Pentágono.

O povo brasileiro, no entanto, que luta contra a aprovação da lei de segurança no nosso país, contra a guerra e pela nossa libertação, está lutando com redobrado vigor para preservar o grande e amado líder, das garças dos opressores.

Nessa luta do povo para barrar os designios de reação contra Luís Carlos Prestes, grande tem sido o incentivo e permanente a solidariedade de todos os homens livres e de todas as organizações democráticas.

Dentre os inúmeros documentos de protesto contra a decretação da prisão preventiva de Luís Carlos Prestes e manifestando a solidariedade ao grande líder, destaca-se a mensagem de 200 intelectuais franceses, exprimindo os maiores valores da literatura, das artes, da ciência e do magistério universitário.

É o seguinte o texto dessa importante mensagem:

"Chega-nos do Brasil a notícia de que um novo processo é iniciado contra Luís Carlos Prestes e que sua liberdade se encontra mais uma vez ameaçada.

Faz apenas alguns anos que o heróico dirigente popular brasileiro foi arrancado, pelo povo do seu país e graças à solidariedade internacional, da prisão onde a ditadura fascista o havia lançado, devido à sua atividade patriótica à frente das grandes massas brasileiras em luta contra o nazi-fascismo e pela independência da Pátria.

Quando da campanha então levada a efeito para a libertação de

Prestes, as vozes mais autorizadas dos intelectuais de todo o mundo levantaram-se para protestar contra a condenação do grande dirigente popular brasileiro e contra o martírio imposto à sua família.

Nesta época, Romain Rolland, escreveu o seguinte: "Prestes entrou vivo no Panteão da História. Ele pertence a toda a humanidade."

Hoje, Prestes representa para toda a América Latina, e para o Brasil em particular, a esperança de libertação econômica, de democracia e de paz. Hoje, mais do que nunca, aparece-nos como o porta-bandeira dos romens livres. Sua liberdade é uma garantia de paz e de progresso para sua Pátria e para toda a América do Sul.

Somente aqueles homens cujos interesse os incitam a lançar o mundo numa nova guerra, somente aqueles que apoiam os projetos agressivos do imperialismo ianque, somente os inimigos da paz e da independência nacional podem desejar o novo encarceramento de Luís Carlos Prestes, símbolo da coragem, do patriotismo e da grandeza do povo brasileiro.

Contra o insulto que constitui tal processo de opinião protestamos junto ao governo do Brasil e, ao mesmo tempo, asseguramos ao povo brasileiro e a Luís Carlos Prestes nossa fraternal solidariedade.

Assinado:

JEAN LAFFITTE, Secretario Geral do Comitê Permanente do Congresso Mundial dos partidários da Paz, escritor; JEAN PÉHUS, Professor da Universidade de Paris; MARCEL COHEN, Diretor de estudos na Escola de Altos Estudos, ex-diretor de pesquisas; PIERRE COURTADE, Escritor, jornalista; MARCEL PRELTINT, Cientista, Professor da Universidade de Paris; Dr. J. Gutierrez, Medico-chefe da Policlínica dos Serviços Públicos de Paris; JEAN KANAPA, Escritor, professor de Universidade; R. ZAZZO, Professor do Instituto de Psicologia e diretor do Laboratório Roussel; HENRI WALLON, Cientista, Professor do «Collège de France», Diretor da Escola de Altos Estudos; J. MEYER, Cientista, Professor da Universidade de Paris; LEON FRAPIÉ, Escritor, Decano do Premio Goncourt; BORIS TASLITSKY, Pintor; J. AMBIAD, Pintor; ANDRÉ FOUGERON, Pintor; PGNON, Pintor; AURICOSTE, Escultor; FRANÇOISE LECKERC,

Secretaria da União das Mulheres Francesas; membro do Comitê Exeutivo da Federação Democrática Internacional de Mulheres; M. GROMAIRE, Pintor; MARCEL GIMOND, Professor da Escola de Belas Artes e da Escola de Artes Decorativas, pintor; F. LEGÉR, Pintor; JEAN LURCOT, Pintor; MARC SAINT-SAENS, Pintor; MARZELLI, Pintor; DESNOYER, Professor da Escola de Artes Decorativas; J. DEWASNE, Pintor; JEAN BOULIER, Padre católico, ex-professor de Direito Internacional do Instituto Católico de França; PIERRE HERVÉ, Jornalista; JEAN MARCENAC, Escritor, poeta; GUILLEVIC, Poeta; CLAUDE ROY, Escritor; JACQUES GAUCHERON, Pintor; LAURENT CASANOVA, Escritor, deputado; LOUIS MARTIN-CHAUFFIER, Escritor, Presidente do Comitê Nacional dos Escritores; RENE MARAN, Escritor; RENÉ MAUBLANC, Professor da Universidade de Paris, Professor de Filosofia no Liceu Henrique IV, secretário da revista «La Pensée»; CHARLES BOURGIN, Diretor dos Arquivos de França; AMBROISE POLOQUIN, Cientista, membro da União Racionalista; MARIA CASARÉS, Atriz de teatro e cinema; SERGE NIGG, Compositor, Secretário da Associação de Músicos Progressistas; ANDRÉ RIBARD, Historiador; SIMONE TÉRY, Escritora; WLADIMIR POZNER, Escritor; POZZO DI BORGIO, Escritor; J.P. LANGEVIN; PERRE ABRAHAM, Escritor; tenente-coronel da Aviação, Conselheiro Municipal de Nice; ANDRÉ LANGEVIN, Cientista, chefe de trabalho, na Escola de Física e Química; LUCE LANGEVIN, Professora do Liceu Fénelon; VICTOR LEDUC, Escritor; PAUL ELUARD, Poeta; CHARLES MAUGUIN, Cientista, professor da Universidade de Paris, membro do Instituto de França; ROGER DESORMIÈRE, Chefe da Orquestra da Ópera Cômica de Paris; GASTON CASANOVA, Cientista, professor da Universidade de Paris; HENRI MALHERBES, Compositor; BARRABÈS, Cientista, Professor da Universidade de Paris; ELSA BARAINE, Compositora; HENRI MINEUR, Diretor do Instituto de Astrofísica; EMMANUEL D'ASTIER DE LA VIGÉRIE, Escritor deputado, diretor do jornal «Libération»; ALBERT BAYET, Professor da Universidade de Paris (Sorbonne), Presidente da Associação Francesa de Imprensa; ABADE LE RENARD, Padre Católico, cura de Esson; FRANCIS JOURDAIN, Crítico de Arte; RAYMOND QUENEAU, Escritor; CLAUDE ANDRÉ PUGET, Dramaturgo; IRENE JOACHIM, Cantora; FOURASTIER, Professor da Universidade de Paris (Escola de Ciências Políticas), economista; ALME COTTON, Cientista, Membro do Instituto de França; JULES BLOCH, Professor do Colégio de França; ANDRÉ WUR-

a violência para responder e quebrar a violência da reação. O exemplo brasileiro é bem claro. Quem tomou a iniciativa do massacre de Tupã? Quem metralhou o povo em Rio Grande e na Esplanada do Castelo?

«Diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária, é um direito sagrado e o dever iniludível de todos os patriotas. É o caminho da luta e da ação, o caminho da revolução.»

Nos dias de hoje, cárceres cheios, praças interditadas pela polícia, fábricas transformadas em campos de concentração e de trabalhos forçados, preparação clandestina de contingentes de jovens soldados para a agressão ao povo coreano, a arte e a literatura não podem se ocupar dos delatores, dos covardes, dos que traem, contra os que resistem, combatem e não se rendem. O herói não pode ser o superman que lança arrasa-quarteirões sobre populações indefesas, mas sim o guerreiro, o soldado da libertação que apanha o massacrador covarde em suas malhas e o destrói implacavelmente. Somente

te uma arte e cultura para covardes e escravos pode colocar-se contra esse tipo de luta armada em que as armas defendem a liberdade contra a violência dos escravizadores, pode colocar-se contra a revolução que derrubará os traidores e incendiários de guerra em nossa pátria e assim fortalecerá o campo da paz no mundo inteiro.

Estes problemas candentes de nossa hora animam a batalha das idéias, que precisa ser levada até suas últimas consequências. O apelo e a convocação do Manifesto de Prestes aos intelectuais os incluem entre as forças construtivas e progressistas da nacionalidade, como um chamado veemente das próprias massas, que se mobilizam e se põem em movimento. Mas esse apelo histórico não se dirige apenas aos que já exercem ou já se iniciaram nessa nobre e alta atividade. É também um chamado à formação de uma nova intelectualidade, que deve iniciar-se desde já ao calor das idéias elevadas e generosas do Manifesto, sob a inspiração das lutas patrióticas e das ações revolucionárias de nosso povo.

PRESTES

MSER, Escritor; JEAN BABY, Economista, Professor da Universidade de Paris, historiador; JOSEPH BILLIET, Ex-diretor Geral de Belas Artes, Conservador-chefe dos Museus Nacionais; E. AUBEL, Cientista, Professor na Sorbonne; GEORGES TEISSIER, Cientista, Professor na Sorbonne; J. DRESCH, Geógrafo, Professor na Sorbonne; LE'ON GOLDSTEIN, Cientista, do Centro Nacional de Pesquisas Científicas; VROELAND, Cientista do Centro Nacional de Pesquisas Científicas; NAETENIER, Cientista; C. ROTTECHILD, Cientista; A. GRUNDELAND, Cientista; R. SUTRA, Cientista, do C.N.R.S.; J. CHAUVIN, Cientista do Instituto Poincaré; A. CHOLLEY, Professor da Sorbonne; GEORGES SADOUL, Escritor, crítico de Arte; PIERRE DAIX, Escritor, redator-chefe de «Lettres Françaises»; A. JOLIVET, Cientista, Professor da Universidade de Paris; PERRE COT, Deputado, ex-ministro; AIMÉ CE'SAIRE, Poeta, deputado; LEON MOUS-SINAC, Escritor, Diretor do Instituto de Altos Estudos Cinematográficos; GEORGES BESSON, Crítico de Arte; CHARLES KOECHLIN, Compositor; CLAUDE MORGAN, Escritor, Diretor de «Lettres Françaises», redator-chefe da revista «Les Partisans de La Paix» órgão oficial do Comité Permanente do Congresso Mundial dos Partidários da Paz; PIERRE RENOIR, Ator de teatro e cinema; JEAN WIE'NER, Compositor; PIERRE SEGHERS, Escritor; CHARLES BRAUNEAU, Cientista, professor da Universidade de Paris; C. MOREAU, Escritor, secretário geral da União dos Cristãos progressistas; PIERRE GEORGES, Professor da Sorbonne e do Instituto de Estudos Econômicos da Universidade de Paris; JEANETTE VERMEEMAT, Secretária Geral da União das Mulheres Francesas; GEORGES COGNIOT, Redator-chefe de «L'Humanité»; GENERAL PETIT, General do Exército, Conselheiro da República Francesa.



A FEDERAÇÃO MUNDIAL DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA dirigiu ao presidente do Supremo Tribunal Federal seu veemente protesto por motivo da decretação da prisão preventiva de Luís Carlos Prestes e seus companheiros de processo. É o seguinte o texto desse documento:

“Sr. Presidente,

O Secretariado da FMJD recebeu com indignação a notícia da prisão preventiva expedida pelo Supremo Tribunal Federal contra Luís Carlos Prestes e demais dirigentes do Partido Comunista do Brasil.

Luís Carlos Prestes, grande dirigente do povo, ardente defensor da causa da Pátria, da Liberdade e da independência de sua Pátria, goza do respeito e do carinho não só da juventude e do povo do Brasil, mas também da juventude e dos povos que em todo o mundo defendem a causa da Paz.

A odiosa ordem de prisão de Luís Carlos Prestes é uma medida antidemocrática, contrária aos direitos do homem reconhecidos na Carta das Nações Unidas; é um ato de repressão dirigido contra todos os partidários da Paz e inspirado pelos tristes e mono-

pólios norte-americanos que exploram e humilham o povo brasileiro, é mais um ato a serviço dos promotores de guerra — os imperialistas norte-americanos que querem fazer do Brasil uma base militar de agressão e da juventude brasileira carne de canhão da guerra que preparam.

A ordem de detenção contra Luís Carlos Prestes não pode ser considerada pelos jovens democratas de todo o mundo senão como a resposta dos incendiários de guerra ao poderoso movimento de Partidários da Paz que se desenvolve no Brasil. É oportuno lembrar a este respeito que mais de dois milhões de cidadãos brasileiros, expressando a vontade da imensa maioria do seu povo, apesar da tremenda repressão policial, votaram pelo Apelo de Estocolmo que exige a proibição da arma atômica e a condenação como criminoso de guerra do primeiro governo que fizer uso desta arma contra qualquer outro país.

O Secretariado da FMJD, em nome de 70 milhões de jovens de 74 países, protesta enérgicamente e exige a anulação da ordem de prisão expedida contra Luís Carlos Prestes e demais membros da direção do Partido Comunista.

Saiba V. Excla., Sr. Presidente, que a Juventude democrática do mundo monta guarda vigilante em torno de Luís Carlos Prestes e seus camaradas.

Respeitosamente — (a) FRANCIS DAMON — pelo Secretariado da FMJD”.



ILYA EHRENBURG VERBERA O PROCESSO CONTRA PRESTES

A propósito do processo movido contra Luiz Carlos Prestes e seus companheiros, concedeu o consagrado escritor e jornalista Ilya Erhenburg uma entrevista a Jorge Amado, que transcrevemos na íntegra, dada a importância do protesto formulado através de suas palavras. Assim falou o grande pensador soviético:

— Os provocadores de guerra estão desesperados ante o crescimento do movimento mundial dos partidários da paz. Por isso desejam acabar com os homens que são os guias dos seus povos na luta pela paz. Para ver se assim podem calar a voz da humanidade. Processar Prestes é mais do que um crime, é ultraje à humanidade.

Sua voz se eleva, apaixonada:

— Que grande homem, que grande figura do nosso tempo esse vosso Prestes! Há quantos anos já seu nome ressoa aos nossos ouvidos e sempre ligado à luta pela paz, pelo florescimento da cultura, pelo progresso do seu povo.

Acende um cigarro, continua:

— Li ultimamente em Moscou a

tradução do teu livro sobre Prestes. Que vida apaixonante, que grandeza moral a desse homem! Já reparaste como nós somos privilegiados os escritores de hoje? Não necessitamos ir buscar no passado as grandes figuras a apresentar aos povos como exemplo, temos os nossos contemporâneos, os que estão transformando a vida do homem: Stálin e Dimitrov, Prestes, Mão Tsé-Tung e Thorez, por exemplo. São os heróis do novo tempo do homem. E eles surgem nos quatro cantos do universo, como esse Kin-Ir-Sen da Coréia, derrotando à frente do seu povo os provocadores de guerra norte-americanos. Vivemos um tempo cheio de heroísmo e de beleza. O tempo da luta pela paz.

Toma agora da caneta e sobre seu bloco de notas traça, com sua letra nervosa, algumas linhas em francês. Estende-me a folha de papel onde se desenha sua assinatura famosa:

— Envie a Prestes e ao povo brasileiro essas minhas palavras. Como escritor e como partidário da paz, protesto contra o processo com que querem fechar sua boca e amarrar suas mãos, com que querem processar a paz e a cultura pelas quais luta teu povo.

Leio as palavras escritas por Ehrenburg:

“Prestes é um partidário da paz, um homem que lutou sempre pela cultura e por um futuro melhor para todas as crianças. Quando acusam um homem de tal valor, todos os homens em todos os países são ultrajados.”

Prestes representa a paz, a cultura, o futuro das crianças: que melhor definição para o nosso grande comandante? Aquêles que o processam estão ultrajando os povos do mundo. Quando Ehrenburg escreve essas linhas ele não o faz apenas como um representante da cultura mundial, como o mais importante escritor vivo do seu tempo. Ele o faz também como representante de centenas de milhões de homens que em todo o universo combatem pela paz. O processo contra Prestes é uma das peças da máquina de guerra levantada pelo imperialismo ianque contra a humanidade. Derrotar esse processo, guardar Prestes é acusar os que o desejam condenar, é também lutar pela paz e lutar pela cultura e pelo futuro dos homens.

A voz de Ehrenburg interrompe meus pensamentos.

— Essa marcha da Coluna é qualquer coisa de grandeza clássica. Que grande homem esse vosso Prestes, esse nosso Prestes!



A MENSAGEM DE PABLO NERUDA

“Quero dizer ao mundo inteiro: “Prestes está em perigo. Salvemos Prestes”.

Procuram-no dia e noite no Brasil. Não o encontram. Querem assassiná-lo. São os mesmos que na Europa dirigiram as balas contra o peito dos melhores cipitães do povo.

Há anos conseguiram manter Prestes na prisão, durante 9 anos, incomunicável. Quando saiu de sua prisão, sua figura foi mais amada ainda. Percorreu o vasto Brasil, re-

colhendo o amor infinito de seu povo. Jamais na América se havia visto tão imensas reuniões populares. De seu romântico renome fez Prestes uma arma contra os inimigos do Brasil e organizou um movimento popular prodigioso. Em pouco tempo chegou a ser a primeira figura brasileira e bandeira de todas as aspirações dos trabalhadores.

Hoje iniciaram um processo contra Luís Carlos Prestes. Como é usual entre aqueles caudilhos. Acusam Prestes para desorientar a opinião mundial e justificar de antemão o crime. Querem atirar um pouco de seu próprio lodo ao rosto resplandecente do herói.

Podemos impedi-lo. Aquêles obscuros governantes que na América Latina mantêm o terror, a perseguição e o assassinato como sistema, crêm estar escondidos em sua obscuridade. Um olhar do exterior, um grito de solidariedade aos nossos perseguidos, os amedrontarão. Verão que operam à plena luz, que o mundo os conhece.

Protestemos, pois, contra o infame processo destinado a encarcerar de novo a Luís Carlos Prestes!

E que também esta grande e nobre figura da liberdade da América, perseguido e ameaçado, sinta junto aos seus ouvidos as palavras que de todo o mundo chegarão ao Cavaleiro da Esperança e da Paz.

Prestes está em perigo. Salvemos Prestes.

Roma, 1950.

PABLO NERUDA

x x x

DO HISTORIADOR EDISON CARNEIRO

— Voltamos à idade Média, com a ordem de prisão contra Prestes. O governo, para agradar aos patrões de Wall Street, está revivendo o delito de opinião, no mais deslavado achincalhe, não só à Constituição do país, como aos princípios que há mais de um século regem todas as nações civilizadas. Já não bastam, à campanha de terror que o governo vem desencadeando, os assassinios de patriotas, os selvagens espancamentos de cidadãos honestos, a dissolução de comícios a bala, o desrespeito às liberdades civis. Com a cumplicidade de juizes que se submetem ao papel de criados de policiais, o governo pretende agora alcançar Prestes, ferir o próprio coração na resistência patriótica. O povo não o permitirá e, pelo contrário, elevará tão alto os seus protestos que sustará o crime que se pretende cometer.

Prestes está no coração do povo — prosseguiu ele. Não será possível ao governo fazer dele mais uma das vítimas da sua violência. Para defendê-lo, para defender-se, o povo levará a vitória a campanha pela realização dos nove pontos do programa de seu filho querido, o grande Prestes.

x x x

DO PROF. MARIO FABIANO, CIENTISTA ILUSTRE, PRESIDENTE DA ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA PAZ E DA CULTURA:

— “Como todos os outros grandes revolucionários mundiais, Luís Carlos Prestes vem sendo perseguido iniquamente pelos inimigos do povo, desde que passou a empunhar com energia e

altivez a bandeira dos explorados e oprimidos, isso há mais de 25 anos. Trata-se de um atentado não somente contra Prestes, mas contra todos os que lutam pela democracia, o progresso e a paz, contra todo o povo brasileiro, enfim, de quem é o grande perseguido o líder incontestável. Aproveito a oportunidade para lançar um apelo a todos os meus amigos, aos democratas em geral, para que nos unamos sem perda de tempo e protestemos com energia contra essa perseguição a Prestes.”

x x x

DO PROF. LUIS FREDERICO CARPENTER, DA UNIVERSIDADE DO BRASIL:

— “Prestes não poderá ser condenado por propagar que o capitalismo não é uma ordem social eterna, sim será substituído pelo socialismo, como o próprio capitalismo substituiu o feudalismo na Idade-Média e este substituiu a ordem social fundada na exploração dos escravos na idade antiga, e esta ordem substituiu o comunismo primitivo da pré-história. Prestes não poderá ser condenado por pensar que o capitalismo cairá não por via de um processo evolutivo lento, sim por obra de uma revolução, que imporá, transitóriamente, a ditadura do proletariado e posteriormente, o comunismo científico em que vigorará o regime “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade.”

Lembrem-se os juizes de que a Constituição brasileira, no § 33 do artigo 141, se refere expressamente ao “crime” de opinião para repeli-lo, como merece. Lembrem-se os juizes de que condenando Prestes por crime ou débito “de opinião”, terão contribuído com a sua pedrinha para a construção no Brasil, do vergonhoso e extenso edifício da dissolução dos costumes, da corrupção geral.”

x x x

DO PROF. JOSÉ MARIA GOMES, DA UNIVERSIDADE DE S. PAULO:

— Não há base dentro da Constituição para a perseguição que se está movendo a Luís Carlos Prestes. Tudo indica que há uma conspiração internacional contra os maiores líderes do povo, como aconteceu a Togliatti na Itália, a Julien Lahaut, líder do povo belga e a Jorge Calvo, na Argentina. Só a opinião pública organizada constituirá a barreira e a força capaz de defender um homem como Prestes, cujo passado é uma demonstração viva de seu amor ao povo e à pátria brasileira.

x x x

Centenas de outras mensagens subscritas por cientistas, escritores, artistas, professores, profissionais, entidades culturais e civis, têm sido publicadas, não só no Brasil como em vários outros países, manifestando o repúdio de todos os homens progressistas, contra a manobra reacionária que visa encarcerar o grande líder brasileiro e seus companheiros.





nove estrelas vermelhas

Antonieta D. MORAES SILVA

EM LARGAS PERSPECTIVAS
NO CAMPO DA LUTA ABERTA
DESFRALDA-SE O MANIFESTO
BANDEIRA, SÍMBOLO, GLÓRIA
DA LUTA DE NOSSO POVO.

• ★ •

OMBRO A OMBRO, COMPANHEIROS,
CAMINHEMOS OLHOS FITOS
NAS NOVE ESTRELAS VERMELHAS,
NOVE PONTOS, NOVE SETAS,
INDICANDO O RUMO CERTO.

• ★ •

ENTRE AS CLASSES INIMIGAS
PASSA O RIO, PASSA O BARCO
A BANDEIRA SÔLTA AO VENTO
ENFUNADA DE ESPERANÇAS.
VÃO NO BARCO OS HOMENS FORTES,
QUE NÃO TEMEM TEMPESTADES.

A PROA SINGRA CONFIANTE
POR ENTRE ONDAS REVÓLTAS
OS CAMINHOS DO PORVIR.

• ★ •

EMPUNHANDO A TOCHA ACESA
DE NOSSA FIRME CERTEZA,
SOLDADOS QUE SOMOS NÓS
DO EXÉRCITO POPULAR,
ERGAMOS ALTO A BANDEIRA
DO MANIFESTO DE PRESTES.

• ★ •

JÁ NOVE RAIOS FULGENTES
ANUNCIAM NOVOS TEMPOS
NA VIDA DE NOSSO POVO.
OMBRO A OMBRO, COMPANHEIROS,
CAMINHEMOS OLHOS FITOS
NAS NOVE ESTRELAS VERMELHAS,
NOVE PONTOS, NOVE SETAS
RUMO A LIBERTAÇÃO.

acalanto para Luís Carlos

MÁRIO DE ANDRADE

Nasceu Luís Carlos no Rio
E todo me transportei,
Luís Carlos do meu carinho.



Vive um Luís Carlos sòzinho
E todo me apaixonei,
Luís Carlos do meu respeito.



Luís Carlos, dorme em meu peito,
Goza a infância sossegado.
Sonha, brinca, dorme, dorme!



Luís Carlos, fecundo, enorme,
Sofre o senho amordaçado,
Não cede, não vive, Flâmula!
Criança, nascas num cúmulo
De nuvem rubra e pletora
Que dará volta na vida.



Homem, morres nessa lida
Pra que a criança de agora
Viva outra vida mais branca.

Dorme, Luís Carlos, a franca
Perfeição desse teu sono,
Enquanto o mundo é mudado



Pelo homem sacrificado
Por amor do teu futuro.
Que vivas íntegro, como
Hoje puro, amanhã puro.

pelos caminhos do manifesto

JORGE MEDAUAR

Digo adeus à insônia e à noite e sôbre o inquieto
coração aperto o Manifesto. Com êle cubro
os ombros de frio, envolvo-me em seu calor e
o sono vem de mansinho.



Assim poderia dormir. No mar noturno de arre-
cifes e polvos navegarei com êle até o sol che-
gar.



Desperto com pássaros voando sôbre o Manifesto
— mapa de esperança de meu povo.



Abro êste mundo sôbre meus joelhos e à luz do sol
que invade minha janela leio à minha mãe a
história de meus rios. Porque são meus e das
crianças, dos velhos, dos irmãos e companhei-
ros os bosques e os campos, florestas e cor-
dilheiras dêste imenso território.



Ouve, mãe, o rumor das ondas, o escachoar espu-
mante das cachoeiras, o vento cantando nas
espadas verdes do canavial. Há frutos amare-
lando nos pomares, túmidas veias de petrô-
lio sob a terra, ferro oculto no bôjo das mon-
tanhas.



É nosso êsse país. Abriremos cacimbas, plantare-
mos legumes, construiremos cercado para as
aves e currais para o gado. Depois escrevere-
mos em nossa porta: «A Paz esteja nesta
casa.»



Agora, mãe, antes que anoiteça, cobertos de sol
e de pássaros, vamos pelos caminhos do Ma-
nifesto.

Sobre Algumas Questões de Linguística



J. Stálin

Resposta à camarada E. Kracheninnikova

RESONDANDO às vossas perguntas.

PRIMEIRA PERGUNTA. Em vosso artigo mostrais de maneira convincente que a língua não é nem infra-estrutura nem superestrutura. Será justo considerar a língua como um fenómeno próprio tanto à infra-estrutura como à superestrutura, ou seria mais justo considerar a língua como um fenómeno intermediário?

RESPOSTA — É evidente que o elemento comum inerente a todos os fenómenos sociais inclusive à infra-estrutura e à superestrutura, é igualmente próprio da língua como fenómeno social: ou seja, a língua está a serviço da sociedade como todos os outros fenómenos sociais, inclusive a superestrutura e a infra-estrutura. Mas com isso é que se esgota precisamente o elemento comum inerente a todos os fenómenos sociais. Em seguida os fenómenos sociais começam a se diferenciar nitidamente.

O fato é que além desse elemento comum, os fenómenos sociais possuem suas particularidades específicas que o distinguem uns dos outros e que são de importância primordial para a ciência. As particularidades específicas da infra-estrutura consistem no fato de que ela está a serviço da sociedade do ponto de vista econômico. As particularidades específicas da superestrutura consistem no fato de que ela põe a serviço da sociedade as idéias políticas, jurídicas, estéticas e outras e cria para a sociedade as instituições políticas, jurídicas e estéticas e outras e cria para a sociedade as instituições políticas, jurídicas e outras correspondentes. Em que consistem as particularidades específicas da língua que a distinguem dos outros fenómenos sociais? No fato de que a língua está a serviço da sociedade como meio para os homens se comunicarem entre si, como meio de troca de idéias na sociedade, como meio que permite aos homens se compreenderem e efetuarem um trabalho comum em todas as esferas da atividade humana, tanto no domínio da produção como no das relações econômicas, tanto no domínio da política como no da cultura. Tanto no domínio da vida social como no dos costumes. Essas particularidades são próprias somente à língua e justamente por isso é que a língua é objeto de estudo de uma ciência independente: a linguística. Sem estas particularidades da língua, a linguística perderia seu direito a uma existência independente.

Em resumo, não se pode enquadrar a língua nem na cate-

goria das infra-estruturas nem na das superestruturas.

Não se pode igualmente enquadrá-la na categoria dos fenómenos "intermediários" entre a infra-estrutura e a superestrutura já que não existem fenómenos «intermediários» desse gênero.

Mas, talvez pudéssemos enquadrar a língua na categoria das forças produtivas da sociedade, digamos, na dos instrumentos de produção? É verdade que entre a língua e os instrumentos de produção existe uma certa analogia: tanto os instrumentos de produção como a língua, manifestam uma espécie de indiferença a respeito das classes e podem servir da mesma maneira às diferentes classes da sociedade, tanto às antigas como às novas. Essa circunstância nos autorizará a enquadrar a língua na categoria dos instrumentos de produção? De modo algum.

Houve um tempo em que, vendo que sua fórmula "a língua é uma superestrutura sobre uma infra-estrutura" encontrava objeções, N. J. Marr resolveu mudar o sistema e declarou que "a língua é um instrumento de produção." J. J. Marr tinha razão de colocar a língua na categoria dos instrumentos de produção? Não, estava absolutamente errado.

É um fato que a semelhança entre a língua e os instrumentos de produção se esgota com a analogia de que acabo de falar. Além disso, existe uma diferença fundamental entre a língua e os meios de produção. Essa diferença reside no fato de que os instrumentos de produção produzem bens materiais, enquanto que a língua não produz coisa alguma, ou por outra, não "produz" senão palavras. Para ser mais exato, os homens que têm instrumentos de produção podem produzir bens materiais: no entanto, os homens que têm a língua sem possuir instrumentos de produção, não podem produzir bens materiais. Não é difícil de compreender que se a língua pudesse produzir bens materiais, os palradores seriam das pessoas mais ricas da terra.

SEGUNDA PERGUNTA — Marx e Engels definiam a língua como a "realidade imediata do pensamento", como a "consciência real... prática". "As idéias — diz Marx — não existem fora da língua." Em que medida em vossa opinião a linguística deve ocupar-se do sentido da língua, da semântica, da semasiologia histórica e da estilística ou melhor, a linguística não deve ter senão a forma como objeto?

RESPOSTA — A semântica (semasiologia) é uma das partes importantes da linguística. O aspecto semântico das palavras e das expressões tem uma importância grande no es-

do da língua. É por isso que a semântica (semasiologia) deve receber, na lingüística o lugar que lhe cabe.

Contudo, quando se estudam as questões de semântica e quando se utilizam os seus dados, não se deve em caso algum superestimar sua importância e menos ainda abusar dela. Refiro-me a alguns lingüistas que têm uma paixão exagerada pela semântica e negligenciam a língua como «realidade imediata do pensamento» indissolúvelmente ligada ao pensamento, que destacam o pensamento da língua e afirmam que a língua chega no termo de sua existência, que se pode passar sem ela.

Vejamos o que diz N. J. Marr: «A língua existe só na medida em que se exprimem os sons; a operação do pensamento se produz também sem se exprimir... A linguagem (fonética) já hoje a transmitir suas funções às invenções modernas que triunfam incondicionalmente sobre o espaço, enquanto que o pensamento partindo daquilo que a linguagem anulou, sem se utilizar, no passado e daquilo que adquiriu recentemente, caminha para o ápice sendo chamado a destituir e a substituir, completamente a linguagem. A língua do futuro, será o pensamento engrandecido numa técnica libertada da matéria natural. Nenhuma linguagem fonética lhe poderá resistir mesmo a linguagem fonética apesar de ligada às regras da natureza». (Cf. N. J. Marr, «Obras Escolhidas»).

Traduzindo e em linguagem simples essa algaravia «mágica», pode-se concluir que: a) N. J. Marr separa o pensamento da linguagem; b) N. J. Marr considera que os homens podem comunicar-se entre si sem o uso da língua, com a ajuda do próprio pensamento, liberto da «matéria natural», o pensamento, liberto das «regras da natureza»; c) Destacando-se o pensamento da linguagem e «libertando-o» de sua «matéria natural», a linguagem, N. J. Marr cai no pântano do idealismo.

Afirma-se que os pensamentos vêm ao espírito do homem antes de se exprimir no discurso, que eles nascem sem o material da linguagem, sem o invólucro da língua, despidos por assim dizer. Mas isto é absolutamente falso. Quaisquer que sejam os pensamentos que vêm ao espírito do homem, não podem nascer e existir senão na base do material da língua, senão na base dos termos e das frases da língua. Não há pensamentos despidos, libertos do material da linguagem, libertos da «matéria natural», a língua. «A língua é a realidade imediata do pensamento» (Marx.) A realidade do pensamento se manifesta na língua. Só os idealistas podem falar de um pensamento destacado da «matéria natural», a linguagem, de um pensamento sem linguagem.

Em resumo, por superestimar a semântica e ter abusado dela, N. J. Marr chegou ao idealismo.

Por consequência, se se reserva a semântica (semasiologia) dos exageros e dos abusos da espécie dos que cometeu N. J. Marr e alguns dos seus «discípulos», ela pode ser de grande utilidade para a lingüística.

TERCEIRA PERGUNTA — Dizels com toda a razão, que as idéias, as noções, os costumes e os princípios morais do burguês e do proletário são diametralmente opostos. O caráter de classe desses fenômenos incontestavelmente se reflete no aspecto semântico da língua (e às vezes também em sua morfologia, em seu vocabulário, como foi justamente indicado em vosso artigo.) Quando se analisa um material lingüístico concreto e, em primeiro lugar o aspecto semântico de uma língua, pode-se falar da essência de classe das concepções que ela exprime, principalmente quando se trata da expressão pela língua, não somente do pensamento do homem, como também de sua atitude em relação à realidade, atitude em que se manifesta, com uma nitidez particular a sua posição de classe?

RESPOSTA — Em resumo, quereis saber se as classes influem sobre a língua, se elas introduzem na língua suas palavras e expressões específicas, se há casos em que os homens dão a uma só e mesma palavra, a uma só e mesma expressão uma significação diferente em virtude de sua posição de classe?

Sim, as classes influem sobre a língua, introduzem na língua suas palavras e expressões específicas e compreendem às vezes de modo diferente uma só e mesma palavra, uma só e mesma expressão. Disso não há dúvida.

Entretanto, daí não se segue que suas palavras e expressões específicas, assim como as diferenças na semântica, possam ter uma séria importância para o desenvolvimento de uma língua única comum a todo o povo, que sejam capazes de enfraquecer sua importância ou modificar seu caráter.

Em primeiro lugar, há numa língua tão poucas palavras e expressões específicas, tão poucos casos de diferenças na

semântica, que eles constituem apenas um por cento de todo o material da língua. Por consequência, toda a grande massa de palavras e expressões restantes, assim como sua semântica, são COMUNS a todas as classes da sociedade.

Em segundo lugar, as palavras e expressões específicas que têm sua coloração de classe não são utilizadas no discurso segundo as regras de não sei quê «de classe» que não existe na realidade, mas segundo as regras da gramática da língua existente, comum a todo o povo.

Portanto, a existência de palavras e expressões específicas, assim como diferenças na semântica de uma língua, não nega mas confirma, ao contrário a existência da necessidade de uma língua única, comum a todo o povo.

QUARTA PERGUNTA — Em vosso artigo, dais uma apreciação inteiramente justa de Marr, como vulgarizador do marxismo. Isto quer dizer que os lingüistas, e entre eles, nós os jovens devíamos repelir TODA herança lingüística de Marr, na qual existe, contudo, uma série de pesquisas lingüísticas de valor (das quais falaram os camaradas Tchikobava, Sanjeiev e outros durante a discussão)? Podemos tendo uma atitude crítica em relação a Marr, tomar, entretanto, nele o que há de útil e o que tem valor?

RESPOSTA — Evidentemente, as obras de N. J. Marr não contêm somente erros. N. J. Marr cometeu erros grosseiros, quando introduziu na lingüística elementos de marxismo deformando-os quando procurou criar uma teoria independente da língua. Mas há de N. J. Marr algumas boas obras, escritas com talento, nas quais esquecendo-se suas pretensões teóricas, ele estuda conscienciosamente e com habilidade, é preciso dizê-lo, algumas línguas. Nestas obras pode-se encontrar um grande número de coisas instrutivas e de valor.

QUINTA PERGUNTA — Muitos lingüistas consideram que o FORMALISMO é uma das principais causas da estagnação na lingüística soviética. Gostaria muito de saber, em que, na vossa opinião, consiste o formalismo na lingüística e como vencê-lo?

RESPOSTA — N. J. Marr e seus discípulos acusam de «formalismo» todos os lingüistas que não adotam a «doutrina nova» de N. J. Marr. Evidentemente, isto não é sério nem razoável.

N. J. Marr considerava que a gramática era um formalismo vazio e que as pessoas que consideram a estrutura gramatical como a base da língua são formalistas. Isto é pura tolice.

Creio que o «formalismo» foi inventado pelos autores da «doutrina nova» para facilitar sua luta contra seus adversários em lingüística.

A causa da estagnação na lingüística soviética, não é o «formalismo» inventado por N. J. Marr e seus «discípulos», mas o regime à moda de Araktcheev e as falhas teóricas em lingüística. Foram os «discípulos» de N. J. Marr que instauraram o regime à moda de Araktcheev. O confucionismo teórico foi introduzido na lingüística por N. J. Marr e seus mais próximos companheiros de armas. Para que não haja mais estagnação deve-se fazer desaparecer um e outro. A liquidação desses males saneará a lingüística soviética, abrir-lhe-á amplas perspectivas e permitirá à lingüística soviética ocupar o primeiro lugar na linguística mundial.

J. STALIN

AO CAMARADA SANJEIEV RESPOSTA A ALGUNS CAMARADAS

Res pondo à sua carta com grande atraso, pois somente ontem me foi ela transmitida pelos serviços do Comitê Central.

Você interpreta de forma incontestavelmente justa minha posição na questão dos dialetos.

Os dialetos «de classe», a que seria mais exato chamar de gírias, não servem às massas populares, mas sim a uma estreita camada no cume da hierarquia social. Além disso, não têm nem sistema gramatical, nem fundo principal de vocabulário próprio. Por esse motivo, não podem absolutamente transformar-se em línguas independentes.

Os dialetos locais («regionais»), ao contrário, servem às massas populares e têm seu sistema gramatical e seu fundo principal de vocabulário. Eis porque certos dialetos locais, no processo de formação das nações, podem tornar-se a base das línguas nacionais e transformar-se em línguas nacionais independentes. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o dialeto de Kursk-Orel («falar» de Kursk-Orel) da língua russa, que constituiu a base da língua nacional russa. Deve-se di-

zer o mesmo quanto ao dialeto de Poltava-Kiev, da língua ucraniana, que se tornou a base da língua nacional ucraniana. No que se refere aos outros dialetos dessas línguas, esses perdem sua originalidade, fundem-se nessas línguas e nelas desaparecem.

Há também processos inversos, quando a língua única de um povo, que ainda não se tornou uma nação devido à ausência das condições econômicas necessárias a seu desenvolvimento, começa a desaparecer em consequência da desagregação desse povo como Estado e quando os dialetos locais, que ainda não tiveram tempo de se reunir numa língua única, revivem e dão origem à formação de línguas independentes. Pode-se dizer que foi justamente o que aconteceu com a língua mongólica única.

J. STALIN

AOS CAMARADAS D. BELKIN E S. FOURER

Recebi suas cartas.

Seu erro consiste no fato de você haver confundido duas coisas diferentes e trocado o assunto examinado em minha resposta à camarada Kracheninnikova, por outro.

1. Nessa resposta, critico N. J. Marr que, falando da linguagem (fonética) e do pensamento, separa a língua do pensamento e cai, assim, no idealismo. Refiro-me, portanto, na minha resposta, a pessoas normais que possuem uma linguagem. Afirmando eu que, em tais pessoas, os pensamentos só podem surgir na base do material do idioma, pois pensamentos nus, sem ligação com o material do idioma, não existem em pessoas possuidoras de um idioma.

Em vez de adotar ou repelir essa tese, vocês aludem a pessoas portadoras de anomalias, pessoas sem linguagem, surdos-mudos, que não têm linguagem e cujos pensamentos, evidentemente, não podem surgir na base do material do idioma. Como vocês estão vendo, trata-se de outro assunto, que não abordei nem podia abordar, pois a lingüística se ocupa de pessoas normais, que possuem uma língua, e não de pessoas que apresentam anomalias: surdos-mudos, que não têm língua.

Vocês substituíram o tema debatido por outro que não foi pôsto em discussão.

2. — Depreende-se da carta do camarada Belkin que ele coloca no mesmo plano a «linguagem falada» (linguagem fonética) e a «linguagem dos gestos» (linguagem das mãos, segundo N. J. Marr). Ele pensa, evidentemente, que a linguagem dos gestos e a linguagem falada são equivalentes, que houve uma época em que a sociedade humana não tinha linguagem falada e a «linguagem das mãos» substituiu, então, a linguagem falada, que teria surgido mais tarde.

Mas se pensa realmente assim, o camarada Belkin comete erro crasso. A linguagem falada ou linguagem fonética foi sempre a única linguagem da sociedade humana que serviu de meio plenamente eficiente de comunicação entre os homens. A história não conhece nenhuma sociedade humana, por mais atrasada que seja, que não possua sua linguagem fonética. A etnografia não conhece nenhum pequeno povo atrasado — tão primitivo ou mais ainda do que, por exemplo, o australiano ou os habitantes da Terra do Fogo no século passado — que não possua sua linguagem fonética. A linguagem fonética é, na história da humanidade, uma das forças que ajudaram o homem a se distinguir do mundo animal, a se reunir em sociedades, a desenvolver sua faculdade de pensar, a organizar a produção social, a travar com sucesso a luta contra as forças da natureza e a chegar ao progresso que conhecemos atualmente.

Sob esse aspecto, a importância da linguagem chamada de gestos é insignificante, devido, mesmo, à sua extrema pobreza e a seu caráter limitado.

A bem dizer, não é uma linguagem, não é nem sequer um ersatz de linguagem capaz de substituir, de um modo ou de outro, a linguagem fonética, mas sim um meio auxiliar às possibilidades muito limitadas de que às vezes o homem se serve para acentuar este ou aquele momento de seu discurso. Não se pode comparar a linguagem dos gestos à linguagem fonética, da mesma forma como não se pode comparar o alvião de madeira primitivo ao trator de lagarta moderna, com uma charrua de cinco fileiras e uma semeadora de tracção.

3. É claro que vocês se interessam primeiro pelos surdos-mudos e só depois pelos problemas da lingüística. É justamente essa circunstância, ao que parece, que os levou a fazer uma série de perguntas. Pois bem, se vocês insistem, estou disposto a satisfazer a seu pedido. Assim, como é que

a coisa se apresenta com os surdos-mudos? Possuem eles a faculdade de pensar? Têm eles pensamentos? Sim, eles possuem a faculdade de pensar, eles têm pensamentos. É claro que, já que os surdos-mudos não podem falar, seus pensamentos não podem formar-se na base do material da língua. Isso quer dizer que os pensamentos dos surdos-mudos são nus, sem ligação com as «regras da natureza» (a expressão é de N. J. Marr)? Não, os pensamentos dos surdos-mudos não se formam e não podem existir senão na base das imagens, das percepções, das representações que surgem dentro deles na vida corrente, a propósito dos objetos do mundo exterior e das relações desses objetos entre eles, graças aos sentidos da vista, do tacto, do gosto, do olfato. Fora dessas imagens, percepções, representações, o pensamento é vazio, é desprovido de todo conteúdo, isto é, não existe.

J. STALIN

Ao camarada A. KHOLOPOV

Recebi sua carta.

Demorei um pouco em responder porque estive sobrecarregado de trabalho.

Sua carta provém implicitamente de duas suposições: da suposição de que é permitido extrair uma citação das obras deste ou daquele autor, do período histórico tratado na citação e, segundo, da suposição de que tais ou quais conclusões e fórmulas do marxismo, tiradas do estudo de um dos períodos do desenvolvimento histórico, são justas para todos os períodos de desenvolvimento e devem, portanto, permanecer imutáveis.

Devo dizer que essas duas suposições são profundamente errôneas.

Eis alguns exemplos:

1. Em 1840-1850, quando ainda não havia capitalismo monopolista, quando o capitalismo se desenvolvia de modo mais ou menos regular, seguindo uma linha ascendente e estendendo-se a novos territórios que ainda não ocupara, e quando a lei sobre o desenvolvimento desigual não podia ainda manifestar-se com pleno vigor, Marx e Engels chegaram à conclusão de que a revolução social não podia vencer num país qualquer tomado à parte, que só podia vencer em consequências de um golpe geral em todos os países civilizados ou na maioria deles. Essa conclusão tornou-se, em seguida, um princípio diretor para todos os marxistas.

Entretanto, no início do século XX, sobretudo no período da primeira guerra mundial, quando se tornou claro para todos que o capitalismo premonopolista se havia manifestamente transformado em capitalismo monopolista, quando o capitalismo ascendente se transformou em capitalismo agonizante, quando a guerra pôs a descoberto as debilidades incuráveis da frente imperialista mundial e quando a lei do desenvolvimento desigual determinou que a revolução proletária amadurecida em épocas diferentes nos diversos países, Lênin, partindo da teoria marxista, chegou à conclusão de que, nas condições novas do desenvolvimento, a revolução socialista podia muito bem ser vitoriosa num único país, tomado separadamente, que a vitória simultânea da revolução social em todos os países ou a maioria dos países civilizados era impossível devido ao amadurecimento desigual da revolução nesses países, que a velha fórmula de Marx e de Engels não mais correspondia às novas condições históricas.

Como se vê, temos aqui duas conclusões diferentes sobre a questão da vitória do socialismo, conclusões que não só se contradizem, mas ainda se excluem mutuamente.

Letrados e talmudistas, que, sem descer ao fundo das coisas, fazem mecânicamente citações, destacando-as das condições históricas, podem dizer que uma dessas conclusões deve ser rejeitada como absolutamente errônea, e que a outra, como absolutamente justa, deve ser ajustada a todos os períodos do desenvolvimento. Mas os marxistas não podem deixar de saber que os letrados e os talmudistas se enganam, não podem deixar de saber que essas duas conclusões são justas, mas não de modo absoluto, que cada uma delas é justa para seu tempo: a conclusão de Marx e Engels para o período do capitalismo premonopolista, e a conclusão de Lênin para o período do capitalismo monopolista.

Em seu «Anti-Dühring» Engels disse que, depois da vitória da revolução social, o Estado deve perecer. É por essa razão que, depois da vitória da revolução socialista em nosso país, os letrados e talmudistas começaram a exigir que o partido tomasse medidas no sentido de fazer definhar quan-

to antes nosso Estado, dissolver os organismos de Estado e renunciar a um exército permanente.

Entretanto, na base da situação mundial de nossa época, os marxistas soviéticos chegaram à conclusão de que, em consequência do sítio capitalista, quando a vitória da revolução socialista só se processou num único país e que o capitalismo domina todos os demais, o país da revolução vitoriosa deve, em vez de debilitar, consolidar por todos os meios seu Estado, os organismos de Estado, os serviços de informações, o exército, se esse país não quer ser esmagado pelo sítio capitalista. Os marxistas russos chegaram à conclusão de que a fórmula de Engels tem em vista a vitória do socialismo em todos os países ou na maioria dos países, que é inaplicável no caso em que o socialismo triunfa num único país, tomado separadamente, ainda que o capitalismo domine em todos os outros países.

Como se vê, temos aqui duas fórmulas diferentes, que se excluem mutuamente, no que se refere aos destinos do Estado socialista.

Os letrados e os talmudistas podem dizer que essa circunstância cria uma situação intolerável, que é preciso rejeitar uma das fórmulas, como absolutamente errônea e aplicar a outra, como absolutamente justa, a todos os períodos do desenvolvimento do Estado socialista. Mas os marxistas não podem deixar de saber que os letrados e talmudistas se enganam, pois essas duas fórmulas são justas, não de modo absoluto, mas que cada uma delas é justa para sua época: a fórmula dos marxistas soviéticos, para o período da vitória do socialismo num ou em vários países, e a fórmula de Engels, para o período em que vitória progressiva do socialismo em diversos países levará à vitória do socialismo na maioria dos países e no qual serão assim criadas as condições necessárias à aplicação da fórmula de Engels.

Poder-se-iam multiplicar exemplos como esse.

É preciso dizer a mesma coisa quanto às duas fórmulas diferentes a respeito do problema da língua, extraídas de trabalhos diferentes de Stálin e citadas pelo camarada Kholopov em sua carta.

O camarada Kholopov refere-se ao trabalho de Stálin «A respeito do marxismo na lingüística», em que se encontra a conclusão de que, em consequência do cruzamento de duas línguas, por exemplo, uma delas é geralmente vitoriosa e a outra define, que, por conseguinte, o cruzamento não dá uma nova língua, uma terceira língua, mas conserva uma das línguas. Refere-se, em seguida, a outra conclusão, tirada do informe de Stálin ao XVI congresso do P.C. (b) da U.R.S.S., onde se diz que, no período da vitória do socialismo na escala mundial, quando o socialismo se consolidar e entrar na vida corrente, as línguas nacionais devem inevitavelmente fundir-se numa língua comum, que não será certamente nem o russo, nem o alemão, mas algo de novo. Confrontando essas duas fórmulas e verificando que não só elas não coincidem, mas se excluem mutuamente, o camarada Kholopov é assaltado pelo desespero. «Segundo seu artigo, escreve ele em sua carta, compreendi que, em consequência do cruzamento de dois idiomas nunca se pode formar um novo idioma, enquanto que, antes desse artigo, eu estava firmemente convencido, de acordo com sua intervenção no XVI Congresso do P.C. (b) da U.R.S.S., que, sob o comunismo, os idiomas se fundiam numa única língua comum.»

É óbvio que, o camarada Kholopov, após haver descoberto uma contradição entre essas duas fórmulas, está profundamente convencido de que essa contradição deve ser liquidada, e julga necessário rejeitar uma das fórmulas como errônea e agarrar-se à outra, como justa para todos os tempos e todos os países. Mas a que fórmula agarrar-se isto é o que ele não sabe. Daí, resulta uma espécie de situação sem saída. O camarada Kholopov não tem nem mesmo a idéia de que as duas fórmulas podem ser justas, cada uma para sua época.

Isso sempre acontece aos letrados e talmudistas que, sem descer ao fundo das coisas, citando de modo mecânico, sem saída. O camarada Kholopov não tem nem mesmo a situação sem saída.

É entretanto, examinando-se o fundo da questão, não se descobre motivo de considerá-la sem saída. O fato é que a brochura de Stálin «A respeito do marxismo na lingüística» e a intervenção de Stálin no XVI Congresso do partido, têm em vista duas épocas, totalmente diversas e que, por conseguinte, delas advêm fórmulas diferentes.

A fórmula dada por Stálin em seu folheto, na qual se trata de cruzamento de línguas, tem em vista a época anterior à vitória do socialismo na escala mundial, quando as

classes exploradoras são a força dominante no mundo, quando a opressão nacional e colonial está em vigor, quando o isolamento nacional e a desconfiança mútua das nações são consagradas pelas diferenças de ordem estatal, quando ainda não existe igualdade de direitos entre as nações, quando o cruzamento das línguas se efetua no decorrer de uma luta pelo domínio de uma das línguas, quando não há ainda condições necessárias à colaboração pacífica e amistosa das nações e dos idiomas, quando o que está na ordem do dia não é a colaboração, o enriquecimento mútuo dos idiomas, mas sim a assimilação de certos idiomas e a vitória de outros. Compreende-se que, nessas condições, só pode haver idiomas vitoriosos e idiomas vencidos. A fórmula de Stálin tem precisamente em vista essas condições quando diz que o cruzamento de dois idiomas, por exemplo, não produz a formação de uma nova língua, mas a vitória de uma das línguas e a derrota da outra.

Quanto à outra fórmula de Stálin, tirada de sua intervenção no XVI congresso do partido, na qual se trata da fusão dos idiomas num só idioma comum, essa tem em vista uma outra época, e precisamente a época posterior à vitória do socialismo na escala mundial, quando o imperialismo mundial já não existir, quando as classes exploradoras tiverem sido derrubadas, liquidadas a opressão nacional e colonial e substituídos o isolamento nacional e a desconfiança mútua das nações pela confiança mútua e pela aproximação entre as nações, a igualdade dos direitos das nações traduzidas na vida, quando a política de opressão e de assimilação dos idiomas houver sido liquidada, quando estiver organizada a colaboração das nações e os idiomas nacionais tiverem a possibilidade, em sua colaboração, de se enriquecer mutuamente em toda liberdade. Compreende-se que, nessas condições, não se pode pensar em opressão e derrota de certos idiomas e em vitória de outros. Não se tratará, aqui, de duas línguas, das quais uma sofrerá uma derrota enquanto a outra sairá vencedora da luta, mas sim de centenas de idiomas nacionais dos quais, em consequência de uma longa colaboração econômica, política e cultural das nações, se destacarão primeiro as línguas zonais únicas as mais enriquecidas; em seguida, as línguas zonais fundir-se-ão num só idioma internacional comum, que não será naturalmente nem o alemão, nem o russo, mas uma língua nova, que terá absorvido os melhores elementos das línguas nacionais e zonais.

Por conseguinte, duas fórmulas diferentes correspondem a duas épocas diferentes do desenvolvimento da sociedade e, precisamente porque lhes correspondem, as duas fórmulas são justas, cada uma para sua época.

Exigir que essas fórmulas não se contradigam e não se excluam, é tão absurdo quanto exigir que a época do domínio do capitalismo não esteja em contradição com a época do domínio do socialismo, que o socialismo e o capitalismo não se excluam mutuamente.

Os letrados e talmudistas consideram o marxismo, as diferentes conclusões e fórmulas do marxismo como um amontoado de dogmas que não mudam «nunca», mesmo quando se modificam as condições de desenvolvimento da sociedade. Pensam que, se aprenderem de cor essas conclusões e essas fórmulas e começarem a citá-las a torto e a direita, estarão capacitados a resolver toda e qualquer questão esperando que as conclusões e fórmulas aprendidas lhes sirvam para todos os tempos e para todos os países, para todas as circunstâncias da vida. Mas, somente as pessoas que vêem a letra do marxismo, não lhe vende, porém, a essência, que aprendem de cor os textos das conclusões e das fórmulas do marxismo, sem lhes compreender e conteúdo, somente essas podem pensar assim.

O marxismo é a ciência das leis do desenvolvimento da natureza e da sociedade, a ciência da revolução das massas oprimidas e exploradas, a ciência da vitória do socialismo em todos os países, a ciência da construção da sociedade comunista. O marxismo, na sua qualidade de ciência, não pode permanecer no mesmo lugar: desenvolve-se e aperfeiçoa-se. Em seu desenvolvimento, o marxismo não pode deixar de enriquecer-se de uma nova experiência e de novos conhecimentos; por conseguinte, algumas de suas fórmulas e de suas conclusões não podem deixar de se modificar com o decorrer do tempo, não podem deixar de ser substituídas por fórmulas e conclusões novas, que correspondem às novas tarefas históricas. O marxismo não admite conclusões e fórmulas imutáveis, obrigatórias para todas as épocas e períodos. O marxismo é o inimigo de todo dogmatismo.

J. STALIN

A ESTÉTICA À LUZ DO MARXISMO

Rodolfo GHIOLDI

Rodolfo Ghioldi, pensador e líder do povo argentino, é figura destacada nos meios intelectuais sul-americanos, pelos seus estudos valiosos no campo da estética marxista e do realismo socialista. Não só pela importância do trabalho aqui apresentado, FUNDAMENTOS se regozija com a publicação de um trabalho desse brilhante pensador, porque ele é merecedor de nossa especial estima, como amigo do Brasil e de nosso povo e porque, junto com o nosso grande líder Luís Carlos Prestes, foi também vítima da reação estacionovista, tendo sido prêso e mantido no cárcere por muito tempo, depois da Revolução Libertadora de 1935. (Nota da Redação).



Do topo de três décadas magníficas de construção socialista, que traduzem uma economia, uma ciência e uma arte inteiramente novas, e que têm como artífices e divulgadores homens igualmente novos, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas lançou vigorosa ofensiva contra os métodos caducos e estéreis do pensamento, contra a metodologia científica que teme o progresso.

A frente de luta dessa campanha cultural abrange por igual a Filosofia e a Agro-Biologia, o Direito e Arte, a História e a Sociologia. Diante dela a burguesia do mundo ocidental deu gritos escandalosos. Em alguns casos, chegou mesmo a tomar medidas de caráter policial. Assim, nos Estados Unidos se expulsou um professor universitário que teve a temeridade de aprovar a doutrina científica de Lissenko. Na França, não a da Comuna ou do maquis, mas a de Schuman — ex-oficial do exército prussiano, destitui-se de altas funções o sábio Julliot-Curie.

Escusado é dizer que a imprensa colonial argentina — incluindo-se nessa categoria as revistas e periódicos especializados, fizeram rumoroso eco das provocações burguesas. Essa imprensa afirmou que o marxismo exclui a liberdade de criação e de investigação e o fez de tal modo como se a Argentina fosse modelo de respeito às liberdades artística e científica, e o regime capitalista, que reduz a arte e a ciência a simples mercadorias negociáveis pelos monopólios — tão importantes quanto a fabricação e venda de salsichas, fosse o ideal para as lides do espírito.

O IDEALISMO REACIONÁRIO CONTRA A ESTÉTICA MARXISTA

Nega-se, dessa forma a existência de uma estética marxista. Benedetto Croce (veja-se o apêndice à edição de Labriola, em «A Concepção Materialista da História», 1947), crendo poder ridicularizar essa idéia, conta que no Congresso de Filosofia de Oxford, reunido em 1930, refutando Lunatcharski que defendeu a tese da existência de uma estética marxista, afirmou

ser a expressão «estética marxista» uma contradição de vocabulos, visto que o marxismo «admite uma economia, porém, nunca uma estética». Note-se que, logo depois, Croce negou também a validade econômica do marxismo.

A rigor, a negação de Croce da estética marxista, provém diretamente da sua negação total do marxismo. Além disso, nesse terreno, ele defende o produto de casa, isto é, sua própria concepção estética, que baseia na separação radical do objeto e do

Tal afirmação num país em que ensaístas, poetas e escritores autênticos não editam suas obras senão às suas próprias expensas; onde a crítica se transformou em instrumento de extorsão ou do filhétismo; onde o escritor não dispõe de tribunas, porque as poucas existentes são propriedade exclusiva de um grupo privilegiado; onde se é obrigado a renunciar às liberdades mais mezinhas, como no caso da senhora ricaça que pediu a Ortega y Gasset, então em Madri, um título para uma publicação literária que desejava lançar, não passa de mera farsa!

Esses críticos disseram: «Não resta dúvida de que o marxismo é um erro. Deixe-se ao menos a arte fora do marxismo». O curioso nisso é que alguns escritores comunistas se deixaram cair no engodo.

O problema pôsto em equação foi o seguinte: Existe uma estética marxista? A resposta negativa dos antimarxistas não causa a menor surpresa e o sentido real nela está explícito. Mas a imitação dessa atitude por alguns comunistas — absurda e contraditória, impeliu-os à posição incômoda, delicada, ilógica e inconsequente de por um lado afirmarem a legitimidade do pensamento marxista no que concerne às questões sociais, econômicas, políticas e filosóficas e por outro, negá-la na esfera da estética, a ponto de considerar essa um campo à parte, imune às contaminações sociais e históricas, como que um fenómeno sem raiz nem base — um «sistema hermético» oriundo da imaginação científica, que vive de si próprio, por si e para si. Essa tese nada tem de marxista e revela, sem sombra de dúvida, inteira submissão às influências do pensamento burguês.

O marxismo não é indiferente à estética nem à obra de arte e nem poderia sê-lo, desde que considera esta um tran-sunto, em linguagem estética específica, da realidade e do seu movimento, e que à medida que se concretiza serve ou desserve à humanidade. Como poderia ser de outro modo, se é bastante examinar o conteúdo da arte contemporânea, da porção ela é utilizada pela classe agonizante, com o intuito de perverter, degradar e frustrar todos os esforços e lutas do homem? A burguesia corrompida e decadente nesta época de declínio, utiliza a arte com tanta eficiência como a picanha elétrica. Faz da arte um instrumento, mas instrumento de regressão e atraso e nunca deixa de manifestar a sua repulsa à arte que se coloca a serviço do progresso.

sujeito e que define como fixação imaginativa da intuição. A estética crociana é, portanto, uma das inúmeras variedades do idealismo reacionário; segundo esta, a obra de arte é de emanção divina e tem objetivos consoladores.

Croce diz: «Que são as obras de arte se não reflexos da divindade, que refulgem na fantasia humana e que a mão do artífice fixa na matéria, amoldando-a à função de consolar e animar o homem nas la-

butas da vida?»

O subjetivismo extremo de Croce é de caráter religioso. A presença do homem em sua concepção de estética dá-se com o mero propósito de ele receber a cutilada esclarecedora de Deus. Não é o homem quem explica a estética, mas a estética que o submete à divindade.

Com pequenas diferenças tôdas as interpretações burguesas da estética e agora mais do que nunca visto que a burguesia já não está na situação de classe ascensional, porém, moribunda, caem infalivelmente no subjetivismo mais extremado. Quer tenham por centro um *a priori* misterioso, transcendental ao homem; um chamamento místico; um Deus; um impulso sexual que condiciona um anseio esotérico do belo; ou um imperativo irreprimível oriundo não se sabe de onde, que os coloca em posição contemplativa; tôdas essas concepções, fato sentido não-humano, às vezes mesmo inumano e são universalmente anti-históricas.

Observa-se, nos dias atuais, um florescimento exuberante de tais concepções, fato inevitável numa sociedade que agoniza entre guerra e revoluções. Tal sociedade nada tem a dizer em terreno algum; apegando-se ao que morre, exige a perversão da arte e a escravização dos artistas.

Não é sintomático que se nos lembre o exemplo de Baudelaire, o poeta maldito e satânico, o poeta dos refinamentos e dos estupefacientes, o poeta que reclama a mística interpretação da inquietude misteriosa que nos rodeia — precisamente Baudelaire, cujos cânones estéticos provêm da absoluta autonomia da arte, ou seja, da completa irresponsabilidade tanto crítica quanto criadora?

Não, não existe arte como esfera absolutamente autônoma, sem colorido social e sem eiva humana. Não existe arte que não tome partido nos grandes choques do mundo. Até mesmo a arte degenerada, que se não propõe expressar coisa alguma, revela algo a despeito de pretender não manifestar absolutamente nada. Mesmo sem o querer esta é uma inversão negativa, niilista e idealista da realidade.

Em sua fase áurea de desenvolvimento a burguesia criou condições propícias para um certo realismo artístico. Porém, o período da decadência burguesa é também o da incompatibilidade entre a realidade e a burguesia. Em virtude disto, a palavra de ordem burguesa passa a ser o irrealismo. O místico, o monstruoso e o teratológico, tudo o que conduz à frustração e ao pessimismo, são proclamados como a verdadeira substância do material estético. Daí se conclui que a luta pelo realismo artístico corresponde à luta pela salvação da própria arte.

A VIDA SOCIAL É A ORIGEM DA ARTE

A História em geral e a da Arte em particular aí estão, oferecendo-nos o testemunho inofismável da origem social da arte. Pode-se imaginar a arte fora da vida social? Ela reflete a realidade que não é individual, senão social. Todos os elementos da arte são dados pela realidade social: o tema, a situação, a trama, o conflito, os problemas, a essência ideológica, e até mesmo seus recursos e instrumentos. A arte segue, pois, o mesmo roteiro de outras formas de expressão, com a diferença, contudo, de que a arte é de formação mais lenta e mais difícil. Foi preciso que o homem cristalizasse milênios de cultura para que surgisse a arte primitiva. O homem não aparece sobre a face da terra com os instrumentos de cultura já prontos e criados. A terra, que o antecede de considerável número de anos, tudo lhe oferece, porém é preciso que ele conquiste os instrumentos com o próprio esforço.

Quando o pitecantropo emerge da animalidade em busca do caminho de sua transformação humana, ele a atinge através da atividade social, e é certo que sem esta a espécie humana não existiria. Os primeiros homens não surgiram no globo terrestre já dotados do instrumento da linguagem, e muito menos ainda, de posse dos meios de

expressão artística, que é uma forma mais elevada de apreensão da realidade. Nenhum elemento exterior lhes confere o dom da palavra. Os homens lutam contra a natureza rude, hostil e inimiga para arrancar-lhe o alimento, a proteção e as armas contra as feras; porém essa luta só pode ser social e não individual para que produza efeitos. É nessa atmosfera de esforços comuns que os homens primitivos repetem e multiplicam suas experiências até que lhes advém a necessidade da comunicação, a necessidade da linguagem. Jamais seria criada a linguagem humana se as condições sociais extremamente difíceis da vida dos homens primitivos não lhes impusessem a necessidade de ter algo a dizer ou comunicar. Tiveram pois que fazer tudo, inclusive a linguagem, e, mais tarde, em virtude de circunstâncias idênticas, a expressão artística; esta como aquela resultaram da ação social do homem sobre o meio natural. A criação do belo fato e como concepção, é fenômeno eminentemente social; longe de ser inteiramente autônoma, vincula-se ao «status» social do homem.

Certo é que Marx afirmou que a beleza está na consciência do homem, mas, devemos precaver-nos contra o perigo de interpretar idealisticamente essa tese marxista. Com efeito, não é necessária excepcional erudição marxista para saber-se que, ao tratar da relação «ser-consciência» Marx coloca o último termo como um derivado.

Em seu desenvolvimento, a tese marxista mostrará, com clareza, como a noção do belo surge na consciência humana. Não é preciso dizer que ninguém terá a ousadia de atribuir ao marxismo a idéia de que essa noção surge espontaneamente na consciência do homem, ou ali foi colocada pela magia de forças estranhas.

A NOÇÃO DO BELO E SEU DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

O problema é o seguinte: Como surge a noção de beleza na consciência humana? A pergunta tem respostas diferentes de acordo com as diversas escolas filosóficas. Algumas situam a beleza como condição objetivamente direta da natureza; outras a prendem exclusivamente ao mundo subjetivo. Ambas, porém, padecem do mesmo mal: de dar à noção do belo uma explicação à margem da história.

A noção do belo e, em geral, do senso estético, resulta de um desenvolvimento histórico, da mesma forma que a religião, a filosofia e o próprio pensamento. Não é um fenômeno orgânico nem uma diretriz *a priori*, mas um produto do processo histórico do homem. Não teve existência ao mesmo tempo que o homem, surge, porém, em determinada fase do seu desenvolvimento. E, como tudo que nasce, o conceito do belo evoluciona e se enriquece.

A percepção do belo varia com a extensão e a profundidade do nosso domínio do real. Os primeiros seres humanos não conheciam a beleza, mas tão-somente a fealdade. Vítimas e escravos da natureza, joguetes de seus caprichos, só podiam sentir o horroroso, o fatal e o feio, como transposição sentimental dessa imp'acável dependência. À medida que o homem vai penetrando nos segredos do mundo natural, ele o domina e o coloca ao seu serviço, e cria—cria e não descobre—a dimensão do belo. Na longa e multissecular atuação do homem sobre o meio físico, no curso de sua ritmada ação social sobre a matéria, que é sua defesa e seu meio de nutrição, forma-se nele a aptidão para criar o harmonioso, o gracioso, o belo, o proporcionado e o rítmico. Essa conquista ele a transfere à natureza, nela buscando, na paisagem ondulante, na curva suave de uma colina, no fluir compassado dos riachos, as mesmas relações prazerosas. Vemos, pois, que também no que concerne ao fenômeno estético, é verdade que, transformando a natureza, o homem se modifica a si próprio.

Porém, a relação homem-natureza não é exclusiva. Com ela coexiste a relação homem-homem, que, como sabemos, é emi-

nentemente social.

Nas modernas condições do sistema capitalista desenvolvido, o domínio do homem sobre o mundo natural é suficientemente satisfatório. Dentro dessas condições, portanto, se existisse apenas a relação homem-natureza, como elemento gerador da atividade artística, é claro que as obras de arte adquiririam profunda significação humana e real. Entretanto, não é isso o que acontece, pois, se o homem já se libertou da natureza, não se libertou ainda do próprio homem.

A divisão da sociedade em classes opostas e antagônicas é a origem da escravidão humana e, no fato de a classe dominante encontrar-se agora no plano inclinado de sua decomposição, pode-se encontrar o motivo da decadência artística da sociedade burguesa.

Por esse mesmo motivo é pueril acreditar numa recuperação da arte dentro dos limites de uma sociedade de classes que se está desmoronando. A degeneração estética contemporânea é apenas um dos muitos indícios da inevitável e geral degenerescência da sociedade burguesa. Como em todos os outros setores da atividade humana, a redenção da arte está no socialismo, isto é, no regime que completa a emancipação do homem com relação à natureza e em face do próprio homem.

A supressão das classes antagônicas traz consigo a verdadeira liberdade para o ser humano, conduz ao florescimento humanista e lança, desse modo, as bases de uma arte sem freios nem contradições.

A ARTE COMO EXPRESSÃO DO SER HUMANO

Certamente, a arte é uma expressão do ser humano, porém, este ser humano não é uma entidade aérea e metafísica. A essência do homem — diz Marx — é o conjunto de suas relações sociais. Sejam modificadas essas relações, construídas sobre uma cálida e solidária fraternidade de homens não divididos em classes inimigas e, a condição humana, que a arte expressará atingirá sua mais alta significação.

Portanto, vê-se que seria incorrer em erro fazer da arte um campo absolutamente independente, segregado do conjunto social.

Isto não quer dizer, entretanto, que a base material condicionante da atividade artística atue de maneira direta e imediata. A lei marxista geral que engloba todos os fenômenos super-estruturais em seus vínculos com a infra-estrutura, aplica-se também à esfera da concepção e da criação artística.

É fato por demais sabido que a história da arte comprova sobejamente o acima exposto. Não se conhece um único documento literário que não revele conexão com a sociedade de seu tempo. O mesmo revelam a música e a pintura.

A independência das artes plásticas é fenômeno bastante recente, que coincide, «grosso-modo», com o surgimento da burguesia. O quadro aparece no século XV, isto é, depois de longos séculos de convivência humana e depois que as formas sociais atingiram um nível mais elevado. O itinerário pictórico é lento e difícil e segue, como a sombra ao corpo, a evolução do conjunto social. E a história lhe imprime sua marca indelével.

Quantos séculos transcorrem entre os primeiros vidros coloridos e os afrescos murais! E entre estes últimos e a obra pictórica independente, capaz de falar por si mesma sem o auxílio da arquitetura da qual se servira por longo tempo! Durante toda a Idade-Média, a pintura é pintura de encomenda ou, como se diria hoje, pintura «dirigida». A clientela dos artistas era constituída pelas igrejas, os monastérios, a nobreza dos castelos feudais e dos palácios e, mais tarde pela burguesia que se incorpora ao mundo feudal e à Corte. Os temas artísticos são fornecidos pelos clientes e conduzem invariavelmente ao religioso, ao faustoso e ao principesco. O elemento

pictórico profano é clandestino e se revela nesse florescer de madonas opulentas e carnudas que transmitem uma ilegal mensagem de terrenalidade e afirmam um protesto contra a árida severidade do misticismo anti-humano.

Mais tarde, com a consolidação da classe burguesa, o nu e a paisagem conquista a vitória, num esforço que revela a síntese da natureza com o homem. A arte desce do céu à terra, da sombria imagem religiosa ao calor humano, do escuro ascetismo à jocundidade da vida. A paisagem e como o atestado de batismo da sociedade moderna.

O século XVIII envolve no seu espírito de tolerância as Côrtes fúteis e corrompidas. É, oficialmente, o século das festas galantes, o elegante século de Watteau. Porém, atrás da brilhante aparência da sociedade, encontra-se a miséria dos camponeses e o desespero dos comerciantes. Cabe então à pintura a missão de negar idealmente esse feio mundo de misérias, ignorando-o e ocultando-o. Os olhos felizes dos senhores não devem ser chocados com o espetáculo das massas esfarrapadas.

Vem depois a Revolução Francesa. A pintura recebe o seu sopro vigoroso e busca o povo, traduz o heróico, prod'ama a luta. É Delacroix com «La Liberté guidant Le Peuple», e David com o cortante lema subversivo: «Homem, razão, revolução».

A MÚSICA LIGADA À VIDA HUMANA

Na música também não encontramos trajetória semelhante? Os movimentos, milhões de vezes repetidos, da energia humana aplicada às coisas, ensinaram ao homem os segredos do ritmo. Para ele, a música era sinônima do movimento. Seu primeiro instrumento musical foi o bater das mãos. As palmas acompanhavam as cerimônias religiosas e os sacrifícios, da mesma forma que a dança. Durante muitos séculos a música foi o argumento das solenidades ou a vaidade dos Mecenases. Na Idade-Média serviu para fins estritamente religiosos e parcialmente mundanos. Se, a anulação do homem na terra era condição da glória nos céus, a música litúrgica não devia ter outro objetivo senão o de extinguir o fogo humano. A música profana, entretanto, vai-se insinuando insidiosamente e desvia os fiéis do caminho do ascetismo. A Igreja reage de forma drástica compreendendo perfeitamente que a liberdade musical seria um fator de rebelião entre as massas rurais muito inclinadas à revolta. Foi Clemente de Alexandria quem proscreeu a música visto que, para os exercícios litúrgicos, a voz humana é suficiente, sendo excessivos — segundo afirmou — os címbalos e as flautas.

Duzentos anos depois São João Crisóstomo sentenciara: «Aqui não fazem falta, nem cítaras, nem plectro, nem instrumento algum. Porém, se o desejas, podes fazer de ti mesmo um instrumento, crucificando tua carne e tratando de obter, com teu corpo uma harmonia perfeita.»

Estava-se nos tempos de Plotino e dos sábios doutrinadores da Patrística. Quinze séculos deveriam passar para que a música homofônica desse um salto até a música polifônica. Escrava da Igreja e dos príncipes — que o eram por graça divina — a paleta sonora fica sujeita à tirania do ritmo. Nela devem morrer qualquer matiz incitante e o «tônus vital». Que seus monótonos «corsi» e «ricorsi» extingam no homem toda sede e ardor e o preparem para a viagem eterna e celestial.

No espírito de São João Crisóstomo, os cantos gregorianos do século VI tenderão a unificar todos os cantos, cruelmente depurados de todas as influências profanas e populares, culpáveis de sensualidade e amor à vida. A pobreza da ornamentação e a indigência das escalas musicais serão um reflexo cabal do sentimento inumano da religião.

Porém, assim como a ciência vai abrindo caminho a despeito da escolástica, e a filosofia materialista começa a impor-se em

detrimento do tomismo, o cunho popular na música desbasta estradas cada vez mais largas e o canto profano se vai sobrepondo, com seus temas humanos de amor e de dança, à liturgia sombria e niilista.

São os sinais reveladores de uma nova classe. Os trovadores antecipam o caminho da burguesia. Agora, o verso marcha ombro a ombro com a música para falar do amor e do drama, narrar episódios cortesãos ou apólogos morais, fazer a sátira política ou a crítica piedosa.

Os madrigais de Florença são o prólogo remoto do «bel canto».

No século XVI, também a música, como as artes plásticas, vai beber na Grécia antiga a inspiração do humano e do real. Esse anseio dará origem à arte dramática ou ao teatro lírico e à arte instrumental.

Com a Revolução Francesa, o sopro do humanismo se apodera da música e procura atingir o grande público. Já não se limita ao círculo estreito das pessoas privilegiadas, mas busca o próprio povo, as multidões. Sem mencionar a Marselhesa, de ritmo vibrante e triunfal, pode-se citar os maravilhosos acentos populares de «Cá Ira» e de «Carmagnolle» que, cento e sessenta anos após o seu nascimento, continuam incendiando os corações dos franceses e incitando-os à guerra santa tal como, décadas depois havia de exclamar o maior de todos os poetas românticos: «Aux armes, prose et vers! formes vos bataillons!»

O Conservatório de Paris de renome mundial, é produto direto da Revolução; seus fundamentos foram lançados em 1793.

A música incorpora as grandes massas corais e instrumentais da mesma forma que Napoleão assinala uma transformação qualificativa na arte da guerra, introduzindo o povo nas fileiras do exército.

Beethoven é um dos filhos da Revolução Francesa como o é também seu romanticismo, como o foi ainda o romanticismo literário.

O século XIX não avança senão sob o responder estimulante da Revolução. Afirma-se com razão que ele é o século das nacionalidades. Pode-se igualmente afirmar que é o século das músicas nacionais, criadas à base de um folclore esquecido e menosprezado, do qual elas tiram seu rico material de inspiração, suas frases melódicas, sua forma popular. Aprofundando-se na expressão nacional mais autêntica, essas músicas nacionais, pela forma despertam um eco internacional, e ainda hoje nos emocionam e deleitam, confirmando uma vez mais, que o verdadeiramente nacional é verdadeiramente internacional. Eis aí pois, como o trajeto histórico das artes desmente o absurdo de se aspirar a uma explicação do fenômeno estético desgarrado do conjunto social e das ações e reações do homem dentro desse conjunto.

DECADÊNCIA DA ARTE LIGADA À SOCIEDADE BURGUESA

Desagrada a muitos a afirmação relativa à decadência, ou melhor, ao estado de putrefação da arte contemporânea. Parece-lhes que a literatura, a música, as artes plásticas, têm o privilégio de escapar ao naufrágio global da sociedade burguesa e que, se o irracionalismo anti-humanista é passível de crítica na filosofia e no pensamento em geral é digno de consideração e de elogios na arte. Porém, é precisamente aqui que o veneno demonstra seus efeitos devastadores. Como negar essa decadência, quando, à fórmula racional de David se opõe, por exemplo, o irracionalismo das escolas modernas, ou ao robusto realismo de Balzac o surrealismo da hipnose? A um Delacroix, se contrapõe um Salvador Dali a um Balzac, um Claudel; a um Beethoven, um Schoenberg. Que é isso se não um testemunho de putrefação?

O modernismo, incluindo-se nele os impressionistas e Cézanne, os nabis e o fauvismo, o cubismo e o abstracionismo e, na música os atonalistas, é defendido com os

seguintes argumentos: 1 — É o «novo» em contraposição ao «velho»; 2 — Exige uma técnica superior e avançada resultante de exaustiva busca formal; e 3 — ainda nos casos em que essas obras de arte não encontrem eco, constituem momentos excepcionais, nunca se pode saber exatamente quando se produz o encontro entre a obra de arte e o público.

A primeira dessas alegações é falsa, sob todos os aspectos, visto que nem todo o «novo» merece aprovação. Para que tenha valor é preciso que seja melhor do que o «velho». De outra forma o pretensão novo é mais caduco do que o conhecido «velho». A dialética do «novo» exige que ele suprima o «velho» de uma forma particular, isto é, superando-o. O fascismo é «novo» com relação à democracia capitalista, porém, quem ousaria afirmar que é superior, e sobretudo, que supera as contradições inerentes àquele sistema?

As deformações musicais de Erik Satie são «novas» com relação a Beethoven, como o são as obras de Dali em face de Manet. Entretanto, são elas superiores?

A corrente filosófica tomista do Congresso de Mendoza é «nova» diante da corrente enciclopédica e jacobina do modernismo. Só por isso devemos então aceitá-la?

O verdadeiramente «novo» traz em si o progresso, a passagem pelas etapas mais altas, enquanto que as correntes modernistas em arte, marcam, ao contrário, franco retrocesso.

Também não procede o segundo argumento. Em quase todos os casos a técnica modernista não é mais avançada e chega-se mesmo, em alguns extremos, à eliminação de toda técnica. Excepcionalmente ocorre que uma forma bela serve a um conteúdo repugnante, porém tal fato traduz uma das inúmeras contradições da sociedade burguesa em regressão ferida por desequilíbrios.

Outro dos aspectos da defesa é inaceitável, pois o modernismo não se caracteriza — e eu acrescento: não se pode caracterizar — pela busca exaustiva da perfeição formal. Forma e conteúdo não podem dissociar-se, visto que a condição de existência de ambos supõe sua integração indissolúvel. A reparação entre esses dois elementos pode ocorrer sob a forma de uma crise motivada pela transição da substância, porém, nesse caso tal ruptura não significa mais do que a exigência de uma vestimenta formal adequada.

Não existe pois, investigação formal, fora da relação com um conteúdo. Com efeito, a pseudo-investigação formalista do modernismo, qualquer que seja o valor que se possa atribuir aos seus êxitos formais, excede de muito esse terreno exterior e atinge diretamente o conteúdo. O novo conteúdo exigido pelo modernismo, a pretensão de ajustá-lo a certas pesquisas formais, é o afastamento do humano, a renúncia temática, a traição à realidade.

É isso, precisamente o que põe em evidência o interesse universal das críticas soviéticas. O problema inclui a questão mais ampla e geral da relação «fundo-forma» que, de modo algum é específica da arte. Essa questão está presente em todos os campos, tanto no direito como na filosofia, em política como em religião, é resolvida pelo marxismo de acordo com a tese comum dos vínculos da superestrutura com a infra-estrutura.

O ser determina a consequência e não a consciência. O modo material de produção condiciona as instituições jurídicas, sociais, políticas, religiosas (a superestrutura, enfim) e não ao contrário. Evidentemente, dentro de certos limites, essas instituições e superestruturas gozam de relativa autonomia e não conservam, em face da base condicionante uma atitude passiva; por sua vez reagem, reatuam sobre a infra-estrutura. Neste constante processo de mútua interação, típico da interpretação

marxista, o fundamental continua sendo o ser, a substância conteúdo, e a consciência, o fenómeno forma, e sempre o subordinado.

A. ESTÉTICA E O PROBLEMA DA FORMA

Transpondo este tema à esfera estética, deve-se então afirmar que o problema formal não surge simplesmente do mundo da forma, idéia que nos poderia levar ao pensamento de que, nessa esfera, temos de um lado o conteúdo e do outro a forma e que caberia ao artista uni-las da mesma forma que um *barman* mistura bebida para um coquetel.

Assim como a linguagem surge quando há algo a comunicar, a urgência formal nasce necessariamente quando há algo que necessita de expressão, que pede uma forma, que exige um passaporte que lhe permite livre circulação entre os homens ou as idéias. Sem algo que expressar, sem um conteúdo que necessita tornar-se presente, não se colocaria o problema formal. O continente é, acima de tudo, o continente de algo.

Giambiaggi, pintor argentino, observou que nos períodos de transição entre duas sociedades ou duas épocas sempre sucede que a arte permanece apenas como continente. Tem razão, mas seria necessário acrescentar que esse continente puro e despersonalizado, solitário e segregado, traz em si, implícito, um conteúdo que é o da pulverização temática.

Quanto ao modernismo, que reclama uma suposta investigação livre e incondicional do formal, cabem aqui duas observações: primeiro que, a busca formalista esconde o horror ao humano, e, em seguida, que esse formalismo, em suas mais diversas variedades, pressupõe uma filosofia, uma concepção do mundo, das coisas e dos seres.

O realismo socialista ou militante não nega, pois as conquistas formais. O que faz, é colocar o problema sobre suas verdadeiras bases, isto é, em conexão com a medula da obra de arte. Se o poema, a narrativa, o quadro ou a escultura constituem uma forma de apreensão do real, do real no sentido não unicamente do que é, mas de tudo o que está sendo; se eles revelam efetivamente uma mensagem humana, de otimismo e confiança na capacidade do homem e de exaltação das potências humanas, segue-se que a obra de arte se realizará em função do público. Claro é que somente dessa forma, ela desempenha uma função ativa e principal, cumprindo sua tarefa social e contribuindo para a formação do homem.

O valor do formal reveste-se então de sua verdadeira importância. A mensagem e o mensageiro ficam confundidos numa peça única e a obra de arte preenche suas funções. O destinatário já não é o mesmo; a obra de arte o modificou, enobrecendo-o, estimulando-o, sacudindo-o. E o artista poderá dizer que cumpriu o seu mandato. Será um arquiteto de almas.

Eis aí porque é tão importante que o conteúdo humano adquira formas adequadas de expressão. Por isso mesmo o momento formal da obra de arte assume significação extraordinária. Vê-se claramente que as receitas do hermetismo, do aristocratismo ou do esteticismo carecem de valor e são exatamente o oposto de uma forma de comunicação com os homens. Parecem escolhidas para evitar o contacto do povo com a arte e, finalmente, se dissolvem numa linguagem de código, compreendida apenas por uns poucos iniciados aos quais previasse revelar a chave do problema.

Às vezes, um elemento desse grupo inventa uma nova «cripto-esteticidade» para uso privado, lança naturalmente um novo «ismo» e um repto aos seus ex-companheiros. Este jogo, que poderia ser divertido, não é, entretanto, inocente. As formas mortas ou herméticas constituem o modo de ser de essências mortais. A arte que nada

tem a revelar aos homens, elege necessariamente as formas correspondentes ao aristocratismo fechado. Cabe ao artista, que tem consciência de sua missão de servir a seus semelhantes, a tarefa magnífica de dotar-se do instrumento formal mais eficaz. Dir-se-á que nisso reside a maior dificuldade. Replacemos que esse é o seu ofício. O artista deve ter a clara noção da importância do formal em função da substância, e da necessidade de atingir, com sua emoção, as grandes massas populares.

Outras vezes as objeções feitas às nossas concepções parecem dizer: «Pois bem, que a perfeição formal envolva um conteúdo. Porém, selecionemos os temas, afastemos aqueles que nos parecem grosseiros e consagremo-nos à natureza morta ou ao nu».

Com a expressão «grosseiros» ou «anti-estéticos» proscovem o fundamental da vida humana, do homem comum e cotidiano, com sua poesia e seu drama, com suas fainas e suas esperanças, com suas dores, sim, porém com suas lutas e suas certezas. Natureza morta? Pois seja. E por que não? Porém, somente natureza morta? Nada mais existe no mundo? Por que motivo o cravo num vaso seria mais rico de sugestão do que o cravo entre os lábios do operários assassinados? Nus? Aceite-se também o nu com a condição de que não nos afirmem que nele se esgota a capacidade artística ou que o nu é o assunto fundamental das artes plásticas.

Finalmente, lembramos aqui a reflexão do escritor soviético Fadeiev: o ser humano despido se nos apresenta como indivíduo zoológico e o quadro que o reproduza não nos oferecerá um aspecto muito importante do homem.

O IRRACIONALISMO CRÍTICO

O terceiro argumento utilizado na defesa das correntes modernistas afirma a legitimidade de tudo quanto se produz sob o seu signo, até mesmo aquilo que nos é mais estranho, amparando-se no que se poderia chamar a confluência da irresponsabilidade do artista com a irresponsabilidade crítica, isto é, no conceito de que nunca se pode conhecer a condição de validade de uma obra de arte. O encontro do artista com o público, afirma esse argumento, é um enigma; ignora-se se ele se produzirá hoje ou dentro de um século. Esta idéia é evidentemente falsa e perigosa. Se correspondesse à verdade, não haveria a menor possibilidade de fundamentação estética. Não se poderia dizer de nenhuma obra de arte se é boa ou má porque esse juízo de valor ficaria submetido à retificação da posteridade. Não se poderia afirmar que esta novela é reacionária e perversa, porque se deveria levar em consideração a hipótese de que, algum dia, no futuro, possa ser considerada avançada e enobrecedora. Tal tese significa, a'ém disso, absoluto irracionalismo crítico porque implica a negação categórica de critérios objetivos no julgamento da produção artística. O mundo da arte é da crítica seria transformado num verdadeiro caos, onde tudo se poderia justificar e condenar simultaneamente e, na melhor das hipóteses, ver-nos-íamos obrigados a aguardar o julgamento do futuro que por sua vez nos pareceria incerto visto que a mesma ausência de critérios objetivos se faria sentir no amanhã.

É certo que esta liberdade irresponsável é própria de uma classe em decadência, mas nunca poderá confundir-se com a tábuia de valores das forças sociais que olham para diante, para o futuro, e estão certas de que o conquistarão, de que já a estão conquistando.

Esse terceiro argumento invocado na defesa do modernismo constitui, por si só, o reconhecimento de uma renúncia estética definitiva. Neste terreno faz-se mister recordar o pensamento de Jdanov: «Nem sempre o popular é genial, porém, o genial é sempre popular.»

Já foi dito que o formalismo moderno pressupõe uma filosofia, uma concepção do mundo, das coisas e dos seres, e que a rei-

vindicação exclusivista da forma, é o ardil de uma orientação filosófica. Como o demonstrarei na segunda parte deste trabalho, a substância conceitual do modernismo se caracteriza pelo subjetivismo, pelo anti-humanismo e pelo irrealismo. Neste ponto, o modernismo coincide com todas as escolas da burguesia decadente e marcha de braços com as expressões mais típicas do academismo conservador.

Bernard Dorival, do Museu de Paris, encerra seu livro sobre a pintura francesa, afirmando que um dos característicos distintivos é o seu sentido de «realismo poético.» Em seguida, porém, acrescenta que esse «realismo» resulta da encarnação da idéia essencial e da inspiração divina, de tal forma que, no natural, encontra o sobrenatural. E a isso chama realismo! A concepção estético-filosófica de Dorival prende-se, pois, à mais velha escolástica. Para ele, a arte não seria uma tradução do real mas sim uma busca do divino na realidade, e esta mesma realidade encontraria sua substância autêntica no sobrenatural. Por este caminho, a arte está condenada a regredir de muitos séculos, abandonar o terreno humano, a esfera do homem como protagonista e objeto das lidas humanas.

José Leon, pagão, admite interpretações análogas. É bastante recente sua afirmação de que «fugir a este mundo foi e continua a ser uma aspiração de homens eleitos.» Fazei desta idéia o conteúdo inspirador da arte e obtereis a arte empobrecida e degenerada da atualidade. Esta é a fórmula do anti-humanismo exacerbado. Já não se suporta o mundo. É necessário inventar um outro para que nele se possam refugiar ou passar suas férias os naufragos importantes e desesperados. Já não se pode suportar o homem insurrecional que busca a libertação à luz de perspectivas novas. É preciso anulá-lo, negando-o na evasão culpável e medrosa da «arte-purismo» que, em última análise, nada mais é do que a anulação da própria arte.

A solução humana do problema do homem os assusta. Disso, decorre que o pensamento, a ciência, a história falsificada, a arte decaída, sejam transformados em instrumentos de asfixia e diques de contenção.

O homem caminha para diante, sempre para diante; é preciso que o detenhamos — dizem os estetas da decadência. Detenhamo-lo e degrademo-lo. Reduzamo-lo a uma linha (geométrica, a cubo ou cilindro, a máquina Ford, a natureza morta, a sombra de sombra, a poeira cósmica).

O homem, entretanto, caminha sempre. Até mesmo sobre as ossadas desses estetas, aos quais a importância e o esgotamento apontam o caminho da fuga. E eles fogem, diante do homem e da criação realista do homem, da mesma forma que os marchais de papelão se evadem quando o guerrilheiro lúcido abençoa com suas baionetas as portas de Xangai.

II

A DEGENERAÇÃO ARTÍSTICA RESULTANTE DO CAPITALISMO

As raízes profundas e permanentes da degeneração da arte contemporânea estão na sociedade capitalista que, por sua própria natureza, desenvolve, no mais alto grau, a contradição entre o trabalho manual e o intelectual. Tendo por alma o dinheiro, a sociedade capitalista condiciona a degradação do homem e a perversão da arte.

Max observou, com grande finura, que a força e pujança da arte antiga com relação à decadência do seu tempo explica-se porque as contradições das velhas sociedades estavam menos desenvolvidas e universalizadas.

Não é difícil compreender que os antagonismos explosivos, acumulados desde Marx até nossos dias, não poderiam deixar de imprimir sua marca de decomposição à produção artística.

A burguesia de fins do século XIX já não é a burguesia jacobina e iconoclasta. O início

da capa imperialista de desenvolvimento é, ao mesmo tempo, o começo do seu ocaso e da sua crise geral, o ponto de partida das guerras mundiais e das revoluções. A lembrança da I Internacional faz tremer o seu espírito; a Comuna de Paris antecipa o Outubro de 1917; e a razão se passa para o lado do proletariado: a burguesia perdeu a fé; não crê na ciência; desconfia do poder da razão; busca, nas fantasias subietivistas aquilo que é negado pela evolução histórica; refugia-se no pessimismo e na repugnância ao humano: repele o que B'ondel chamará, mais tarde, os *tabus nacionalistas*; chega-se às vésperas de sua maior proclamação: «o estúpido século XIX.» O modernismo está maduro, gerado pelo desespêro de uma classe dominante em decadência.

O já aludido suposto filosófico das diferentes tendências modernistas recebe essa angústia da burguesia sem saída. Observai a escola *impressionista* que busca, segundo sua própria confissão a «libertação em face do real e que qualifica de arte acéfala a arte realista. Que busca essa escola com sua arte? Apreender a vida em seu fluir, a realidade em processo de desenvolvimento? Evidentemente não, pôsto que reclama o afastamento do mundo exterior e afirma que toda obra de arte emana exclusivamente do próprio criador. Nas palavras do seu teórico, Maurice Denis, deve-se lembrar «que um quadro, além de um cavalo de batalha, uma mulher ou a reprodução de qualquer acontecimento, é essencialmente uma superfície plana, coberta de cores reunidas em determinada ordem.» Encontramos aqui em germe, a redução do quadro ao problema técnico da construção que logo chegará à fria prisão da linha reta ou do triângulo.

Temos também o abstracionismo primário, hoje absorvido numa corrente gritadora e degenerada.

Precisamente ali, onde se encontra a realidade, o impressionismo contra seu subjetivismo. Não busca a essência das coisas, mas apenas o fenômeno passageiro. Aferra-se ao efêmero e aparente que, além do mais, extrai de sua própria consciência.

Este caminho subjetivista que afasta do real e do humano, será comum aos diversos matizes modernistas. O impressionismo postulou o absoluto plástico. Cézanne virá mais tarde, dar desenvolvimento a algumas dessas teses. Para ele, não existe mensagem mas somente construção e, desde que esta constitui a lei suprema, trata-se de descobrir (ou inventar) a estabilidade eterna da forma. Chega assim, à redução geométrica do quadro, e à dissolução de todas as coisas em cones, cubos e cilindros. O plano é que interessa e não a tela; urge encontrar a forma pela forma, derivada por via conceitual, e não a forma como maneira de um conteúdo.

A paixão e os anseios humanos são emulados pelas figuras esmagadoras da geometria. Desta invasão anti-humanista em Cézanne é prova evidente seu modo específico de investigar o reino das formas. Como é bastante conhecido, Cézanne vê o fundamento das formas na geologia. As velhas pedras veneráveis substituem o ser humano como fonte de inspiração formal.

Os *nabis*, profetas mouriscos, ocuparão a escala seguinte com uma concepção que leva os conceitos anteriores às suas mais radicais consequências. Para eles, a arte começa exatamente onde se verifica o divórcio absoluto com relação ao real.

Com o *fauvismo* acentua-se o afastamento da realidade. Um de seus representantes, Vlaminck, dirá: «Não faço pintura mas a minha pintura.» Aqui o subjetivismo adquire um desenvolvimento prodigioso e, finalmente, desaparece toda noção artística, pois, *minha* pintura é, em cada caso, uma concepção distinta, que evidencia a proscrição do mundo objetivo. Esta concepção estética, da mesma forma que o absoluto plástico dos impressionistas, vai desembocar de fato, com perdão da ex-

pressão algo bárbara — num solipsismo artístico, nada diferente, além disso, do solipsismo filosófico de algumas escolas idealistas.

E é precisamente a negação idealista dos sentidos e da capacidade da razão em penetrar a essência das coisas, que servirá de bandeira à corrente *cubista*. Os cubistas menosprezam a luz e o colorido, porque são fatores de engano; afirmam que a visão deforma as coisas e, por isso, pintam o que não vêem, aquilo que sabem ou inventam. O objeto *cubista* não é o objeto de existência real e visível, que independe de nossa consciência, mas aquele que é caprichosamente elaborado pela própria imaginação dos adeptos dessa corrente. Porém, se não pintam os cubistas o que vêem, pintam em compensação, o que não vêem, por exemplo, e parte não aparente de um modelo. Na estética cubista, um pedaço de jornal colado ao quadro será um instrumento de expressão.

Braque, um dos deuses do cubismo, definiu claramente o substrato idealista da escola: os sentidos deformam o espírito-forma. Dêsse modo não iremos cair no pré-kantismo? Mais ainda. O cubismo sofrerá a influência bergsoniana que, por sua vez, pode ser considerada como a precursora do existencialismo alemão; a esse título explica a «duração» em pintura, por meio de uma imagem chamada a fundir unitariamente as sucessivas aparições do sujeito.

No *abstracionismo* de nossos dias, estes aspectos irracionais e inumanos alcançam desenvolvimento dominante; trata-se de um jogo de retas e trapézios que denunciam a servil submissão à máquina da moderna usina capitalista, ou que provocam uma deprimente impressão de calabouço. A arte, a graça, a poesia, a emoção, o homem enfim, desapareceram por completo. A plástica foi absorvida pelo plano de um construtor de obras. O horror ao humano adquire modalidades paranóicas em um Wolfgang Paalen, que pinta — e pinta é aqui um modo de dizer — planetas mortos e intuições cósmicas. Declara Paalen que suprime a perspectiva e o horizonte, para anular ao homem como espancador, criador e protagonista. Perspectiva e horizonte, afirma, são elementos visíveis unicamente para o homem medíocre. E como se parece este homem medíocre de Paalen, ao *Der Mann* existencialista, ao homem comum, vulgar e corrente, que a filosofia nazista menospreza e condena!

MODERNISMO NÃO É ARTE DE VANGUARDA

A expulsão do real e do humano é típica do modernismo. Nenhuma arte de vanguarda pode afirmar-se e desenvolver-se senão como arte ao serviço do povo e do homem. Isso explica o fato de a burguesia imperialista conceder sua proteção ao modernismo. «Fortune», a revista dos multimilionários norte-americanos, não oferece seu concurso aos cultores do modernismo? Não é Nelson Rockefeller, o magnata do petróleo, quem financia, conjuntamente com a oligarquia brasileira, museus de arte moderna no Rio e em São Paulo? O fato de que entre os modernistas tenha havido artistas que, no plano político, ocupavam posição correta, não invalida estas conclusões. Trata-se de uma contradição própria desta época, sendo notório que a boa orientação política desses artistas não resultou de sua posição estética; ao contrário, ela se verificou a despeito da escola a que se filiaram. Por outro lado, essa contradição não pode ser estável. Como toda contradição ela deve resolver-se. Ou conduz a uma acomodação estética à altura do cidadão (caso Pablo Neruda), ou, mediante uma acomodação oposta, leva fatalmente ao polo político reacionário (caso Breton.)

Com efeito, o desdobramento natural do alogismo, dêsse alogismo colocado na base da concepção artística, conduz ao alogismo geral. Não é o líder modernista Kurt Seigman, quem se consagra à investigação das ciências ocultas, da cabala, da magia e da astrologia?

O irracionalismo também tem suas leis. Entregue-se-lhe um dedo e ele se apossará de todo o braço.

Por outro lado, deve-se lembrar que essa espécie de arte não diz nada a ninguém. E' ininteligível até mesmo para aqueles que lhe conhecem os segredos. O caso do pintor modernista Paul Fontaine, com sua exposição de Wuppertal, realizada faz um ano, é saboroso e significativo. Suas obras foram expostas numa sala do Museu local. A crítica recebeu-as com os mais altos elogios. O menos que se afirmou foi que Fontaine, expoente da pintura, havia dado a medida maravilhosa da arte moderna. O pintor chegou a Wuppertal alguns dias depois. Visitou a sala que lhe haviam reservado e logo em seguida expressou ao diretor do Museu seus agradecimentos pela magnífica acolhida. Observou-lhe, entretanto, que os quadros estavam colocados de cabeça para baixo. Ninguém o havia percebido! Ao que parece, era tudo igual. Em posição correta ou invertidos, o resultado era sempre o mesmo, o triunfo da arte moderna.

Com efeito, o *manfutismo* e acilada fumista integram a atmosfera dessas correntes. Rochenko, pelo menos, foi sincero para consigo mesmo. Ele também pintava de acordo com as normas segundo as quais a arte consiste em não expressar nada, absolutamente nada. Guiado por sua própria teoria, preparou umas telas para o Salão de Moscou, às vésperas da primeira guerra mundial. Eram algumas linhas isoladas e umas poucas figuras geométricas. Pouco antes da abertura da exposição, entretanto, fez um exame autocrítico das telas, à luz de sua doutrina. Disse a si mesmo: «Se a pintura não deve expressar coisa alguma, esta linha ou este ponto me parecem uma traição. De qualquer forma, a linha oblíqua pode querer dizer algo, uma direção, uma vontade de ascenso, talvez mesmo a Torre de Pisa. Pior ainda é o que acontece com o ponto. Eu o acreditava despersonalizado e livre de toda escória real, porém, não poderá ele reproduzir uma maçã, a lua, uma aldeia da estepe ou até o próprio umbigo de minha mulher?» E, num ato de honradez e consequência teórica, Rochenko despedaçou esses quadros e expôs somente seis telas em branco. Agora sim, não representava nada, completamente nada, irremissivelmente nada. A teoria havia triunfado. Apenas, em vez de arte, tínhamos o epitáfio de uma escola.

O SURREALISMO COMO EXEMPLO DE DECADÊNCIA

No domínio da literatura observa-se igual processo e bastará tomar o *surrealismo* como elemento de observação para ver reproduzidas as características irracionais que foram observadas na pintura, a começar pela própria palavra. Ao absurdo da tendência, junta-se a incompatibilidade com o realismo e que se manifesta sob a forma de uma indignação para além do real, ou seja, o surrealismo. Seu ponto de partida, como em muitos «santuários» pictóricos, é a afirmação de que tudo o que se vê é falso. A negação do mundo objetivo, do mundo em que se desenvolve o homem, o homem verdadeiro de carne e ossos, de dramas e alegrias, de pequeninas coisas que culminam no heroísmo, de ação e luta, é a consequência inevitável dêsse apotegma. Daí por diante, não resta senão invocar o mito, buscando e rebuscando com mórbido afã, e postular a realidade do sonho como a autêntica característica da realidade. O próprio Breton, que é ao mesmo tempo o pai e a mãe do surrealismo, simboliza esta sêde mística. Enquanto seus compatriotas se transformavam nas «maquisard», ele ganhava milhares de dólares nas emissoras de Nova Iorque e descobria o novo mito chamado a vivificar a arte e a vida: as supertições incas e astecas. Seus namoros com a revolução se esfumaram de pronto e, iluminado pelo semitrotskismo, acreditou ter encontrado a chave da questão social no fourierismo.

Os surrealistas mergulham satisfeitos no que chamam as «cavernas do ser», que algu-

mas vezes se confunde com a angústia heideggeriana, outras com o desespero místico de Kirkegaard, ou finalmente, com o mundo indefinido dos instintos incontroláveis. Daí procede, seguramente, o prestígio do automatismo na técnica surrealista, dessa técnica também *funista* e *manfuma* ilustrada, à vista de todos, numa mesa de café por um surrealista que dizia cair em transe e se punha a ditar as incoerências que lhe saíam dos lábios inconscientes, como lavas de um vulcão, incoerências que apareciam, em seguida, nas publicações da escola, como mensagem de testemunhos estéticos.

Não é preciso dizer que, se o princípio básico da tendência negava a realidade como uma falsa realidade, o método do automatismo negava, nem mais nem menos, o próprio poder da consciência. Uma vez que ficava estabelecida a impotência da razão, era necessário exaltar o mito, a histeria, o sonho, a epilepsia. Anuladas todas as fronteiras, a doutrina se tornava fronteira. Menosprezadas a razão e a consciência, triunfava a inconsciência. Efetivamente, são de Breton as palavras seguintes: «O surrealismo está ao alcance de todos os inconscientes.»

Dessa aventura o homem saía diminuído. O ideal humano do surrealismo não podia ser outro senão o marquês de Sade.

Para «épater les bourgeois» empregavam os surrealistas todas as manhas dos bastidores literários de todos os tempos: usavam monólogos desafiadores; usavam óculos de cor verde; compunham poemas com recortes feitos ao acaso em «manchettes» de jornais.

Parece-se claro que não pode haver maior absurdo do que o atribuir-se ao surrealismo uma função revolucionária na arte. Diga-se simplesmente, que ele não é mais do que uma das tantas manifestações da degeneração artística contemporânea. Justificá-lo apenas porque este ou aquele artista fez parte de suas fileiras há quase trinta anos, é renunciar a ver no surrealismo o que verdadeiramente significa. Se Aragon conseguiu renome na literatura francesa, não o deve, por certo, ao surrealismo. Ou se pretenderá sustentar a teoria ingênua de que para chegar à arte realista é obrigatoriamente necessário tomar alguns banhos no pântano surrealista?

A prova de que essa e outras correntes são flores tristes e doentias da decadência social da burguesia está na sua proliferação e na sua seqüência. Não se acredite que o surrealismo é na literatura a última palavra, nem o abstracionismo o último grito na pintura nem o atonalismo a última dejeção da depravação musical. Quando se abandona o cálido e fértil terreno do real e se deserta da fraternal companhia do homem, sabe-se apenas quando se começa, nunca quando nem como se termina. Cada nova tendência, neste domínio, leva ao exagero alucinado um ou vários dos defeitos essenciais das precedentes. Assim, cabe ao *letrismo* afirmar sua aversão às coisas e aos seres, renunciando inclusive à palavra.

Os surrealistas compunham poemas com as «manchettes» de jornais. Não se tratava evidentemente, de poemas, visto que nêles não havia o menor vestígio de poesia e não se observava o menor conteúdo. Pelo menos, porém, amontoava palavras, sem conexão, sem sentido, sem objeto mas, em última análise, palavras. Daí se podia ver que seus autores, segregados do mundo, conservavam com ele, de qualquer forma, um sutilíssimo ponto de contacto. O *letrismo* anula este ponto. Sua fobia se dirige contra a palavra. Sua técnica consiste em juntar letras, à medida que surgem, da forma pela qual saem do depósito de letras e colocá-las, umas ao lado das outras, até formar uma linha a que chamam verso e dispor estas linhas, umas sob as outras, até chegar ao que chamam poesia.

As palavras traduzem conceitos. Os conceitos são imagens da realidade. Basta isso

para que os letristas proscrevam a palavra. Qual o resultado a que chegam? Verifiquem-no os ouvintes, com o seguinte exemplo de uma das mais famosas poesias letristas:

Arvina torda pled
Boulini pantoi gro
Poluma tacca tac
Azimu zumbra bro
Ticca tac flicca
Zic Zic Zic

Acredito que D. Pancha, a meiga elefanta do Jardim Zoológico, teria feito coisa melhor

Outra forma do irracionalismo degradante e niilista nos é apresentada pela escola *resistencialista*, surgida logo após a *letrista*. É a seguinte a sua teoria: o homem é um ser desprotegido porque está dominado pelas coisas e é incapaz de dominá-las. A falsidade dessa afirmação salta aos olhos. A experiência cotidiana do homem demonstra o contrário e a ciência e a técnica proclamam a vitória crescente do homem sobre as coisas. Como sabe a obscurantismo a afirmação *resistencialista*, nesta época em que podemos chegar ao desdobramento do átomo e libertar reservas incalculáveis de energia!

As filosofias reacionárias afirmaram que o homem não pode conhecer a essência da coisa, ou seja, a coisa-em-si. O *resistencialismo* conclui pelo domínio da coisa sobre o homem. Essa impotência humana nos entrega, pois, às potências fantásticas e religiosas. Sobre esses falsos fundamentos, o *resistencialismo* constrói sua casa de arte.

A teoria inspirou a um dramaturgo *resistencialista* o seguinte drama: três pessoas, inimigas, caíram no fundo de um poço. Nem mesmo a desgraça comum consegue aproximá-las e ali continua a briga. Um monte de ladrilhos, (símbolo da coisa) incomoda aos três inimigos que entram num acordo para desfazer-se deles. Porém, a altura do poço é demasiada e os ladrilhos tornam a cair. A moral da peça é a seguinte: a coisa resiste ao homem. É a fatalidade. Submetamo-nos a ela. Renunciemos à conquista da coisa, isto é, da realidade circundante. Entretanto alguém poderia divertir-se ao ver a cara com que ficaria o dramaturgo se, das torrinhas, um desses sensatos operários de Saint-Denis lhe gritasse: *Voyons, donc!* Porque não usas uma roldana? São assim essas escolas novíssimas; basta uma simples roldana para que se desmoronem.

O ATONALISMO — RENÚNCIA AO TEMA E AO PÚBLICO

Passemos ao atonalismo. O Congresso Mundial de Compositores, Críticos e Musicólogos, reunido em Praga há um ano, reconheceu a «crise profunda» que atravessa a música de nossa época, condenou o formalismo e aconselhou que se retorne a melodia e a inspiração popular. Essa crítica atinge em cheio o atonalismo que é na música, o mesmo que o surrealismo nas letras, o abstracionismo na pintura ou o existencialismo em filosofia. Um de seus teóricos, o francês Leibovitz afirmou, precisamente, que o atonalismo é o existencialismo sonoro. Nêle, a arte musical foi rebaixada a uma insuportável geometria do som, em cuja busca a composição se torna totalmente formalista.

Mozart revelava a vida e a alegria de viver; Beethoven, a grandiosidade heróica da ação humana e o prazer da natureza. O atonalismo contém uma tristeza cinzenta porém ruidosa, feita de sombra e complexidade. Seu lema é a quebra da regularidade rítmica e a suspensão da ordem tonal, com o que desaparecem a afinidade sonora e a capacidade de traduzir emoções e sentimentos em linguagem musical. O resultado é uma cacofonia babélica que martiriza o ouvido. Em vez de deleite temos o suplício. Quando se ocupa de algum elemento do mundo é para cair na onomatopéia musical. O atonalismo é capaz de dar-nos uma locomotiva; o que não é

capaz de dar-nos é o coração do homem. Rejeita a melodia para fazer do preciosismo todo o seu ideal.

Este modernismo musical renuncia ao tema e ao público. Postula, como clímax da arte sonora, alguns adornos ruidosos e chocantes colocados no vazio absoluto. Stravinsky, um dos seus deuses, expõe sua teoria nas seguintes palavras: «Com relação à arte, as massas são um termo quantitativo que jamais entrou em minhas considerações... As grandes massas nada dão à arte. Não podem atingir o seu nível e o artista que busca conscientemente a mensagem das massas só poderá alcançá-la, descendo de seu próprio nível. O que para mim é importante, é a alma do indivíduo que ouve minha música, não o sentimento do grupo... Minha música não expressa algo de realista... Minha música nada tem a narrar...»

Com quanta razão Chostakovitch, na Conferência de Paz de Nova Iorque, pôde qualificar essa concepção como típica de «toda arte decadente.»

Essa música, pois, nada tem a dizer. Erik Satie, do grupo dos seis, o demonstra até nos títulos de suas composições: «Três Trechos em Forma de Pêra», «Verdadeiros Prelúdios Flácidos para um Cachorro», «Embriões Dissecados.» A rigor, podem ter qualquer nome ou mesmo nenhum, porque nada expressam nem sugerem.

É certo também que os próprios instrumentos são submetidos a torturas deformantes. Ao piano se faz soar como bomba; ao violino como baixo. Na «Ode» de Prokofiev não há um só violino; em compensação, nela figuram 16 contra-baixos e 4 pianos de cauda. Na «Sinfonia Poema» de Katchaturian, o pouco de melodia desaparece, esmagada por 24 trombetas e numerosos instrumentos de percussão. Não faltava mais do que se pretender introduzir um canhão no conjunto orquestral!

Assim, a música se extravia, na vaidade da busca de formas complicadas, cada vez mais complexas e incompreensíveis, em detrimento incurável da clareza e da lógica melódicas. Essas contorções extravagantes adquirem em Henry Kowles, compositor e pianista norte-americano, cunhos de loucura. Kowles não executa com os dedos mas com os cotovelos e com os punhos. É verdade que os banqueiros de Wall Street o seguem fielmente. Deseja-se, pois, que se admita isso como arte musical?

A hostilidade da burguesia decadente para com a arte, e a conversão desta em mercadoria, explicam sobejamente esse sentido resolutamente anti-humano, que nega a realidade. Ortega y Gasset, introdutor do pensamento alemão reacionário, revelou a base filosófica dessas tendências com toda a fraqueza: «O poeta começa. — diz — onde o homem deixa de ser homem.»

A recuperação da arte não pode, pois, provir senão de sua emancipação com respeito à burguesia. Sua redenção está no *realismo socialista*. (Cabe aqui um parêntese: Por que *realismo socialista*? Será para significar sua limitação ao país do socialismo? É natural que, na URSS, se encontre sua verdadeira medida; mas, inclino-me a pensar na sua validade universal, primeiro pela necessidade de estabelecer claramente a diferença entre ele e o velho realismo, do qual não é cópia nem modernização e, segundo, porque a expressão *socialista* indica que a arte realista tem os olhos voltados para o futuro, e estas duas circunstâncias são apropriadas a todos os países, até mesmo àqueles que não chegaram ainda à etapa do socialismo.)

ARTE, ESTÉTICA E REALIDADE

O escritor italiano Libero Bigiaretti pergunta a Sereni: «Pode um escritor representar uma sociedade diferente da em que vive, uma realidade social diversa da que o condiciona?» Esta pergunta nos leva ao coração do assunto. Trata-se, precisamente, dessa realidade social. O problema surge quando alguém pergunta em que consiste essa realidade, concretamente dada. Será

acaso sua apresentação como um todo homogêneo? Evidentemente não, visto que a sociedade contém contrastes, polarizações. Será então tomá-la em suas partes, segundo um equilíbrio bem balanceado e indiferente? Também não, porque as classes não têm o mesmo destino; umas morrem, outra marcha em direção à vitória e a obra de arte que reflete tal sociedade deverá mostrar a tendência de desenvolvimento, exaltando não o que se extingue, mas o que nasce.

A realidade não é somente o que existe, simplesmente o que existe ou o que é, neste instante preciso, mas o que está sendo, o que se transforma, o que impulsiona seu movimento ascensional. Surge aqui uma das diferenças entre o realismo socialista e o naturalismo fotográfico ou o velho realismo do século passado, pois, nem tudo o que existe tem valor característico.

A arte é a reprodução estética da realidade, tal como esta se nos apresenta à luz do materialismo dialético, e expressada através de situações e personagens (sejam estas individuais ou coletivas) características. Podem existir, e existem, personagens de carne e osso que, apesar disso não têm valor real em face do realismo artístico, simplesmente porque não caracterizam uma tendência de desenvolvimento.

Um crítico francês censurou na «Jovem Guarda», de Fadeiev, o fato de não conter a novela um herói com vícios ou deformações morais. A crítica nada tem de consistente. Que na sociedade soviética existam indivíduos imorais é perfeitamente compreensível. Porém, a questão é outra, isto é, saber se esses indivíduos isolados são representativos da humanidade soviética, da juventude socialista. O fato é que sucede exatamente o contrário, e os traços característicos dessa comunidade humana são o otimismo, a responsabilidade e o impulso heróico. Esses traços pertencem à sociedade, o escritor não os inventa. A novela que não os registrasse, fugiria à realidade.

Tão pouco entra no realismo socialista a simples pintura da miséria e do sofrimento, para a qual tendem alguns autores argentinos quando fazem novela social. Isso, não porque o proletariado esteja a salvo de fomes e de dores — ao contrário é o que lhe sobra — mas porque essa classe não é apenas a classe sofredora, mas, principalmente, a força social que tem o futuro em mãos. O mundo do amanhã pertence aos operários, não aos supliciadores das massas trabalhadoras. Acima de tudo, a classe proletária é a classe da vitória inelutável. A obra de arte que a incorpore como sujeito, deverá, pois, atribuir-lhe as virtudes que a acompanham, ou sejam, a tenacidade combativa, a fé, o otimismo e a propensão heróica, por oposição a esses negros, sombrios e desesperados matizes com que gratuitamente a pintam os aludidos novelistas. Não é o cinismo, nem a apatia, nem o sentimento de frustração o que caracteriza a massa trabalhadora que tem diante de si um mundo por conquistar e que, na luta, não pode perder outra coisa senão suas cadeias.

O REALISMO SOCIALISTA E A LIBERDADE DE CRIAÇÃO

Tem razão Fadeiev ao escrever estas palavras: «Que é realismo socialista? É a arte de revelar a vida em seu progresso, de perceber e mostrar, no presente, os germes do futuro.» Essa aptidão, exclusiva do realismo socialista, explica porque nele está contido o romanticismo, ou se se preferir, o romanticismo revolucionário.

Vê-se, pois, que o realismo socialista não é uma justa posição do velho realismo e nada lhe serve, por caduco, morto apagado do velho romanticismo. O primeiro para nada lhe serve por caduco, morto apagado, estático, incapaz de apreciar a mudança e o progresso, impotente para contemplar o herói sob outro aspecto que não seja o do «dramatis personae» que vem de cima e é muitas vezes fotográfico; o segundo não lhe convém por sua ausência de fundamento e seu sentido utópico. A força

do realismo socialista consiste em que supera essa dualidade, e em que unifica, graças ao caráter dialético do seu realismo, este mesmo realismo com os rasgos mais audaciosamente românticos. Essa é a razão, pois, pela qual o realismo socialista é profundamente humanista, de um humanismo que nada tem de comum com o antigo, feito de piedade e comisseração para com os desvalidos, mas assenta sobre a marcha vitoriosa do homem, libertado das cadeias sociais que o asfixiam.

Os petulantes aristarcos das páginas dominicais ou das presunçosas revistas especializadas acusam a arte soviética de moldes e limitações ao criador. Isso é seguramente uma calúnia. O realismo socialista não diminui o indivíduo nem limita a expressão especificamente individual. Conheceis por acaso dois novelistas soviéticos com um mesmo estilo? Longe de ser o equivalente de um código de normas formais, o realismo socialista admite a mais ampla variedade de individualidades e de formas e, mais do que admite, põe em evidência o papel da consciência do artista. Porém, entendamo-nos: o cunho individual na obra de arte não quer dizer submissão da mesma aos caprichos individuais. Da mesma forma, a função importante da consciência do criador não corresponde à invenção da realidade, mas ao conhecimento do processo e da realidade objetiva que cabe tanto ao poeta como ao artista político, ao músico como ao escritor, traduzir em sua própria linguagem.

Essa é a importância dos debates e decisões soviéticas que os críticos ocidentais julgaram com pequenez intelectual burguesa. A repercussão mundial dessas discussões explica-se pelo fato de que elas conclamam todas as pessoas honradas a participar da batalha do humanismo.

Afirmam os críticos burgueses que falam em nome da liberdade de criação. Mas, que liberdade? A liberdade artística de um mundo em que a arte não é mais do que mercadoria e o artista um zero à esquerda? Tomai os produtos dessa pseudoliberdade de criação e vereis qual é a sua essência: a depravação, a frustração, o pessimismo, o obscurantismo clerical ou espiritualista, a hostilidade ao homem, o apelo às potências sobrenaturais, a pornografia, o delito, a devassidão, o refúgio nas chamadas atrações telúricas. Neste terreno, o testemunho da Sra. Vitória O campo não deixa a menor dúvida. Sua última inspeção pelo mundo da arte teatral estrangeira apresenta um saldo de suicidas, neuróticos, desajustados sociais, pervertidos sexuais. «O teatro moderno — afirma a Sra. Ocampo — abusou das anomalias sexuais, das perversões, da prostituição sob seus diversos aspectos, da venalidade, da loucura, da própria violação.» Isso com relação à arte tulada de séria. Que dizer então da arte inferior, que, pelo canal da cinematografia monopolizada, das revistas populares que nada mais são do que empresas capitalistas, das emissoras de rádio que constituem um truste não menos negociista do que qualquer outro truste atinge milhões e milhões de pessoas simples, pervertendo-lhes o gosto, comprometendo a nobreza dos seus sentimentos e rebaixando suas consciências!

No que se refere às classes, compreende-se que o artista soviético está, nesta matéria de liberdade criadora, mil pontos acima do artista da sociedade burguesa. Por certo, não existirá escritor soviético que exalte a indignidade ou a mentira, a perversão ou o pessimismo. Isso acontecerá, porém, pelo fato de existirem leis proibitivas nesse sentido ou porque a composição humana e moral da sociedade soviética nada tem de comum com tais qualidades, se é que lhes podemos dar tal nome.

A poesia letrada que acabei de ler foi seriamente comentada pelo crítico literário de «Spectator», o velho e influente semanário britânico que afirmou que essa escola talvez se transformasse na estética definitiva do futuro. Porém, qual seria a reação

de um cidadão de Stalingrado diante dessa poesia? Olharia seu autor com uma expressão de ternura compassiva: «Tão jovem e já está reduzido a isso!» E, por certo, o conduziria fraternalmente para uma casa de repouso e de saúde.

Além disso, não sabemos que a liberdade é, em suma, o reconhecimento consciente da necessidade? Entre dois escritores quaisquer, o mais livre é o que sabe transmitir sua mensagem de emoção traduzindo o processo do real, conscientemente apreendido.

A RESPONSABILIDADE DO ARTISTA E DO ESCRITOR

Surge assim o problema da responsabilidade do escritor ou do artista. Porém, é mais conveniente que nos detenhamos aqui, visto que nos movimentamos num mundo onde, se alguma coisa caracteriza os artistas consagrados, é a suprema irresponsabilidade.

A arte — disse Luckas — não é um monólito. Em última análise, é a relação do artista com o público. Uma arte que não se dirija ao povo só merece desconfiança. O hermético, o arte-purista, o formalista, não podem encontrar nenhum eco. Porém, a arte sem eco é arte? O criador fala de sua obra como de uma mensagem, mas pode ser chamado mensagem aquilo que carece de substância, que nada tem a transmitir ou comunicar e que se expressa num idioma esotérico, clandestino e proibitivo?

Se o destinatário da obra é o povo, ela deve dirigir-se ao povo. Esta é a arte popular ou democrática, que se opõe aos jogos aristocratizantes de pequenas seitas de «gourmets» que, além do mais, atiram uns contra os outros, como armas ofensivas, as próprias receitas culinárias.

Os que proclamam o hermetismo segregador e vão, acreditam melhor defender os direitos da arte, porém, o que fazem é matá-la, reduzindo-a à função anti-social de implacável cordão sanitário entre o artista e o povo, e desvitalizá-la com uma dupla ruptura do humano: quando procuram criar, esquecendo, menosprezando ou sepultando o homem, e quando criam sob a preocupação estética de não atingir a compreensão do homem.

A crise da arte contemporânea é um aspecto da crise geral da sociedade de nossos dias. É a revelação, no plano estético, do divórcio entre a sociedade burguesa e o homem comum. É portanto, a manifestação da crise humanista nos quadros da sociedade vigente.

E para esse estado de coisas não haverá saída? Cuidemos de não afirmar tal coisa. A solução não necessita ser proclamada porque já vive, atua e triunfa. Ela supõe a libertação do homem em face da sociedade inumanista, ou a participação resoluta e consciente da arte no esforço geral para essa libertação. É evidente que esta participação pode manifestar-se como incorporação individual do artista no movimento geral, mas deverá expressar-se, no plano propriamente artístico, em obras que cantem a liberdade, a força otimista, a consciência vitoriosa, e epopéia do povo, e que, evocando as mais nobres emoções, ajudem o homem a gozar do belo e a lutar pela sua emancipação.

Cabrá, sobretudo, aos jovens criadores argentinos, auxiliados pelos poucos da velha guarda que se mantêm fiéis à verdade artística e às lutas do povo, assumir a responsabilidade de renovar a arte nacional, salvando-a desse tremedal de pornografias, misticismos e evasões em que agora se debate, por culpa de uma oligarquia literária que procura nos claustros dos conventos, na lenda ou na paisagem sem o homem, o refúgio para a sua covardia humana.

Que esses jovens nos dêem uma arte realista e que seus poemas, suas novelas, seus quadros, suas esculturas ou composições, proporcionando-nos a recreação artística de nossa própria realidade, nos coloquem, ao mesmo tempo, uma bandeira nas mãos: bandeira de beleza e de libertação!

FASCISMO

DE CALÇAS LISTADAS

Wolney RABELO

Dois figurões da política externa norte-americana, Forney A. Rankin e Charles M. Hulton, depois de presidirem no Rio a uma conferência de adidos culturais das embaixadas dos Estados Unidos na América Latina, vieram até São Paulo, onde convocaram a imprensa para uma entrevista coletiva na sede do Consulado norte-americano. Essa teria sido uma entrevista a mais, se não tivesse sido feita aos dois diplomatas uma pergunta embaraçosa em torno da nova "Lei de Segurança Interna" aprovada recentemente nos Estados Unidos. Mr. Rankin e Mr. Hulton perderam imediatamente sua afetada despreocupação, aquela fingida inocência que os americanos gostam muito de exibir. Diante da pergunta, feita com a maior naturalidade por um dos jornalistas presentes, interessado certamente em saber detalhes sobre a última maravilha do "paraíso do dólar", os dois diplomatas fizeram consultas recíprocas, ensaiaram uma resposta despidadora e resolveram, imediatamente, acabar com a entrevista.

Os objetivos publicitários dos dois figurões americanos ficaram seriamente prejudicados. A entrevista coletiva, tão bem arrumada, acabou num fiasco.

Se uma pergunta sobre a nova "Lei de Segurança Interna" dos Estados Unidos deixa assim tão transtornados os chefes da propaganda do Departamento de Estado Americano, imagine-se o que não fariam se fossem convidados a fornecer à imprensa detalhes sobre o funcionamento do chamado "Comitê de Atividades Anti-Americanas", instrumento de opressão fascista contra o movimento democrático e progressista dos Estados Unidos! Esse "Comitê", diante do qual Eugene Dennis se recusou a responder a uma série de perguntas, é o responsável pela condenação, a um ano de cárcere, desse grande dirigente operário. O mesmo "Comitê", à frente do qual se encontrava até recentemente o ladrão Parnell Thomas, é o responsável pela prisão de diversos intelectuais, homens de vanguarda do pensamento, como Howard Fast, Dalton Trumbo e John Howard Lawson. Esse "Comitê" é um dos fiscalizadores da lei fascista chamada de "lealdade", segundo a qual todo cidadão que se recusar a manifestar seu apoio ao governo americano eleito é considerado criminoso. Recentemente na Califórnia, foi posto em prática um dos métodos nazistas de combate às idéias: numa praça pública foram amontoados e queimados diversos volumes de um escritor moderno. Algumas obras de Voltaire estão interditas nos Estados Unidos. Diversos crimes vêm sendo praticados sob a máscara da «defesa da democracia». Toda manifestação independente do espírito está ameaçada de ser incluída no "index" do "Comitê de Atividades Anti-Americanas". É assim que Voltaire chega a ser considerado um escritor perigoso para a segurança do governo americano.

O gênio que fez tremer os reis coroados da França no século 18, faz tremer também os reis sem coroa do século 20 — os reis americanos do fumo e da goma de mascar, das lâminas "Gillette" e das superfortalezas!

Compreende-se o silêncio cheio de constrangimento dos diplomatas de Truman. Efetivamente é impossível conciliar fatos tão brutais, que revelam a marcha acelerada dos Estados Unidos para o fascismo, com a máscara de "defesa da democracia" que os propagandistas do "modo de vida americano" têm em usar.

Diversas leis de caráter fascista precederam a recente "Lei de Segurança Interna", aprovada pelas duas Casas do Congresso americano. Um desses códigos de castigo é a «Lei Smith», que classifica como crime o fato de "duas pessoas conspirarem para derrubar o governo." Uma lei promulgada depois — a "Lei de Registro de Estrangeiros" — torna obrigatório o registro de todos os estrangeiros no Departamento de Justiça e insiste na questão da derrubada do governo.

Outros instrumentos de perseguição às organizações democráticas são as leis Mc Cormack e Voorhis. O aparecimento dessas Leis coincide com as medidas oficiais de encorajamento das organizações terroristas nos Estados Unidos. A "Ku-Klux-Klan", que durante vários anos desde seu aparecimento na guerra de "Secessão" foi posta fora da lei, realiza sessões públicas e tem espaço garantido para sua publicidade nas colunas da grande imprensa. Essa organização, realiza uma odiosa perseguição, velada ou declarada, aos judeus e negros, às colônias estrangeiras residentes nos Estados Unidos. Negros, para os racistas americanos, são todas as pessoas que, embora brancas, tenham "sangue negro" nas veias. O resultado dessa monstruosa discriminação racial, alimentada pelos ideólogos da expansão imperialista, orientada exatamente por homens como Forney A. Rankin e Charles H. Hulton, é a feroz discriminação racial contra catorze milhões de negros americanos. O resultado do clima de terror criado contra os negros, é a perseguição e o assassinio, quase sempre impune, de homens e mulheres de cor. Nas últimas eleições presidenciais, por exemplo, um negro que teve a ousadia de votar em Atlanta, no Estado da Geórgia, foi abatido a bala, no meio da rua. Seu nome é Robert Mallard. O fascismo, porém, vai corroendo rapidamente toda a vida americana. No ano passado, o Professor Ralph Spitzer, da Universidade de Oregon, foi demitido de sua cadeira pelo crime de haver defendido, numa revista da Universidade, o ponto de vista de que as teorias do biólogo soviético Lisenko mereciam ser estudadas com maior atenção pelos especialistas americanos. Isso se chama fascismo. É o fascismo americano de calças listadas.

O chefe de polícia americano, aperfeiçoando os métodos da Gestapo de Hitler, organizou um fichário de toda a população adulta dos Estados Unidos. Como se todos fossem criminosos, foram fichados pela polícia americana cento e treze milhões de pessoas!

Assim, a última "Lei de Segurança Interna" promulgada nos Estados Unidos, é uma peça a mais, nessa máquina de esmagamento brutal das liberdades democráticas. Falar nessa lei a homens como Charles M. Hulton, chefe da Divisão de Intercâmbio Cultural do Departamento de Estado americano, é o mesmo que falar em corda em casa de enforcado. Só existe uma explicação para a existência dessa lei: a América marcha aceleradamente para o fascismo, à medida que vai pondo em prática novos planos de agressão bélica. Os Estados Unidos estão sendo transformados num cárcere. Os habitantes do país, suspeitos de atividades democráticas e progressistas, são impedidos de sair. Do mesmo modo, os democratas, comunistas, progressistas, partidários da paz de outros países são impedidos de entrar na livre América! A nova lei fascista promulgada nos Estados Unidos, tem por objetivo legalizar violências policiais, flagrantemente inconstitucionais, contra o povo dos Estados Unidos e os visitantes da América.

Vejamos um exemplo. No mesmo instante em que os dois espertos diplomatas americanos eram postos na berlinda com uma simples pergunta de um jornalista, na sede do consulado americano em São Paulo, em Nova York, sob pretexto de cumprir a nova lei, mil e trezentos turistas, inclusive catorze músicos italianos e o grande pianista austriaco Friedrich Gulda, eram arrancados de dentro do navio "Queen Mary" e levados para um interrogatório policial no presídio de Ellis Island, que fica ao pé da Estátua da Liberdade.

A Estátua da Liberdade, vai-se transformando, rapidamente, no símbolo do fascismo americano: atrás de uma tela formada por uma fraseologia democrática, mal dissimulados, estão os cárceres cheios.

A Ofensiva Ideológica Norte-Americana

Moacir WERNECK DE CASTRO

Há tempos atrás, um certo Senador William Benton, apoiado por doze colegas, propôs que o governo dos Estados Unidos criasse um «Plano Marshall de idéias». O objetivo seria «vender» (como eles dizem na linguagem dos caixeiros-viajantes de Wall Street) a ideologia do imperialismo e da guerra aos povos que insistem em preservar a própria soberania, no terreno político como no terreno cultural.

Pouco depois, Harry Truman anunciava que o governo americano destinaria altas somas a uma «campanha da verdade», com o propósito de espalhar no mundo a crença nos ideais do livre empreendimento e, naturalmente, combater o comunismo. Medindo tudo em termos de milhões de dólares, os dirigentes do imperialismo acreditam que a «cruzada anticomunista é uma questão de verbas. Comprar, corromper, subornar e alugar é a maneira mais prática que os trustes encontram de disseminar a sua «verdade».

Foi-se assim sistematizando o plano de ofensiva ideológica do imperialismo como parte vital da preparação para a guerra. Tratava-se, antes de mais nada, de fazer a propaganda do «modo de vida americano», da democracia dos monopólios, da superioridade racial dos ianques e da sua predestinação para o domínio mundial.

Em países dependentes, como o Brasil, esse plano entrou imediatamente em execução, com todos os aspectos de um Ponto IV de Truman aplicado ao domínio cultural. Nosso país foi visado com um destaque que indica de maneira alarmante a premência dos objetivos imperialistas. E em outubro deste ano, a ofensiva ideológica norte-americana atingiu um grau máximo, expresso em três acontecimentos: primeiro, a assinatura de um acordo cultural entre o Brasil e os Estados Unidos; segundo, a conferência dos adidos culturais das embaixadas ianques na América do Sul, reunida no Rio de Janeiro; e terceiro, os Colóquios de Estudos Luso-Brasileiros realizados em Washington sob a tutela do Departamento de Estado.

O acordo cultural, assinado por Acheson e o Embaixador Maurício Nabuco, prende-se ao esquema de submissão nacional traçado por ocasião da viagem de Dutra a Washington em maio de 1949. Consta de treze artigos e se propõe estabelecer normas para as relações entre os dois países no campo da arte, da literatura, do ensino do turismo, incluindo planos de intercâmbio de bolsistas, etc. Como os acordos bilaterais de caráter entreguista no terreno econômico, esse acordo é feito na base da mais estrita «reciprocidade» — a reciprocidade daquela famosa aliança entre a panela de ferro e a panela de barro.

Assim, por exemplo, cada país outorga ao outro o direito de estabelecer no seu território institutos de informações, institutos culturais, bi-

bliotecas e filmotecas. Promove-se, também reciprocamente, a intensificação de conferencias e do ensino da língua do país «amigo». Técnicos e especialistas ficam incumbidos de fazer cursos de aperfeiçoamento e fundar entidades de caráter associativo. Ainda segundo os termos do acordo, cada país tomará medidas para proteger e promover, dentro do possível, festivais musicais e artísticos, congressos científicos, representações teatrais e outras iniciativas para desenvolver a «aproximação cultural» entre os dois países.

Tudo nesse acordo faz lembrar os convênios concluídos por Hitler com os países satélites do Reich. Também nestes a «reciprocidade» era absoluta, no papel. De fato, o que se selava nesses instrumentos firmados pelos governos quislings era o predomínio da «cultura» nazista, a escravização das nações da Europa Central à supremacia da raça eleita alemã.

O gangster Edward Miller, encarregado de assuntos latino-americanos do Departamento de Estado, achava-se presente à cerimônia da assinatura do convênio. Era de certo modo um triunfo pessoal, depois de sua viagem ao Brasil, em que extorquiu do governo Dutra novas e mais humilhantes concessões a favor do imperialismo ianque.

Na mesma ocasião, os adidos culturais das embaixadas dos Estados Unidos na América Latina reunem-se no Rio de Janeiro, sob a orientação de Forney A. Rankin, conselheiro de «public affairs» do Bureau de Assuntos Inter-Americanos, e de Charles M. Hulten, diretor geral do USIS. Este último declarou, ao encerrar-se a conferência: «Antes de vir para aqui, o presidente Truman, com quem me avistei, salientou a necessidade de um exame minucioso do Brasil, pois, com os conhecimentos obtidos — creio que serão muitos — se poderá obter melhores resultados em outras oportunidades.»

E a seguir mais detalhes sobre esse «exame minucioso» ordenado pelo «boss» da Casa Branca.

«A reunião se ocupou exclusivamente de problemas concernentes ao Brasil. No momento, temos neste país dezesseis centros de cultura Brasil-América. As modernas e bem aparelhadas bibliotecas, mostras de arte e o ensino do idioma inglês, através dos mais eficientes métodos pode servir de exemplo e atestar o empenho dos Estados Unidos em incrementar o intercâmbio cultural com os países da América... Existem atualmente 50 mil pessoas que estudam inglês em países das Américas.» («Estado de S. Paulo», 17 de outubro de 1950.)

É difícil conceber maior cinismo, mais deslavada arrogância de «gauleiter». Mr. Hulten fala como se estivesse numa colônia, incumbido de transmitir aos nativos os princípios sagrados da civilização do dólar, a lin-

gua do dólar, o modo de vida baseado na divindade do dólar. Não se esquece também de ditar aos indígenas o gênero de obras que devem produzir para o gosto do mercado americano. E cita, notadamente, «Casa Grande e Senzala», do Sr. Gilberto Freyre, dizendo: «Há tanto interesse pelo Brasil nos Estados Unidos que se mais livros houvesse como este, todos eles se venderiam.» («Brazil Herald», 17-10-50) E, como se vê, o gênero de «sociologia» que convém aos interesses da dominação americana.

E nesse mesmo dia, em complemento ao plano de colonização cultural, reuniam-se em Washington os colóquios de Estudos Luso-Brasileiros. Por que em Washington essa conferência que, como o próprio nome indica, devia realizar-se no Brasil ou em Portugal? A simples pergunta, que evidentemente não tem resposta, põe a nu as pretensões ianques de hegemonia cultural.

Sob as vistas do Departamento de Estado, esses colóquios foram na prática um debate sobre a melhor maneira de abrir as portas de nossa cultura à influência destruidora norte-americana. Os governos do Rio e Lisboa mandaram às favas a «latinitude» para se curvarem ao «Diktat» da superioridade anglo-saxônica. Na delegação brasileira, chefiada pelo canastrão Pedro Calmon, Ministro da Educação do governo Dutra, figuravam os Srs. Sérgio Buarque de Holanda e Rodrigo M. F. de Andrade, já agora evidenciados no papel de instrumentos da penetração ideológica americana, e um agente salazarista chamado Serafim da Silva Neto. E a delegação portuguesa foi dirigida pelo ex-Embaixador no Brasil, Pedro Teotônio Pereira, cuja chegada ao nosso país, em dezembro de 1945, foi precedida de um manifesto de intelectuais brasileiros denunciando-o como «notório elemento fascista», cuja presença seria «um obstáculo às boas relações entre brasileiros e portugueses, baseadas na irreduzível vocação de liberdade dos dois povos». Assinaram o manifesto os Srs. Hamilton Nogueira, Adauto Lúcio Cardoso, Sobral Pinto, Osório Borba, Rafael Correia de Oliveira, Guilherme Figueiredo, Rubem Braga e outros, a maioria dos quais atualmente, em vez de denunciar fascistas, prefere cooperar com eles no «plano Marshall de idéias» ou mesmo noutros planos mais terra-a-terra.

Um telegrama de Washington disse o seguinte:

«Esta reunião internacional de peritos não se assemelha em nada às conferências internacionais que hoje são o pão de cada dia desta cidade, hoje a capital mais importante do mundo. Realmente, não se trata no caso nem de questões políticas, nem econômicas, nem mesmo de assuntos suscetíveis de encorajar as relações internacionais, mas unicamente de belas artes, antro-

Considerações Sobre a Guerra na Coreia

Em seu número de junho último, a REVISTA DO CLUBE MILITAR publicou um artigo de relevante importância sobre a guerra desencadeada pelos imperialistas norte-americanos na Coreia, no qual se vêem conceitos bem claros a respeito do que é a luta do povo daquela península asiática que se bate por sua libertação. Tratando-se de um trabalho que ainda hoje vem tendo ampla repercussão, reproduzimos a seguir o texto completo desse importante artigo, para conhecimento dos leitores de FUNDAMENTOS.

É o seguinte o artigo que transcrevemos com a devida vênia:

«Contra o desejo unânime de paz, dos povos, fazendo estremecer, diante da ameaça de novas angústias e destruições, cada cidade, cada aldeia, cada família, o rastilho da guerra acendeu-se na Coreia. A 25 de junho último a luta armada se iniciava na região fronteira entre as duas zonas em que se dividiu aquele país após a guerra: a República da Coreia do Sul, onde permaneciam ainda 500 assessores militares norte-americanos e governada por Sigman Rhee, e, ao norte, a República Democrática e Popular da Coreia, de onde as tropas do Exército Vermelho foram evacuadas em 1949, com seu próprio governo em Pyongyang.

E' talvez cedo ainda para determinar, com todos os argumentos, a origem imediata do conflito. Se o Governo de Sigman Rhee, contradizendo declarações agressivas de ontem («O exército da Coreia do Sul pode capturar Pyongyang, capital da Coreia do Norte»...) se apoia no fato real de que a luta armada se desenvolve na parte ao sul do paralelo de 38 graus e denuncia a invasão armada dos nortistas, o governo de Pyongyang, por seu turno, proclama que suas tropas apenas perseguem e castigam os exércitos coreanos do sul, que «na madrugada de 25 de junho, atravessaram a fronteira setentrional, numa evidente provocação à guerra civil». E, apesar da importância que possui para a caracterização do agressor, essa controvérsia entre forças internas, com o desenvolvimento imediato das operações, passou para segundo plano, em face de fatos novos de significação e consequências muito mais sérias. E' que, desde os primeiros momentos, a pendência entre coreanos do Sul e do Norte cedeu lu-

gar a um problema diferente e muitíssimo mais grave para a paz mundial e para a segurança de cada povo, problema que afeta, sobretudo, os países, como o nosso, pouco desenvolvidos e de grande importância estratégica: a intervenção militar estrangeira, realizada pela aviação, pela marinha e, em seguida, pelas forças de terra dos Estados Unidos.

«A intervenção americana» — escreve o insuspeito *hebdomadário francês*, La Tribune des Nations, em sua crônica militar de 7 de julho — «transformou, assim, um conflito que tinha todas as aparências de uma guerra civil numa guerra entre a Coreia e os Estados Unidos.»

Acrescentamos que essa ação armada norte-americana não se limita à Coreia: ela se estende à China, com a interdição de Formosa, colocada pelo governo de Washington sob a autoridade da 7.ª frota da marinha de guerra dos Estados Unidos; ao governo estabelecido nas Filipinas, com uma ocupação aberta que viola os acordos de independência de após-guerra; e ao Viet-Nam, apesar do Tratado de Fontainebleau, com a França, e do reconhecimento do governo de Bao-Dai. E isso, já mesmo sem se utilizar, como na Coreia, de uma Resolução do Conselho de Segurança da ONU, resolução cujo retardo, em relação ao início das operações, deu origem a esta situação aludida no seguinte trecho de La Tribune des Nations:

«Discute-se e rediscute-se para saber, na verdade, se a América não teria podido esperar algumas horas (e bastariam, de fato três a quatro horas) para só intervir na Coreia depois da decisão definitiva do Conselho de Segurança.»

E' que o mundo está diante de uma estratégia que se apoia em bases e forças militares espalhadas em cada continente, e, apesar da conveniência de, «por hábito ou por habilidade, manter respeito às formas políticas de organização internacional e, em primeiro lugar, à ONU, o mecanismo e as necessidades da estratégia total levam a colocar, constantemente, os sistemas jurídicos e políticos, diante do fato consumado.» (La Tribune des Nations — artigo citado).

Dai as características políticas novas, de que, rapidamente, se vem revestindo o conflito coreano. Entre tais características, atómando o próprio conceito oficial com que,

nas Nações Unidas, se procuram definir o caráter da luta e a composição dos campos em presença, avulta o rápido processo de unidade nacional que vem fundindo os coreanos do Norte e camadas dia a dia mais amplas da Coreia do Sul num só bloco de luta patriótica contra a intervenção estrangeira. O que chama, particularmente, a atenção é que, ao mesmo tempo que as forças norte-americanas estão presentes ao combate, desde os primeiros momentos, é também desde o início da luta que se parece definir, em forma ampla, esse processo de solidariedade nacional: Após dois ou três dias de combate, a grande massa das tropas da Coreia do Sul decompõem as armas e se passa para o lado de seus irmãos do Norte: o chefe socialista do Sul, Kim-Kyu-Sik recusa-se, em Seul, a acompanhar, na sua retirada, o governo de Sigman Rhee, e proclama, naquela capital, já ocupada pelos exércitos nortistas, seu apoio à luta de todo o povo — a qual não é mais em defesa dessa ou daquela forma de Estado e, sim, em defesa da pátria. Aliás, a própria guerra, com as formas de ação empregadas por um e outro dos contendores, se vem encarregando de cimentar e ampliar essa unidade nacional com o sangue das mulheres, das crianças, da população civil de cidades inteiras bombardeadas, longe das frentes, pela frota de guerra e pela aviação dos Estados Unidos. A aplicação tática, na frente coreana, da «estratégia total», apresenta-se, ali, em seu aspecto de massacre das populações civis, que é desumano e acirra o ódio contra o estrangeiro. Enquanto isso, as tropas nortistas, limitando, de um lado, às frentes e, em particular, às frentes norte-americanas, o emprego de sua aviação e de sua artilharia — o que é, no fundo, uma consequência do próprio caráter de sua luta — e, estabelecendo, de outro lado, nas áreas ocupadas, os fundamentos de um regime novo, com a distribuição das terras dos grandes senhores feudais, ligados a Sigman Rhee e à política americana, aos camponeses pobres que constituem 90% dos habitantes da Coreia do Sul, vão consolidando, com um conteúdo político, os progressos de sua ação militar.

E' este fato, que se não pode esconder, que leva La Tribune des Nations, com apoio no lugar reduzido que vêm ocupando as forças da Coreia do Sul nos dispositivos e nos comunicados de guerra do General

pologia cultural, história, línguas e literatura de Portugal e do Brasil».

Conferência de anjos na nova Roma! Nenhum objetivo, a não ser os estratoféricos. E até mesmo, para dar côr local, nenhuma bebida, a não ser um cafézinho que a Brazilian Coffee Association servia antes, durante e depois dos debates, contribuindo assim — afirmam os despachos — para o êxito da reunião.

Nesses Colóquios de Estados Luso-Brasileiros, a delegação mais numerosa não era a brasileira nem a portuguesa: era a norte-americana, com 140 membros num total de 200. E o presidente não foi nem um brasileiro nem um português, mas o ianque Francis Rogers, deão da Escola de Arte e Ciência da Universidade de Harvard. Acheson congratulou-se com o sucesso da reunião, considerando-a desde logo uma aplicação prática do convênio cultural recém-assinado. De resto, não era uma

novidade total, porque alguns meses antes a Universidade de Stanford, da Califórnia, já promovera um debate semelhante de estudos brasileiros, com o ar de verdadeiro inquérito e o ânimo declarado de diminuir a nossa cultura

Foi talvez aí que o Embaixador-quisling Maurício Nabuco viu tomar corpo a sua receita de traição, segundo a qual é preciso que o «modo de vida norte-americano» se estenda aos demais países do continente e ao Brasil em particular. Esses Colóquios são uma página negra na história cultural do Brasil: uma abjeta confissão de subserviência da intelectualidade das classes dominantes à vontade e à «cultura» dos imperialistas norte-americanos.

Não é preciso mais que a singela enumeração dos fatos para que se veja a gravidade dessa investida ideológica do imperialismo, ligada, evidentemente, aos seus objetivos de colonização e de guerra. Trata-se de desnacio-

nalizar o Brasil, de impor-lhe a «cultura» do cosmopolitismo, as idéias sobre a «alienação da soberania», a imbecilidade em série de Hollywood, o embrutecimento sistemático pelas histórias de crimes e os quadrinhos, «toda uma propaganda frenética inspirada no racismo, no ódio à humanidade, para excitar a psicose atômica e a histeria guerreira», como escreveu Suslov.

Essa ofensiva brutal contra as melhores tradições da cultura brasileira suscita aos nossos intelectuais, como a todos os patriotas, um dever urgente: o de se unirem para a resistência contra a penetração imperialista norte-americana. Não é possível assistirmos de braços cruzados a uma investida dessa ordem, sob pena de nos conformarmos com a condição de escravos cujo pensamento e cuja maneira de viver já devem vir prontos e enlatados de outro país, com a marca aviltante do «made in U.S.A.»

Mac Arthur, a concluir que, praticamente, «não há mais coreanos do Sul», e a prever que, «dentro de poucos dias, todos os coreanos combatentes vão encontrar-se no mesmo campo», (*«À l'école coréenne»*, crônica militar — *La Tribune des Nations*, n.º 246, 7 de julho de 1950).

A análise dos acontecimentos na Coreia, em Formosa, nas Filipinas, no Viet-Nam, constitui, queiramos ou não, um imperativo de nossa vigilância patriótica, de nosso interesse natural de homens conscientes. O exame da situação internacional pode trazer para o estudo da realidade brasileira, e, em consequência, para o estudo dos problemas da defesa nacional e da missão patriótica de nossas Forças Armadas, uma contribuição importante e prenhe de úteis advertências e ensinamentos.

E' que os acontecimentos se processam, como já vimos, sob o signo de uma «estratégia total». E, como explica aos franceses o Sr. André Ulmann, em seu artigo publicado no semanário já citado, sob o título *«La guerre en Corée s'étend»*, «as condições de «estratégia total» com que nos achamos comprometidos, abertamente, a partir da Conferência de Londres; impõem, quase mecanicamente, daqui por diante, a propaganda de cada problema, seja qual for a parte do mundo em que ele se apresenta».

Ora, os fatos mostram que o caminho natural por onde mais rapidamente se poderia alastrar a intervenção armada na Coreia, já que esta se processava fora do âmbito público e imediato do Pacto do Atlântico e do Tratado do Hemisfério, devia ser, como vem sendo, a organização internacional da ONU. E tanto isso é verdade que os chefes do Estado-Maior americano sentiram, de pronto, a necessidade de acobertar a ação militar, ainda isolada, dos Estados Unidos, sob a forma de uma intervenção coletiva. Como afirma o senhor Ulmann, no artigo referido, «no instante mesmo em que se discutia, ainda, muito seriamente, para saber se seria bom que o General Mac Arthur, agisse ou não em nome do Congresso de Segurança», o próprio Mac Arthur, dentro dos princípios da «estratégia geral», que levam a colocar «os sistema jurídicos e políticos diante do fato consumado», publicava já «textos em que se qualifica como o representante do Conselho de segurança da ONU» e, em sua Ordem do dia, declarava solenemente, «agir como comandante das forças que as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas colocaram sob meu comando.» (André Ulmann — *«La guerre en Corée s'étend»*).

Ai está por que essa extensão, a outros países, da intervenção militar americana, pesa como uma ameaça concreta de guerra, sobre cada nação. Ela devia, inevitavelmente, refletir-se em nosso país.

E' por isso que as famílias brasileiras assistem com angústia dia a dia maior, substituir-se sua posição, aparentemente distante, de espectadores do conflito, pela crescente ameaça de uma intervenção armada de nosso país na Coreia.

Ninguém tem dúvida de que essa intervenção não corresponderia às exigências do interesse nacional, aos sentimentos de nossa gente, à tradição bem brasileira de respeito à soberania das nações e de não interferência em assuntos internos de outros povos, à letra e ao espírito de nossas Constituições de 1891, 1934 e 1946, intensas a toda ação militar que não seja em defesa nosso território, é, em consequência, a própria missão de nossas Forças Armadas: assegurar a integridade de nosso solo, zelar pela criação dos meios e das condições necessárias à efetiva defesa nacional e à efetiva soberania da Pátria, garantir o respeito aos direitos e garantias democráti-

cas consignadas em lei. E não só não corresponderia a tudo isso, como estaria em absoluta oposição a tudo isso.

Quando afirmamos essa verdade, subordinamo-nos, apenas, a uma realidade que é impossível esconder ou constestar. E' esta, simplesmente, uma questão de fidelidade ao conceito histórico que os acontecimentos e a própria formação nacional deram às Forças Armadas Brasileiras, em consonância com os ideais da Pátria, de liberdade e de progresso, que fundamentam o sentimento de todo o povo. Esta definição apenas reflete, com uma probidade que achamos deve ser intransigente, a tradição e a ação nacional de nosso Clube Militar, desde sua fundação a nossos dias. E' o conceito que vê em nossas Forças Armadas um pedaço e um reflexo de nosso povo, como cidadãos conscientes identificados, em sua grande maioria, com os sentimentos e os interesses da comunidade nacional: um conceito caldeado no sangue de mártires e heróis, e cimentado ao calor das lutas de nosso povo pela Independência, pela Abolição, pela República, pela efetiva instauração da democracia em nosso país. São seus símbolos, entre dezenas de outros, os heróis populares de Guararapes, o soldado Lucas Dantas e o sargento Gonzaga da Inconfidência Baiana, o alferes Tiradentes, Benjamin Constant, Floriano, Deodoro, os tenentes e capitães que participaram, ativamente, dos movimentos populares, desde a Independência, a Abdicação e a República aos 5 de Julho de nosso tempo.

Cremos de nosso dever insistir nisso, porque a inquietude com que todos os brasileiros encaram a ameaça de uma participação do país na guerra da Coreia se faz sentir amplamente, como é natural, em nossas Forças Armadas. Um reflexo bem significativo desses sentimentos são, sem dúvida, as peremptórias declarações do general ministro da Guerra e do general comandante da Zona Militar de Leste e 1.ª Região Militar, declarações que todos aplaudimos calorosamente e segundo as quais não se cogita, em absoluto do envio de forças brasileiras ao teatro coreano de operações. Mas, ao mesmo tempo, sentimos o dever de acompanhar com atenção os acontecimentos pois é conhecida a força dos interesses estranhos que visam arrastar-nos a participar do conflito.

E aqui, impõe-se situar bem o dever que nos cabe, a nós militares, como cidadãos brasileiros, de pensar e afirmar opiniões sobre os problemas que interessam à vida à independência e ao futuro de nosso povo, todos eles intimamente entrelaçados às questões da defesa nacional condições essenciais de que depende o cumprimento de nossa missão de soldados. Isso quer dizer, antes de tudo, que o fato de sermos militares não nos tira a condição de cidadãos, condição que nos impõe o dever sagrado de analisar os acontecimentos políticos externo e internos, para poder discernir o grau de sua justeza, sempre em função do interesse nacional e dos sentimentos da maioria da população.

E' útil recordar que não estamos aqui definindo um dever ou um direito reivindicado em primeira mão. A história de nossas Forças Armadas, sobretudo nos últimos cem anos, e, em grande parte, a afirmação ativa e a conquista corajosa desse direito, o cumprimento desse dever.

Já antes da República, por ocasião da chamada «Questão Militar», o Conselho Supremo Militar da Justiça opinava que «segundo a Constituição, os oficiais do Exército têm como quaisquer outros cidadãos, o direito de manifestar suas opiniões pela imprensa.»

Simultaneamente, após a reunião realizada no Teatro Recreio, Deodoro, Benjamin Constant, Madureira, José Simeão e Cunha Matos proclamavam sua «identificação

com a opinião pública do país» e o dever de protestar e manter-nos no posto de resistência à ilegalidade.»

Era a época em que tomava forma, como expressão de solidariedade humana e de liberdade de pensamento, a repulsa ao que Deodoro chamava «o papel menos digno, menos decoroso, que se queria dar ao Exército», transformando-o em milícia contra o povo e a seus oficiais em simples «capitães do mato.» Essa repulsa transbordava, com toda a resistência de nosso povo à escravidão e ao terrorismo oficial, na frase que resume a carta magnífica de Deodoro à Princesa Isabel:

«Senhora: a liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra.»

Era o que Benjamin Constant definiria, diante de oficiais chilenos, na Escola Militar, na fórmula lapidar de que os militares «seriam sempre cidadãos armados, jamais janizáros», e o que a grande massa de oficiais traduzia em ação, às vésperas de 89, na multidão dos Circulos Republicanos ou nas ruas, simbolizando a vontade do povo proclamando a República.

Era a tradição de «patriotismo, de zelo pela perpetuidade do amor do Exército ao povo de nossa terra» — na expressão justa e feliz do Marechal Hermes da Fonseca, quando presidente do Clube Militar. Dentro da grande maioria dos componentes das Forças Armadas, ela continuaria viva, em nosso século, com «Os Sertões» de Euclides da Cunha, educado na Escola Militar, de onde, a partir de 1921, como nas vésperas de 1889, se irradiaria o desejo de liberdade e a resistência de toda a nação à ditadura e à ilegalidade dos governos.

E' pois, essa tradição, são esses direitos de cidadãos conscientes, que consideramos como nossos, como de todos os nossos colegas, no momento grave em que ameaças tão sérias crescem sobre nosso trabalho pacífico e sobre a estabilidade de nossas famílias.

Uma e outros se cristalizam na definição justa, patriótica e oportuna de nosso presidente General Estillac Leal, no seu memorável discurso de posse, a 26 de junho:

«O papel das Forças Armadas como instituição permanente com a missão bem clara, explícita, alta e nobilíssima de defender a soberania e a independência nacional, garantindo internamente a legalidade constitucional em todos os seus aspectos; um justo conceito de defesa da nossa soberania e do nosso patrimônio, dentro de um critério de estrita autodeterminação, firmado em que, na hipótese de um conflito internacional, cabe-nos a manutenção de nossa liberdade política, da integridade territorial da Pátria e do direito sagrado de dispormos de nosso destino, tomando rumos que melhor consultem os legítimos interesses da nação e impondo aos verdadeiros inimigos a nossa vontade, a vontade do povo em armas, de um povo que ama a paz mas tem os olhos postos no exemplo dos heróis de Guararapes; uma solução patriótica para os problemas relacionados com a defesa nacional, como os do petróleo, das areias monazíticas, do manganês, do quartzo, do potencial amazônico, etc., etc.; uma conduta irrepreensível, justa, honesta, disciplinada, que inspire à nação respeito e confiança em suas Forças Armadas; a defesa objetiva e sem procrastinação dos limites e sentidos direitos e interesses da classe: são esses conceitos que venho expedindo, inclusive como candidato e, fiel aos quais, assumo a presidência do Clube Militar.»

São esses conceitos patrióticos que, mais uma vez, definimos como nossos e para cuja consecução, hoje, são mais decisivas e necessárias que nunca a unidade de ação em nossas fileiras e nossa identificação e ligação crescentes com o povo de nossa terra.»

O 71.º ANIVERSÁRIO DE STÁLIN

Construtor da Pátria do Socialismo, campeão da Paz e inspirador da fraternidade entre os povos, Stálin é o grande líder que completa no dia 21 de dezembro 71 anos de vida inteiramente devotada à Humanidade, na sua luta árdua para a conquista do bem-estar pacífico e do progresso útil, liberta da exploração e da opressão do mundo capitalista, agora definitivamente agonizante.

Admirável é a sua inteligência, invejável é a sua formação científica e empolgante é a sua capacidade de trabalho e direção, qualidades essas que lhe deram a posição, ainda não superada em nenhuma época, dentre os mais destacados vultos do gênero humano. Fiel seguidor de Lênin, cuja obra preservou das investidas dos inimigos e desagregadores, Stálin acrescentou ao marxismo-leninismo contribuições valiosas que enriqueceram sobremaneira a ciência inaugurada por Marx e Engels.

Contra a sua pessoa existe uma permanente mobilização de quadros da reação, procurando inutilmente atingir a sua posição de liderança no mundo, mas tudo se quebra diante dessa rocha viva que é a autoridade e o prestígio de sua figura grandiosa. Os chacais do imperialismo estouram de fúria pela sua

incapacidade de atingir os pés do dirigente máximo do proletariado mundial.

Nos dias graves por que passam os povos, devido ao delírio guerreiro dos inimigos da Humanidade, que querem a todo custo mergulhar o mundo em nova carnificina para manter e ampliar seus privilégios de exploração, é para Stálin que se voltam as esperanças mais conseqüentes de todos os cidadãos que amam a vida, porque em suas mãos está o mais admirável comando do campo da Paz, que há de desarmar o braço sinistro dos forjadores de guerra.

Muito grato é para todos nós, homens e mulheres de todas as nacionalidades, crenças e convicções políticas, mas ligados todos por um só sentimento de amor à vida e aos nossos semelhantes, poder comemorar com muito carinho essa data que se coloca entre as maiores do calendário, porque é o dia que anuncia o nascimento de um homem que conduz a Humanidade para os caminhos largos do socialismo, da felicidade e da fraternidade.

FUNDAMENTOS se rejubila com a passagem de mais um aniversário do grande Stálin, fazendo calorosos votos para que o mundo possa continuar contando com a sua invulgar e decisiva sabedoria. Salve, grande Amigo!

NOTAS E NOTÍCIAS

A DERROTA DOS INTELLECTUAIS DO ANTICOMUNISMO NAS ELEIÇÕES

O povo soube repudiar nas ruas, a 3 de outubro, os farsantes socialistas, renegados, provocadores trotskistas, aventureiros — toda essa malta de agentes profissionais do anticomunismo distribuídos pelas diversas legiões dos partidos da reação.

Muitos desses esbirros e pelegos do meio intelectual paulista saíram à rua a pedir votos ao povo, pensando que o povo iria premiá-los tão indigna missão.

É fácil mostrar como eles estão sozinhos, repudiados pela massa popular que sabiamente não se deixou enredar na conversa desses serviços dos senhores do latifúndio e da dominação imperialista. Vejamos alguns exemplos:

Fébus Gikovate, *fuehrer* do trotskismo em S. Paulo, considerado o cérebro das provocações em grande escala, conseguiu o irrisório resultado de 390 votos para deputado estadual. Patrícia Galvão, Pagú, antiga precursora do existencialismo, delirante agente da provocação contra os comunistas, esbalçou-se em sua propaganda eleitoral, tendo mesmo percorrido várias zonas do interior do Estado, procurando insinuar-se nos meios camponeses, à cata de votos para a assembleia estadual. Na zona de Marília, por exemplo, andou escrevendo seu nome e fazendo promessas em muitas porteiras de fazendas nas imediações da Pompéia, Tupã e outras localidades. No entanto, foi repudiada pelos votantes, pois alcançou apenas a expressiva parcela de 171 votos em todo o Estado.

Na legenda estadual do partido socialista, destacaram-se também os dois pelegos intelectuais, Mário Neme, velho coroinha dos Mesquitas, guarda-costa intelectual dos usurpadores da ABDE de S. Paulo, na qual Neme não prourou fazer mais do que um grilo em ata para se tornar secretário perpétuo da entidade, e o agitado poeta-rococó Domingos Carvalho da Silva, compenetrado

zelador da linha política do jornalão do Jafet, perante o qual o seu «socialismo» não vai além do simples direito de pedir gorjetas aos patrões como meio de resolver o problema dos trabalhadores. Neme teve a merecida votação de 90 votos e o poeta de cobradanças na espinha alcançou 261 votos de parentes e eleitores desprevenidos.

Ainda na conquista de votos para deputado estadual, podemos apontar o galinha-verde Ângelo Simões Arruda, confuso teórico do racismo, furioso vomitador de biles antipopular, que fez alarde de sua propaganda na base de chamar para si o título de o mais anticomunista de todos os candidatos, dentro do partido mais anticomunista do hemisfério ocidental... Conseguiu com muito esforço e com muito retrato em verde nos muros das cidades de todo Estado, ser derrotado pela estreita contagem de 433 votos.

Na caça de votos para a Câmara Federal, há alguns exemplos bastante significativos do repúdio popular aos homens que fazem de suas penas as armas da confusão, da felonía e da sabujice aos exploradores e à reação.

Caso típico é o de Antônio Cândido, lívida vestal dessa cultura socialisteira de desconversa e escamoteação, a encobrir covardia e safadeza. Passeando a sua importância professoral de sublime zelador da sociologia americanizada e contando com a força que todos os seus cupinchas fizeram para insinuar a sua candidatura, conseguiu o pelego os magros 454 votos para a sua pública derrota nas urnas. Outro derrotado com 301 votos, candidato a deputado federal, foi o gaiato Luís Lopes Coelho, profissional de micagem, aliado do anticomunismo e que seria o barrete-pinto socialisteiro do palácio Tiradentes, mas nem com a força feita através do escritório Marcondes Filho, de que é sócio, pôde fugir dessa prova de repulsa popular por que passou.

Plínio Gomes de Melo, trotskista há

vinte anos sovando nos meios intelectuais e jornalísticos de S. Paulo, com grande acervo de provocações realizadas em benefício da reação, não deixa de participar de nenhuma eleição. É ele um dos donos da direção estadual e uma das caveiras de burro do partido socialista em S. Paulo. Muitos ingênuos socialistas pensam que ele é o azar, uma espécie de valdemar-ferreira do partido, a razão por que o partido não vai para a frente, não percebendo que não só os tipos desmoralizados, mas sobretudo o objetivo partidário antipopular a serviço da reação é que faz a agremiação marchar para trás. Afinal, Plínio com todo o seu domínio sobre as «massas» do partido socialista, foi mais uma vez derrotado, desta feita pelo resultado de 418 votos.

Em uma das muitas legendas do latifundiário Borghi, não podia deixar de concorrer o canastrão das letras, Osvald de Andrade, provocador anticomunista, cuja propaganda foi feita toda nos moldes mais reduzidos da propaganda do Miguel Petrilli. Osvald, mais letrado que o seu emulo de publicidade, apelava até para que os eleitores fossem desonestos, aconselhando-os a prometerem os seus votos a todos os candidatos, mas que na hora votassem «no candidato inteligente», que, no caso, era ele, é claro. Osvald de Andrade, ve'ho agente da pornografia, envolveu até inocentes crianças em sua propaganda nas páginas a'ugadas (ou cavadas) dos jornais, talvez para conseguir uma recomendação da liga eleitoral católica. Pois, olhe lá que o velho gaiteiro do «antropofagismo» ainda conseguiu mil e tantos votos, o bastante para ser derrotado fragorosamente.

Sérgio Milliet, Arnaldo Pedrosa d'Horta, Lourival Gomes Machado e outros, que foram escolhidos pela convenção estadual socialisteira, trataram de saltar fora da legenda, cansados que estão de expor o seu desprestígio já antes mostrado em outras eleições, em que foram alvos de umas poucas dezenas de votos.

Apesar dessa triste lição perante o povo, esses agentes da provocação anticomunista continuam sua ingloria mas bem remunerada função.

II CONGRESSO BRASILEIRO DOS PARTIDARIOS DA PAZ

É o seguinte o texto das Resoluções aprovadas por unanimidade pelos Partidários da Paz, no Congresso Brasileiro há pouco realizado:

"Os Partidários da Paz de todo o Brasil, congregados no Movimento Nacional e reunidos no II Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, realizado na Capital do Estado de São Paulo de 21 a 23 de outubro de 1950, com a presença de 848 delegados de 15 unidades da Federação, de entidades e associações, de personalidades de destaque nas artes, nas letras e nas ciências, e na presença do povo paulista, tendo em vista o histórico Apêlo de Convocação do II Congresso Mundial, e depois de considerar as teses, moções, propostas e indicações apresentadas a este II Congresso, e como resultado dos amplos debates e das orações proferidas, e refletindo ainda o anseio de paz do povo brasileiro já manifestado através de mais de 3 milhões de assinaturas no Apêlo de Estocolmo, adotam por unanimidade as seguintes resoluções:

I

Apoiar o Apêlo de Convocação do Congresso Mundial dos Partidários da Paz e, nesse sentido, intensificar o apoio ao Apêlo de Estocolmo, instituindo uma Quinzena Nacional de coleta para cumprimento da quota do Brasil, de quatro milhões de assinaturas, antes da abertura do II Congresso Mundial.

III

Ampliar ainda mais o esforço de todos os partidários da paz, com o objetivo de evitar a generalização da guerra ou fazer frustrar os planos dos belicistas, exigindo-se junto ao conselho de segurança da organização das Nações Unidas, a solução pacífica da guerra na Coreia, mediante audiência das duas partes em causa; proibir o uso das armas atômicas e promover a redução dos armamentos de qualquer espécie, com o necessário controle dessas medidas; fazer cessar imediatamente a propaganda de guerra em todas as suas formas e promover a punição de todos os que fomentam essa propaganda: difundir o respeito à Carta das Nações Unidas, exigindo a aplicação de seus princípios fundamentais, como instrumento que visa a concórdia entre os povos e a solução pacífica de suas divergências. Denunciar a agressão onde quer que ela se manifeste, condenando-se a intervenção armada por parte das potências estrangeiras nos negócios internos de qualquer país.

II

Protestar junto à Organização das Nações Unidas contra a prática dos bombardeios indiscriminados da população ci-

vil coreana, prática essa que constitui crime de lesa-humanidade e atentado aos direitos das gentes.

IV

Reclamar do governo brasileiro e da sua delegação junto à Organização das Nações Unidas uma orientação de exclusiva defesa da causa da paz, de acordo com os interesses e sentimentos do povo brasileiro e de toda a humanidade. Levar ao governo federal e aos governos estaduais os protestos veementes dos partidários da paz, por motivo de todos os crimes, violências e restrições praticados contra os defensores dessa nobre causa. Fazer sentir ao governo federal e apoiar a mais ativa oposição do povo brasileiro contra a remessa de tropas para a guerra na Coreia e contra a concessão de recursos para o prosseguimento desse conflito. Defender os direitos e as liberdades públicas, especialmente as de reunião e de imprensa, como melhor meio de assegurar a paz de nosso povo.

V

Conclamar os patriotas sem distinção de suas convicções políticas, religiosas ou filosóficas, a redobrar os esforços em defesa dos minerais radioativos e nossos demais recursos naturais, como alta contribuição para o progresso do Brasil e a preservação da paz entre as nações.

VI

Homenagear e reverenciar a memória de todos os patriotas tombados na defesa da causa da paz e prestar calorosa solidariedade a todos os defensores da causa da paz que sofrem as perseguições e constrangimentos em sua liberdade, por motivo de suas patrióticas atividades pacifistas.

VII

Atribuir à nova direção do Movimento Nacional dos Partidários da Paz, a aplicação de todas as medidas e recomendações do Congresso, para que se faça maior ampliação da campanha para a criação de novos órgãos de defesa da paz e melhor difusão e ampla coleta de fundos necessários à execução de todo o seu programa.

Com estas medidas os partidários da paz, componentes do povo brasileiro, estão convencidos de que atenderam ao Apêlo de Convocação do II Congresso Mundial, apoiando a imensa força que já representa a grande união em torno do Apêlo de Estocolmo, união que não parará um só dia, de crescer com os passos que a cada momento serão dados, com o alto objetivo de dar aos povos a paz duradoura a que aspiram e que não será imposta pela força das armas mas, ao contrário disso, será conquistada pela ação coordenada e maciça de todos os homens e mulheres de boa-vontade, capazes de fazer triunfar a razão e a justiça."

O MANIFESTO DO II CONGRESSO MUNDIAL DOS PARTIDARIOS DA PAZ

Depois de ser alvo das piores provocações e medidas de restrição por parte do governo inglês, o II Congresso Mundial dos Partidários da Paz se transferiu de Sheffield para a cidade de Varsóvia, onde se realizou com pleno êxito. Foi encerrado o histórico conclave com a aprovação solene do Manifesto dos Partidários da Paz de 75 países, cujo texto é o seguinte

"A guerra ameaça a humanidade, as crianças, as mulheres e os homens. A Organização das Nações Unidas não justifica a esperança dos povos de conservar a paz e a tranquilidade. A vida dos homens e as aquisições da cultura humana estão em perigo.

Os povos querem conservar a esperança de que a ONU voltará resolutamente aos princípios que inspiraram a sua formação, depois da segunda guerra mundial, e que consistiam em assegurar a liberdade, a paz e estima mútua entre os povos.

Cada vez mais, os povos do mundo confiam em si mesmos, em sua firmeza, em sua boa-vontade. Todo homem consciente sabe que aquele que diz: "a guerra é inevitável", está caluniando a humanidade.

Lendo esta mensagem, lançada em nome dos povos de 75 países, representados no II Congresso da Paz de Varsóvia, não esqueçais nunca que o combate pela paz é o vosso próprio combate. Sabei que centenas de milhões de partidários

da paz unindo-se vos estendem a mão. Eles vos convidam a participar do mais belo dos combates travados pela humanidade que acredita em seu futuro.

A paz não se espera, a paz se conquista.

Juntemos nossas vontades para exigir a cessação da guerra que hoje devasta a Coreia e que pode atear fogo ao mundo.

Ergamo-nos contra a tentativa de acender focos de guerra na Alemanha e no Japão.

Com os quinhentos milhões de seres conscientes que assinaram o Apêlo de Estocolmo, exigimos a interdição das armas atômicas, o desarmamento geral e o controle dessas medidas.

O controle rigoroso do desarmamento geral, a destruição das armas atômicas são tecnicamente possíveis. Trata-se de querê-los.

Imponhamos uma legislação que reprima a propaganda de guerra.

Apresentemos aos Parlamentos, aos governos e a Assembleia das Nações Unidas as propostas em favor da paz elaboradas pelo II Congresso Mundial.

O poderio das forças pacíficas no mundo é bastante grande, a voz dos homens bastante vigorosa para que possamos conseguir o encontro dos representantes das cinco grandes potências.

O II Congresso Mundial da Paz demonstrou com uma força sem precedentes, que os homens vindos das cinco partes do mundo, apesar das grandes divergências de opinião, podem se entender para conjurar o flagelo da guerra e conservar a paz.

Que os governos sigam esse exemplo, e a paz será salva"! São os seguintes os Prêmios Internacionais da Paz concedidos pelo Congresso de Varsóvia.

Prêmio de honra, a título excepcional — Concedido ao escritor mártir tchecoslovaco Júlio Fuchik, pelo seu livro «Testamento sob a força».

Literatura — Pablo Neruda pelo seu poema «Que desperte o lenhador», e Nazim Hikmet, pelo conjunto de sua obra. Medalhas de ouro: Jean Richard Bloch, a título póstumo, pelo seu livro «Da França traída à França em armas»; revista libanesa «Attarik»; escritor rumeno Mihal Sadoveanu, pelo seu

livro «Mitrea Cocor».

Artes — Pablo Picasso, pela sua primeira pomba da paz; Paul Robson, pelos seus cantos pela paz. Medalhas de ouro: Renato Guttuso, pelo seu álbum, «Gott Mit uns»; Cândido Portinari, pelo seu mural «Tiradentes»; Wacław Doblas, tchecoslovaco, pela sua cantata «Edificando a pátria, defendes».

Cinema, — Wanda Jakubowska, pelo seu filme sobre Auschwitz, «A Última Etapa»; os diretores e operadores do filme «A Juventude do Mundo», Medalha de ouro: Luís Daquim, pelo seu filme «A batalha davida», sobre o I Congresso Mundial; e a exposição «A reconstrução de Varsóvia».

A INVASÃO POLICIAL NA REDAÇÃO DE FUNDAMENTOS

A nossa revista não escapou à sanha policial nos dias mais ativos da reação em S. Paulo, durante os quais mais de duzentos cidadãos foram presos e muitos seviciados com requintes de crueldade, tudo porque os melhores filhos do povo quiseram também participar das eleições de outubro, para cumprir sua missão de alertar toda a população contra o embuste eleitoral que se preparava.

Com a conivência da Justiça Eleitoral a polícia política paulista pôs em prática mais uma das suas maiores arbitrariedades, invadindo lares, escritórios e estabelecimentos, e no meio desses desmandos, também a redação de FUNDAMENTOS foi alvo da onda opressora dos beaguins da reação.

Aqui estiveram os policiais ocupando nossa sede, onde passaram a destruir papéis e arquivos de matérias já publicadas, documentos comerciais de contabilidade e diversas de nossas coleções de revistas jornais e livros publicados no país e no exterior.

Não ficou nisto a ação vandálica dos boçais do Dops. Completaram a sua obra furtando livros e coleções de revistas de nossas estantes, dessas publicações que se vendem habitualmente nas bancas, como por exemplo, grande núme-

ro de exemplares do TIME, tudo naturalmente para «enriquecer as bibliotecas feitas na base das batidas nas casas alheias que frequentemente são realizadas pelos bacharéis supertiras, a serviço do espião John Hubner, comandante geral do FBI em S. Paulo.

No meio desse patrimônio furtado, levaram também os policiais todos os envelopes e exemplares de contos recebidos pela revista e destinados a concorrer ao GRANDE CONCURSO DE CONTOS DO APELO DE ESTOCOLMO. Mais de 50 trabalhos recebidos de diversos Estados foram assim desviados pelos agentes da reação e guarda-costas dos facinoras que ocupam o governo do Estado.

FUNDAMENTOS é hoje mais uma vítima da máquina de opressão montada no país para tentar por todos os meios — mas sempre inutilmente — barrar a marcha do povo em busca de uma cultura de vanguarda a serviço da paz, do progresso e da libertação nacional.

Mas a nossa revista não se deixa abater por esses arranjos dos serviços do latifúndio e do imperialismo, e ela estará sempre desempenhando a função que lhe cabe nas lutas do nosso povo e mais particularmente dos nossos intelectuais, para valer a confiança que honrosamente vem merecendo de milhares de leitores esclarecidos.

O PRÊMIO À TRAIÇÃO

São bem conhecidas as origens do «Prêmios Nobel»: antes de morrer em 1896, o industrial sueco Alfred Nobel, magnata da indústria de explosivos destinou, por testamento, sua grande fortuna à fundação que leva seu nome, encarregada da distribuição anual de prêmios a destacados sábios e escritores, e às pessoas que tenham realizado maiores esforços em favor da paz. É hábito generalizado associar-se o nome de Nobel à idéia de paz. Assim a concessão de prêmios literários e científicos a escritores e sábios se liga, de modo geral, à idéia da defesa da paz. A Fundação Nobel, no entanto, de ano para ano, em lugar de manter-se fiel às disposições testamentárias do industrial sueco, parece inspirar-se no exemplo de sua vida. Nobel foi em vida um traficante da morte: inventou a dinamite, a pólvora sem fumaça e a balística tornando-se ativo provocador de guerra.

No ano passado quando os círculos dirigentes americanos anunciavam para a próxima semana a deflagração da terceira guerra mundial, os juízes da Fundação Nobel, prudentemente, resolveram suspender a distribuição dos prêmios. Por esse motivo foram agora distribuídos dois prêmios de literatura: o de 1949 ao escritor norte-americano William Faulkner, e o de 1950 ao publicista inglês Bertrand Russell.

Esses dois homens de letras têm uma coisa em comum ambos são ex-democratas que, com o tempo, foram abandonando suas idéias progressistas até se transformarem no que hoje são instrumentos de pior reação, obscurantistas a serviço da intoxicação ideológica do povo, propagandistas da «ideologia» do imperialismo. O caso de Bertrand Russell é bem típico ao deflagrar a guerra de 1914, já havendo conquistado certo renome como matemático, Russell manifestou-se veementemente contra a guerra realizando inclusive propaganda contra o serviço militar na Inglaterra. Havendo escrito um panfleto de propaganda da paz,

foi multado e teve sua biblioteca penhorada para pagar a multa. Foi demitido da universidade em que lecionava, sendo impedido de sair da Inglaterra para os Estados Unidos, onde lhe foi oferecido um lugar na Universidade de Harvard. Em 1918, em consequência da publicação de um artigo em favor da paz, foi encarcerado durante seis meses. Vem dessa época a fama que conquistou. Russell, entretanto, idealista em filosofia, foi tomando, com o correr dos anos, posições cada vez obscurantistas e retrógradas em política, até atingir o atual estágio de composição: hoje, mascarando suas idéias com uma fraseologia complicada, cintilante de palavras como «socialismo», «democracia» e «liberdade», Bertrand Russell não passa de um dos ideólogos do império mundial americano, portanto, um partidário da «guerra preventiva» contra a União Soviética. Por isto é a favor da bomba atômica e preconiza seu emprego contra populações pacíficas.

E Faulkner? Esse novelista americano grangeou fama depois de muita luta contra a ditadura financeira dos editores americanos. Depois da publicação de «Santuário» em 1931, Faulkner tornou-se conhecido como escritor progressista, até que, neste após guerra, começou a escrever obras de cunho marcadamente reacionário inclusive de justificação da odiosa e bárbara perseguição aos negros no sul dos Estados Unidos.

Vê-se, portanto, que, de certa forma, os «Prêmios Nobel» de literatura, conferidos em 1949 e 1950, são a recompensa a dois homens que, havendo durante certa época marchado com as forças do progresso, se encontram hoje no campo oposto: o campo dos exploradores e opressores da humanidade.

Que valem, no entanto, os milhares de coroas suecas distribuídas pela Fundação Nobel, diante do aviltamento da condição de escritor? Russell e Faulkner recebem o prêmio da traição. Por isso mesmo, toda a humanidade progressista vota-lhes ódio e desprezo. O saber e o talento só têm

valor quando postos a serviço da libertação do homem.

A traição dos Russell e Faulkner nada representa, comparada com o número crescente dos escritores e sábios que marcham na vanguarda da humanidade, e ajudam o homem a libertar-se das cadeias da tirania e da opressão, da escravidão e da ignorância.

MUSEUS DE ARTE NA LUTA IDEOLÓGICA

Foi firmado entre o Museu de Arte Moderna de São Paulo e o «Museum of Modern Art» de Nova York um acordo para o intercâmbio de obras de arte. De um lado, assina o magnata Francisco Matarazzo Sobrinho e, do outro, o magnata ianque da Standard Oil, Mr. Nelson Rockefeller.

O objetivo declarado é a troca de publicações, filmes educativos e artísticos, exposições de pinturas e outras obras de arte.

Muito bonito. Isso do acordo ser redigido em inglês e não trazer a data em que foi assinado não tem a menor importância. Mr. Rockefeller é um gentleman e, afinal, para um «snob» cauteloso como o Sr. Matarazzo, seria imperdoável gaffe levantar qualquer dúvida sobre a honestidade do cavalheiresco e poderoso senhor do petróleo.

Mas que espécie de intercâmbio vai ser esse? Difícil de dizer. Mas, de qualquer forma, pode-se adiantar que está em foco mais um negócio em que os experts ianques são mestres. Em matéria de filmes, por exemplo, é muito pouco ou nada que o Museu do filho do velho «conde» pode fornecer ao seu colega lá de Nova York. O mesmo pode-se dizer de livros e pinturas. Isso porque é evidente que o que há de mais poderoso e expressivo nas manifestações artísticas de nosso povo não vai ser levado em consideração. Será que as obras de Jorge Amado e Portinari entrarão no intercâmbio? E de lá o que poderá vir? Pouquíssima coisa. A arte sufoca-se em países cujos proprietários não suportam sequer as pombas de Picasso e onde a voz grandiosa da Paul Robeson só pode ressoar através das grades.

Mas em compensação, em quantidade, será um verdadeiro bombardeio. Filmes e mais filmes, livros, quadros, baixarão em escala maciça para o Museu do Sr. Matarazzo, tudo fazendo propaganda do «estilo de vida americano...».

É aqui que se encontra a explicação do acôrdo. Se fôsse em 1937, estaria redigido em italiano e seria firmado em Roma. Mortos, porém, Hitler e Mussolini, só resta agora aos Matarazzi voltarem-se para os Estados Unidos.

Um acôrdo entre dois senhores (um da metrópole e outro da colônia) que serve bem aos interesses da propaganda dos que pretendem a submissão total de nosso país aos trustes que, na agonia, procuram mobilizar a arte para a guerra de agressão aos povos que se libertam.

Mas enganam-se esses senhores. A arte não serve aos fins de destruição e, mesmo quando encarcerada, fala em liberdade como a voz poderosa de Paul Robeson, através das grades da prisão. ..

escritor, onde os problemas básicos estão ainda à espera de uma solução radical, onde a cultura é uma cócega de falsas elites!

Não, amigos. Isto não é possível. Mas se eles quiserem colocar também o problema da qualidade humana e artística que cada uma das correntes em choque representa, aí também podemos aceitar e vencer o debate. Não, evidentemente, no terreno das abstrações metafísicas; mas no cáldo contacto com a realidade viva do nosso tempo e do nosso povo. Os melhores sempre serão aqueles que favorecem a germinação do que é novo os que captam no caos informe os elementos do que há de vir, e não somente interpretam a realidade como lutam por transformá-la em benefício do homem. Sempre será a mais alta criação do espírito aquela que ajuda o esforço do homem na sua libertação. Não há outra noção válida de grandeza e de qualidade. E que vemos no campo contrário? Cada vez mais o refúgio na aparência ilusória das formas, o culto do *metier* pelo *metier*, da arte pela arte, o decadentismo, a auto-suficiência, a brincadeira cínica ou o labor minúsculo e inconsequente. É a tendência natural dos que servem à causa do velho e se desligam das fontes palpitantes do progresso humano.

Preferimos ficar do lado da vida.

Mas tudo isso não teria tanta importância se a divisão profunda que se deu no campo da cultura, como nos demais, não refletisse o dilema patético dos nossos dias: a paz ou a guerra, a independência ou a colonização total, a liberdade ou o terror fascista. Antes de mais nada, o dilema da paz ou da guerra. Os intelectuais, queiram ou não, tomam partido. Não há terceiro caminho. E já nos vem agora do outro lado do mundo a advertência sangrenta, daquele país que Eça de Queirós descrevia enternecido como "um nome risonho, luminoso e fresco, e Reino da Serenidade Matutina."

Esse reino chama-se hoje, simplesmente, Coreia, e é uma república do povo que os aventureiros da agressão escolheram para presa. Vemos num jornal a fotografia de ruínas fumegantes — como em Guernica e Rotterdam, em Lódice e Varsóvia — com a legenda sádica: "Aqui foi uma cidade."

Para as mulheres e crianças que morreram soterradas e esfaqueadas nesse bombardeio selvagem não há lendas, nem lágrimas, nem nunca mais serenidade matutina. Mas diante do crime bárbaro, como não sentir que cresce sobre todos nós um perigo enorme, e que é preciso lutar para afastá-lo? A devastação das cidades coreanas é apenas a amostra do que seria uma guerra atômica a alastrar-se pelo mundo.

Preferimos ficar com o partido da paz, que é também o da cultura. Se alguns acham perigosa a jornada, que importa? Os que ficam terão por si a força acrescida e invencível da confiança na justiça da sua causa, a solidariedade de milhões de criaturas que amam a vida, o impulso da história em marcha, a luz da consciência humana."

A A.B.D.E. E A LUTA DOS ESCRITORES

Na solenidade de posse da diretoria da secção de S. Paulo da Associação Brasileira de Escritores, realizada no auditorio da Biblioteca Municipal, foram proferidas varias orações, alem da interessante conferencia de Alvaro Moreyra. Dentre esses discursos, destacamos as palavras proferidas pelo intelectual Moacir Werneck de Castro que reproduzimos a seguir pela oportunidade de seus conceitos diante da luta dos escritores pela sua associação.

"Esta nossa visita aos amigos de São Paulo, aos nossos companheiros da ABDE verdadeira, tinha necessariamente que ser feita assim, de portas abertas e diante do povo, para que juntos pudéssemos confrontar os nossos sentimentos, a consciência que temos dos nossos deveres, a justeza de nossa conduta.

Não raro a preocupação renovadora formal de intelectuais e artistas se tem traduzido em desdém pelo público e encontrado na via popular a maior consagração estética e os louros de um heroísmo barato. Essa volúpia da glória negativa caracteriza um orgulho de casta que não se pode mais admitir. Como também já é impossível aceitar a falsa noção da qualidade artística e intelectual à maneira de um luxo de cúpula, equilibrando-se sobre o abismo de miséria, de ignorância de analfabetismo e doença em que afundam as grandes massas da população brasileira.

Esses velhos preconceitos de casta voltam-se hoje ferozmente contra os que souberam romper com as aparências, as mistificações, os faz-de-conta de uma cultura para as elites dos «donos da vida.» Estariamos sacrificando, ao que consta, os supremos interesses do espírito em benefício de mesquinharias realidades materiais, como esse do aniquilamento físico do nosso povo pela fome. Em vez de valorizar e curvar-nos ante os medalhões e mandarins da cultura dominante, cometeríamos o crime de subverter os valores e exigir de todos um compromisso igual, de nivelar as altas cogitações e angústias de um ente raro com as angústias e cogitações miseráveis de um pé-rapado que não possui a plenitude de sua condição humana. Seríamos parciais, seríamos políticos.

Sim, é verdade. Já se falou que, a política principia onde entra em jogo o destino de milhões de pessoas. Neste sentido somos políticos. E a nossa parcialidade irreductível começa onde o destino de milhões de pessoas se vê

ameaçado pela colonização e pela guerra, pelo extermínio atômico. Somos resolutamente contra os responsáveis por essa empresa, por esse rendoso negócio de escravização e morte.

De onde o rancor, a hostilidade a uma tomada de posição que afinal não é nova, que foi a das mais sensíveis consciências da humanidade da humanidade em todos os tempos? É que o aristocratism da qualidade literária, do refinamento estético, tem na vida social de nossa época uma função marcada, como fator de confusão intelectual a serviço da decadência e da opressão. O chamado aristocrata do espírito é hoje um militante como outro qualquer do atraso cultural, um gendarme especializado, especialista na arma dos venenos sutis; é ele proprio um político da pior politicagem. Enfim, um policia-especial das coisas do espírito.

Tomemos o exemplo da nossa ABDE, que atravessou a mesma crise em todo o país e dela saiu definitivamente vitoriosa e fortalecida no Congresso da Bahia. Afora as questões orgânicas, estatutárias ou até jurídicas, em que temos feito e havemos de fazer prevalecer tôdas as nossas razões, qual é o problema de fundo que se coloca? É, em suma, o de uma concepção aristocrática e semifeudal contra uma concepção democrática e popular da cultura. Que esse conflito tome no Brasil uma forma tão aguda é sem dúvida sintomático, mas chega a ser também ao mesmo tempo engraçado e doloroso. Dizia Pablo Neruda que treme de raiva quando vê um rapazinho asteca, um poetinha anêmico da Guatemala ou do Peru ajoelhado em êxtase diante de Valéry ou de Kafka, quando em torno dele há um mundo a construir. Pois aqui a situação é semelhante. O mal que a crise da ABDE refletia é o mesmo. Os aristocratas, os semifeudais querem uma ABDE onde se reúnem os adoradores de ídolos da decadência, num cenáculo fechado, inacessível aos clamores da rua, aos poderosos ventos que sopram do mundo e varrem impiedosamente os espantalhos de uma ordem caduca. Querem uma ABDE exclusiva como um clube inglês, fechada aos jovens, uma ABDE surda-muda, uma capela de sombras, uma coisa monstruosa e parada, uma associação de eunucos.

E dizer que isto acontece num país como o nosso, onde nem sequer existem as condições primárias para o exercício independente da profissão de

musica

A MÚSICA DEGENERADA E A CULTURA MUSICAL BRASILEIRA

CARTA ABERTA DO MAESTRO
CAMARGO GUARNIERI

O maestro e compositor brasileiro M. Camargo Guarnieri, autor de inúmeras peças de renome internacional, divulgou recentemente uma «Carta-Aberta» aos músicos e críticos do Brasil, denunciando as diversas correntes, especialmente o dodecafonismo, que vêm estendendo a sua ação corruptora contra o patrimônio artístico nacional, num sentido nítido de conduzir a nossa música para o terreno estéril do formalismo vazio, pernóstico e anticultural.

É assunto de relevante importância, e por este motivo reproduzimos aqui na íntegra este documento, para conhecimento dos nossos leitores. A iniciativa do maestro Camargo Guarnieri é louvável, como tomada de posição em defesa de nossa melhor música, se bem que a sua «Carta-Aberta» apresente pontos sujeitos a reparos e mais claras formulações, especialmente quando o missivista não esclarece de onde parte e a quem interessa a propagação dessa arte decadente, causadora de desorientação e pessimismo, para desservir o povo nas suas lutas por uma cultura de vanguarda. Nós acrescentamos então que essa arte deformadora e degenerada está a serviço da burguesia reacionária e do imperialismo americano que, por todos os modos, procuram amolecer o ânimo de luta libertadora de todos os povos, inclusive o povo brasileiro.

Em todo caso, é o seguinte o texto da «Carta-Aberta» do maestro Camargo Guarnieri:

«Considerando as minhas grandes responsabilidades, como compositor brasileiro, diante de meu povo e das novas gerações de criadores na arte musical, e profundamente preocupado com a orientação atual da música dos jovens compositores que, influenciados por idéias errôneas, se filiam ao Dodecafonismo — corrente formalista que leva à degenerescência do caráter nacional de nossa música — tomei a resolução de escrever esta carta-aberta aos músicos e críticos do Brasil.

Através deste documento, quero, alertá-los sobre os enormes perigos que, neste momento, ameaçam profundamente toda a cultura musical brasileira, a que estamos estreitamente vinculados.

Esses perigos provêm do fato de muitos dos nossos jovens compositores, por inadvertência ou ignorância, estarem deixando-se seduzir por falsas teorias progressistas da música, orientando a sua obra nascente num sentido contrário ao dos verdadeiros interesses da música brasileira.

Introduzido no Brasil há poucos anos, por elementos oriundos de países onde se empobrece o folclore musical, o Dodecafonismo encontrou aqui ardorosa acolhida por parte de alguns espíritos desprevenidos.

A sombra de seu maléfico prestígio se abrigaram alguns compositores moços de valor e grande talento, como Cláudio Santoro e Guerra Peixe que, felizmente após seguirem essa orientação errada, puderam libertar-se dela e retomar o caminho da música baseada no estudo e no aproveitamento artístico-científico do nosso folclore. Outros jovens compositores, entretanto, ainda, dominados pela corrente dodecafonista (que desgraçadamente recebe o apoio e a simpatia de muitas pessoas desorientadas), estão sufocando o seu talento, perdendo contacto com a realidade e a cultura brasileiras, e criando uma música cerebral e falaciosa, inteiramente divorciada de nossas características nacionais.

Diante dessa situação que tende a se a-

gravar dia a dia, comprometendo basilamente o destino de nossa música, é tempo de erguer um grito de alerta para deter a nefasta infiltração formalista e antibrasileira que, recebida com tolerância e complacência hoje, virá trazer, no futuro, graves e insanáveis prejuízos ao desenvolvimento da música nacional do Brasil.

É preciso que se diga a esses jovens compositores que o Dodecafonismo, em Música, corresponde ao Abstracionismo, em Pintura; ao Hermetismo, em Literatura; ao Existencialismo, em Filosofia; ao Charlatanismo, em Ciência.

Assim, pois, o dodecafonismo (como aqueles e outros contrabandos que estamos importando e assimilando servilmente) é uma expressão característica de uma política de degenerescência cultural, um ramo adventício da figueira - brava do Cosmopolitismo que nos ameaça com suas sombras deformantes e tem por objetivo oculto um lento e pernicioso trabalho de destruição do nosso caráter nacional.

O dodecafonismo é assim, de um ponto de vista geral, produto de culturas superadas, que se decompõem de maneira inevitável; é um artifício cerebralista, antinacional, antipopular, levado ao extremo; é química, é arquitetura, é matemática da música — é tudo o que quiserem — mas não é música! É um requinte de inteligências saturadas, de almas secas, descrentes, da vida, é um vício de semimortos, um refúgio de compositores medíocres, de seres sem pátria, incapazes de compreender, de sentir, de amar e revelar tudo o que há de novo, dinâmico e saudável no espírito de nosso povo.

Que essa pretensa música encontre adeptos no seio de civilizações e culturas decadentes, onde se exaurem as fontes originais do folclore (como é o caso de alguns países da Europa); que essa tendência deformadora deite as suas raízes envenenadas no solo cansado de sociedades em decomposição, vá lá! Mas que não encontre acolhida aqui, na América nativa e especialmente em nosso Brasil, onde um povo novo e rico de poder criador tem todo um grandioso porvir nacional a construir com suas próprias mãos! Importar e tentar adaptar no Brasil essa caricatura de música, esse método de contorcionismo cerebral antiartístico, que nada tem de comum com as características específicas de nosso temperamento nacional, e que se destina apenas a nutrir o gosto pervertido de pequenas elites de requintados e paranoicos, reputo um crime de lesa-Pátria! Isso constitui, além do mais, uma afronta à capacidade criadora, ao patriotismo e à inteligência dos músicos brasileiros.

O nosso País possui um folclore musical dos mais ricos do mundo quase que totalmente ignorado por muitos compositores brasileiros que, inexplicavelmente, preferem carbonizar o cérebro para produzir música segundo os princípios aparentemente inovadores de uma estética esdrúxula e falsa.

Como macacos, como imitadores vulgares, como criaturas sem princípios, preferem importar e copiar nocivas novidades estrangeiras, simulando, assim, que são «originais», «modernos» e «avançados», e esquecem, deliberada e criminosamente que, temos todo um amazonas de música folclórica — expressão viva do nosso caráter nacional — à espera de que venham também estudá-lo e divulgá-lo para engrandecimento da cultura brasileira. Eles não sabem ou fingem não saber que somente representaremos um autêntico valor, no conjunto dos valores internacionais, na medida em que soubermos preservar e aperfeiçoar os traços fundamentais de nossa fisionomia nacional, em todos os sentidos.

Os nossos compositores dodecafonistas adotam e defendem essa tendência formalista e degenerada de música porque não se deram ao cuidado elementar de estudar os tesouros da herança clássica, o desenvolvimento autônomo da música brasileira e suas raízes populares e folclóricas. Eles, certamente, não leram estas sábias

palavras de Glinka: — «... a música, cria-a o povo, e nós, os artistas, somente a arranjamos...» (que vale para nós também — e muito menos meditam nesta opinião do grande mestre Honegger sobre o dodecafonismo: «... as suas regras são por demais ingenuamente escolásticas. Permitem ao NÃO MÚSICO escrever a mesma música que escrevia um indivíduo altamente dotado...»)

Mas o que pretende afinal, essa corrente anti-artística que procura conquistar principalmente os nossos jovens músicos, deformando a sua obra nascente?

Pretende, aqui no Brasil, o mesmo que tem pretendido em quase todos os países do mundo: atribuir valor preponderante à Forma; despojar a música de seus elementos essenciais de comunicabilidade; arrancar-lhe o conteúdo emocional: isolar o músico (transformando-o num monstro de individualismo) e atingir o seu objetivo principal que é justificar uma música sem Pátria e inteiramente incompreensível para o povo.

Como todas as tendências de arte degenerada e decadente, o dodecafonismo, com suas facilidades, truques e receitas de fabricar música atemática, procura menosprezar o trabalho criador do artista. Instituinto a improvisação, o charlatanismo, a meia-ciência como substitutos da pesquisa, do talento, da cultura, do aproveitamento racional das experiências do passado, que são as bases para a realização da obra de arte verdadeira.

Desejando, absurdamente, pairar acima e além da influência de fatores de ordem social e histórica, tais como o meio, a tradição, os costumes e a herança clássica; pretendendo ignorar ou desprezar a índole do povo brasileiro e as condições particulares do seu desenvolvimento, o dodecafonismo procura, sorrateiramente, realizar a destruição das características especificamente nacionais da nossa música, disseminando entre os jovens a «teoria» da música de laboratório, criada apenas com o concurso de algumas regras especiosas, sem ligação com as fontes populares.

O nosso povo, entretanto, com aguda intuição e sabedoria, tem sabido desprezar essa falsificação e o arremêdo de música que consegue produzir. Para tentar explicar a sua nenhuma aceitação por parte do público, alegam alguns dos mais fervorosos adeptos que «o nosso País é muito atrasado»: que estão «escrevendo música para o futuro» ou que «o dodecafonismo não é ainda compreendido pelo povo porque a sua obra não é suficientemente divulgada...»

É necessário que se diga, de uma vez por todas, que tudo isso não passa de desculpa dos que pretendem ocultar aos nossos olhos os motivos mais profundos daquele divórcio.

Afirmo sem medo de errar, que o dodecafonismo jamais será compreendido pelo grande público porque ele é essencialmente cerebral, antipopular, antinacional e não tem nenhuma afinidade com a alma do povo.

Muita coisa ainda precisaria ser dita a respeito do Dodecafonismo e do pernicioso trabalho que seus adeptos vêm desenvolvendo no Brasil, mas urge terminar esta carta que já se torna longa demais.

E ela não estaria concluída, se eu não me permitissem publicamente perante o povo brasileiro por ter demorado tanto em publicá-la. Esperei que se criassem condições mais favoráveis para um pronunciamento coletivo dos responsáveis pela nossa música a respeito desse importante problema que envolve intenções bem mais graves do que, superficialmente, se imagina. Essas condições não se criaram e o que se nota é um silêncio constrangido e comprometedor. Pessoalmente acho que o nosso silêncio, neste momento, é conivência com a contrafação dodecafonista. É esse o motivo por que este documento tem um caráter tão pessoal.

Espero, entretanto, que os meus colegas compositores, intérpretes, regentes e criti-

cinema

CAIÇARA - NEGACÃO DO CINEMA BRASILEIRO

Nelson dos SANTOS

Muito se ocuparam os críticos de cinema da imprensa "sadia" com a primeira fita da Cia. Vera Cruz. Havia, de fato antes, do lançamento de *Caiçara*, enorme expectativa devida à propaganda reforçada inteligentemente. Não faltavam para tanto bons argumentos: a presença de Cavalcanti, famoso cineasta; o capital e capitalistas interessados na empresa e, principalmente, o próprio filme que, desde o título, prenunciava ser satisfatoriamente brasileiro.

E *Caiçara* foi lançado com muito alarde em 14 casas de espetáculos de São Paulo. As crônicas, surgidas na ocasião, longas e em série, tomaram até tom de debate. Uns críticos, ligados por interesse ou amizade ao grupo de São Bernardo, teceram rasgados elogios ao filme, chegando mesmo, a considerá-lo acabada "obra-prima"; outros, hipersensíveis puristas da sétima arte, condenaram-no em nome do formalismo; enquanto que o restante, grande maioria, se limitou, apenas, a bater palmas pelo enfático "nascimento da indústria brasileira do cinema."

O assunto, entretanto, não foi esgotado; é preciso ainda encarar as questões suscitadas por *Caiçara* de um ponto de vista nacional e realista.

AINDA NÃO É BRASILEIRO

O filme que a Cia. Vera Cruz lançou nas telas de S. Paulo não é o cinema brasileiro que a sua propaganda procura fazer crer. É justo que o nosso povo espera ansiosamente pelo advento de uma produção cinematográfica nacional ligada ao que há de melhor em nossa cultura, a serviço da divulgação de nossos costumes e tradições que constituem rico manancial para a realização de autênticas obras de arte. Cinema brasileiro na verdade será aquele que reproduzir na tela a vida, as histórias, as lutas, as aspirações de nossa gente, do litoral ou do interior, no árduo esforço de marchar para o progresso, em meio a todo o atraso e a toda a exploração, impostos pelas forças da reação.

Cinema brasileiro será aquele que respeitar, ainda que falho inicialmente de técnica e de forma, a verdade e a realidade de nossa vida e de nossos hábitos, sem preocupação maliciosamente evidente de pôr em relevo costumes que não são nossos e cacoetes que nos estão sendo impingi-

dos pelas múltiplas manifestações desse cosmopolitismo desmoralizante que quer aprofundar entre nós a confusão, a perversão e o espírito de derrota. Cinema brasileiro será aquele que no curso das suas cenas e no desenrolar dos seus enredos mostrar os pontos altos (que são muitos) da riqueza material, moral e cultural que o nosso povo vem construindo dentro das mais adversas condições.

Caiçara é a negação de tudo isto. É um filme falso e humilhante, feito por quem não conhece e não quis ver a vida verdadeira desses bravos lutadores do litoral e que preferiu fazer sob um título sugestivo um amontoado de cenas de depravação, pornografia e depressão moral, cosidas através de um assunto corriqueiro de baixa literatura e no curso das quais o caboclo brasileiro, mesmo, só aparece para ser ou um tarado, ou um preguiçoso, ou um mexeriqueiro, ou um supersticioso, ao passo que é o japonês que se vê pegando o batente no duro, ou ainda é outro estrangeiro (por sinal o próprio Celi, da direção da Vera Cruz) que se inclui como um postigo no ambiente para dar o ar de dignidade no filme.

Pode-se ver que a fita da Vera Cruz serviu apenas de pretexto para uma incursão de granfinos das famílias Lage, Vergueiro, Matarazzo, etc., na arte cinematográfica, pretendendo para si a primazia na realização do cinema brasileiro. E para isto arranjaram um tema tirado falsa e superficialmente de um dos aspectos mais interessantes e dramáticos da vida do nosso povo, mostrando uma maldade e uma corrupção que os nossos caboclos litorâneos não têm. Nem se compreende também um romântico estúpido de brigas espetaculares tipo far-west metido na fita para dar-lhe um conteúdo de Gibi muito ao agrado dos senhores marshallizados.

FALSO REALISMO

É bem visível em *Caiçara* a preocupação de empregar os métodos do chamado "néo-realismo". A filmagem dos exteriores e a escolha de alguns intérpretes, por exemplo, foram uma tentativa para obedecer ao critério verista dos realizadores italianos.

Mas, se *Caiçara* procurou seguir a escola italiana no que diz respeito às lições de realização propriamente ditas, não aproveitou a mais positiva contribuição dessa escola: o conteúdo humano de suas figuras e das respectivas ações. É verdade que em suas seqüências transparece essa pretensão, no uso mecânico das fórmulas dos filmes italianos equivocadamente considerados realista. Humanizar, porém, as personagens, emprestar-lhes força e vigor, não basta apresentá-las em seu próprio meio, onde elas estabelecem na realidade suas relações de vida. O verdadeiro realismo não se acha somente na forma; está, antes de tudo, no assunto e no seu tratamento.

USO DO MAU GOSTO COM MAS INTENÇÕES

E a história de *Caiçara*, apesar do fingimento "neo-realista", muito se aproxima, pela sua falsidade, dos

padrões de Hollywood. Desprezando as relações de classes do litoral paulista, focaliza somente os aspectos "malditos" e depreciativos do pescador e do litorâneo em geral. São os vícios, as taras e a degenerescência humana os únicos detalhes "realistas" enxergados nos caiçaras. Dessa maneira, aparecem os brasileiros daquela região, não na faina da pesca, no trabalho dos engenhos ou nas jornadas das plantações de cana e banana; mas, aparecem como bebedores de pinga, vagabundos, indolentes e imorais. Além disso, seus costumes e festas, merecedores de todo o respeito, constituíram, na verdade, o recurso do curioso e do anedótico para alinhar o conteúdo-mestre de *Caiçara*: um caso de amor. Um velho caso de amor no estilo do triângulo, de personagens inútilmente reforçadas de "complexos" e taras segundo os últimos figurinos.

É, indubitavelmente, de característica e finalidades americanas um filme que procura desviar a atenção do espectador das contradições e da opressão em que vive um povo. Como tal, é um filme falso. Falso no sentido normal do termo: sem estrutura e sem nexos; e falso no sentido político, pois, aparentando apoliticismismo, visto de perto é mais um veículo para as ideologias e teses da classe dominante.

O CINEASTA E ARTHUR RANK — UNIVERSAL

Já se vê que Cavalcanti não vai conseguir fazer cinema nacional porque ele não dispõe de plena liberdade artística tanto que não conseguiu imprimir em *Caiçara* (primeiro trabalho no Brasil sob sua responsabilidade) um sentido progressista, de amor e compreensão pelos problemas do homem brasileiro, explorado e desamparado, ao invés de permitir tamanha ofensa ao nosso povo pela distorsão do verdadeiro sentido da vida e das lutas da população litorânea.

Cavalcanti tem a sua liberdade tolhida, porque sua posição está seriamente comprometida pela dominação do truste Universal Internacional, que agora amplia suas garras no Brasil por meio da Vera Cruz. A Vera Cruz tornou-se simplesmente um ramo brasileiro desse truste. Começou com capitais nativos, é verdade. Mas, suas atividades só puderam começar depois do "acôrdio" com a Universal. Antes disso, até energia elétrica e telefone não eram concedidos à Vera Cruz; depois, entretanto, apareceram como por milagre. As divisas, para importação de máquinas e aparelhos, tão escassamente distribuídas pelo Banco do Brasil, ficaram livremente à disposição da Vera Cruz, que efetuou suas transações com a indústria britânica de cinema, Gaumont-Kalke, sob o domínio de Arthur Rank.

Com essas imposições, conseguiu a Universal Internacional, truste anglo-americano, a distribuição, mesmo interna dos filmes da Vera Cruz. E, mais ainda, tem em suas mãos uma Hollywood brasileira que fabrica os argumentos de seu interesse, a baixo custo e na língua do país, o que os torna muito mais eficientes.

cos manifestem, agora, sinceramente, a sua autorizada opinião a propósito do assunto. Aqui fica, pois, o meu apelo patriótico.

São Paulo, 7 de novembro de 1950 — Camargo Guarnieri

Calçara representa, pois, o início do ciclo de um cinema brasileiro simplesmente como organização industrial e comercial. É um filme feito com todas as exigências técnicas satisfaitas (maquinárias, instalações, etc.) e cuja realização procurará atingir o nível médio mundial. Depois dele, a Cia. Vera Cruz lançará outros, já em preparação adiantada. Mas, podemos repetir com segurança que não é ainda o cinema brasileiro que nasce, isto é, o cinema como arte de características nacionais, feito com assuntos nossos e do interesse do nosso povo; um cinema que, como disse Jdanov para a literatura, "não está somente destinado a seguir o nível das necessidades do povo; muito mais; ele deve desenvolver seus gostos, elevar suas exigências, enriquecê-lo de idéias novas, levá-lo avante..."

Isto, é claro, só acontecerá quando os povos do mundo tiverem vencido a batalha da paz, que ora se trava, e quando o nosso povo tiver vencido a grande luta de libertação, barrando a dominação imperialista que também no cinema é hoje sufocante e tiver liquidado a característica perniciososa do formalismo e da degenerescência burguesa na arte.

Com as influências existentes na Cia. Vera Cruz e com a sua primeira amostra apresentada com Calçara, será bastante difícil que essa organização consiga ou esteja interessada em fazer cinema verdadeiramente brasileiro.

O DESENVOLVIMENTO DO CINEMA RURAL NA POLÔNIA

O cinema rural polonês, vai atingindo, dentro dos pontos principais do Plano Sexenal do cinema, um índice eloquente da projeção desse aspecto cultural num país que sofreu extremamente os horrores da última guerra. É o que nos revela Jacques Krier, em interessante artigo na revista francesa "Ecran Franpaise".

O CINEMA É PARA TODOS

Logo após a Libertação o Governo criou considerável rede de cinemas ambulantes. Não obstante o êxito da empresa, a essa modalidade de sessões sobrevieram múltiplos inconvenientes que induziram a empresa "Polski Film" a projetar dentro do citado Plano a instalação de três mil e trezentos cinemas rurais fixos.

Existem na Polônia 3.052 comunas com menos de cinco mil habitantes.

Prevê-se a instalação de 2.000 cinemas na "rede social", isto é, em clubes, centros culturais e a maioria situado no campo.

Não existindo no ano passado na mártir Varsóvia mais de 16 salas de espetáculo, é curioso notar que dentro de seis anos toda a Polônia terá uma das redes de cinemas mais densas do mundo.

A ORGANIZAÇÃO DO VERDADEIRO CINEMA DEMOCRÁTICO

É claro que semelhante projeto suscitou numerosos problemas cujas soluções já foram praticamente achadas. Assim é que servirão para as instalações de salas de sessões no campo: as cooperativas, as casas de cultu-

ra popular, as fazendas agrícolas do Estado e as prefeituras.

As empresas de Lodz fornecerão numerosos aparelhos sonoros de 16 milímetros, que projetarão películas em telas de longa distância. Já foram fabricados cerca de 300 aparelhos, objetivas, amplificadores e alto-falantes. Em Lodz foi instalado o primeiro centro de dobragem sonora.

Desde fevereiro último funcionam em Poznan e Wroclaw dois centros de estudos que instruem as primeiras equipes de técnicos.

Até o fim de 1950 serão instaladas cerca de 600 salas de sessões cinematográficas em zonas rurais.

OS PRINCÍPIOS DO CINEMA RURAL

Levam-se em consideração em cada província os seguintes pontos: existência de cooperativas de produção, as regiões ricas ou centros para onde afluem os habitantes da vizinhança. Dentro em breve qualquer aldeia por pequena que seja terá a sua sala de projeção.

A realização desse plano depende da colaboração dos Partidos Políticos e da União do Auxílio Mútuo Camponês.

A programação atual tem em vista o gosto do camponês despertado pelos cinemas ambulantes, bem como, o desenvolvimento dos métodos racionais na agricultura. Cada representação constará de um grande filme, um documentário de metragem média e um jornal de atualidades, que serão trocados mensalmente em lugar de semanalmente, como agora.

"A Associação de Difusão da Ciência" encarregar-se-á do documentário, com o intuito de ministrar ensinamentos aos camponeses, arrancando-os ao atraso imposto pelo antigo regime.

As sessões realizar-se-ão aos domingos, sábados e feriados. O preço normal das entradas será de Cr\$ 3,00 e o reduzido a que têm direito os sindicatos, os estudantes, os militares e a toda a população ativa, de Cr\$ 1,50.

O referido Plano deverá dentro do estabelecido não só fazer a independência cinematográfica da Polônia, mas também contribuir para o florescimento dessa arte.

OS FESTIVAIS DE CINEMA

Rodolfo NANI

Efetiva-se anualmente um balanço cinematográfico mundial por meio de festivais, onde se reúnem os realizadores com suas respectivas obras, para serem julgadas perante comissões que lhes conferem diversos prêmios de melhor direção, fotografia, argumento, interpretação e outros.

Algumas dessas reuniões anuais se realizam com senso realmente construtivo. Outras, porém, desde o local escolhido, como Cannes, estação balneária para milionários, até o programa de filmes exibidos entremeado de festas rutilantes, com a participação das mais belas artistas, representam apenas propaganda e camuflagem para as baixas produções do mundo capitalista, baixas pela constante de crime, vício e deprava-

ção de seu conteúdo e por sua técnica de arte formal. Nesse festival a quantidade de prêmios é proporcional ao número de filmes apresentados por cada país. Consequentemente, Hollywood, como maior produtor (em quantidade), é também o maior detentor de prêmios. Diante dessa medida desonesta e arbitrária, países como a União Soviética e as Democracias Populares deixaram de apresentar seus filmes nos diversos festivais ocidentais.

Quando os filmes europeus trazem a mesma «mensagem» são também premiados, como o foi na Bienal de Veneza, o «Manon» de Clouzot, onde se vêem encarados problemas como o do «maquis», apresentado como símbolo de traição, covardia, e fraqueza, como um assassino, dominado por uma jovem prostituta colaboracionista. Teria Clouzot esquecido a tradição de luta da mulher francesa, e teria, também esquecido os 75.000 patriotas mortos heroicamente na Resistência? Nesse filme onde é abordada até a necrofilia, vemos a intenção nítida e marcante da desmoralização dos valores reais, intenção que visa deturpar e achincalhar aos olhos do povo tudo o que para ele deve ser e é motivo de glória e orgulho.

Como requinte desses já conhecidos festivais, foi criado ultimamente, em Biarritz, o Festival do Filme Maldito, onde podem ser apresentadas unicamente as realizações do gênero acima citado.

A chamada «nova escola realista italiana» fez com que se abrisse uma exceção num desses festivais, na Bélgica, premiando o filme «Ladrões de Bicicleta», onde o realizador italiano Vittorio De Sica tenta mostrar o problema do desempregado do pós-guerra num país desmantelado como a Itália, desenvolvendo magistralmente o filme num ritmo crescente de dramaticidade. Não estão, entretanto, aprofundados e encarados com realidade certos problemas sociais, colocando a figura central isolada, chegando a dar um caráter de aventura. Mas, sem dúvida, seu erro mais grave foi não apontar uma solução aos problemas apresentados, levando o filme ao mais amargo pessimismo.

Contrastando com a decadência generalizada desses festivais, realiza-se habitualmente na Tchecoslováquia, na cidade de Marianski — Lazsne e, este ano, em Karlovy-Vary, um festival onde são apresentadas as superproduções da União Soviética e os filmes das Democracias Populares, da Nova República Chinesa, da Coreia e, naturalmente, também da Europa e da América.

O grande prêmio deste ano foi dado ao filme soviético «A Queda de Berlim» do diretor Tchiauxeli, apresentado em duas partes, com mais de quatro horas de projeção. Esse grande painel cinematográfico, realizado na mais perfeita técnica de colorido, é um grande documento histórico, cuja harmonia de forma e conteúdo faz dele uma das grandes obras de arte do cinema.

Seu realizador falou nas «novas finalidades do cinema e expressou sua convicção da grande contribuição na luta pela paz, trazida por este festival». Deu inúmeros exemplos mostrando quanto «ilógicas são as teses da «arte pela arte», condenando todas as ma-

quinações especulativas e oportunistas em nome da arte.» Demonstrou que «os artistas soviéticos são ao mesmo tempo políticos, pelo fato de não existir uma arte apolítica.»

Apesar da destruição que sofreram alguns estúdios durante a guerra, a União Soviética tem aumentado de maneira surpreendente sua produção em quantidade e qualidade, atingindo o cinema em cores uma porcentagem de oitenta por cento e já existindo publicamente o cinema em relêvo. Destacamos «Mitchurin» de Dovjenco, que faz parte de uma série de filmes dedicados às vidas de grandes personalidades, como «Pávlov» de Rochal, «Zhukovski» (pioneiro da aviação russa), dirigido por Púdvkin e, em vias de realização, «Taras Chevchenko», o grande poeta russo.

Essas produções têm grandes finalidades educativas, visando sobretudo a difusão da cultura russa, que tem nesses exemplos os seus mais altos representantes, ao contrário gráficos à maneira de Hollywood, onde são esmiuçados todos os problemas íntimos das figuras por eles retratadas. Lá, esse cinema educativo tem realmente sentido imediato, pois, de cada filme são tiradas 1.500 cópias para serem distribuídas ao mesmo tempo por todo o país, onde atualmente funcionam regularmente 50.000 salas de espetáculo, cota essa que será acrescida de 50% no próximo ano, além do grande número de cinemas ambulantes espalhados por toda a União Soviética.

Outros prêmios foram dados como «Prêmio da Paz» ao cineasta soviético Kalatozov, realizador de um filme sobre as revoluções sociais nas atuais democracias populares. Outro realizador, também soviético, ganhou o «Prêmio do Trabalho» pelo seu filme musical «Os cossacos de Kuban». O prêmio «A luta pela Paz» foi dado ao filme chinês «Filhas da China» e o prêmio da «Luta pelo Progresso Social» à realização tchecoslovaca «Cidade de Aço». Um prêmio de honra foi conferido ao filme alemão «O Banquete dos Deuses». Vsolovod Gúdvkin ganhou o prêmio da melhor direção pelo seu filme «Zhukovski e os húngaros Szinetar e Bazco pelo melhor argumento «Seu Sucesso». Gabriel Figueroa, do México, teve o prêmio da melhor fotografia com «Pueblerina» e, finalmente, o prêmio do melhor desempenho dramático foi dado a artista chinesa Chih Lian-Sing no filme «Chao».

O diretor norte-americano Edward Dmytryk que está atualmente cumprindo a pena de um ano de prisão por «desonra ao Congresso» teve um prêmio de honra por seu filme «Give us This Day». O prêmio foi dado também por seu trabalho progressista e por sua bravura na luta contra a repressão aos direitos civis dos Estados Unidos.

Foram ainda apresentados os filmes «The Heiress» de William Wyler que teve o prêmio da Academia de Hollywood no último ano, e «Strange Victory» de Leo Hurwitz, onde se vêem claramente como a vitória na guerra mundial foi para os cidadãos americanos uma «estranha» vitória. Mostra como ficou desvanecida a alegria sentida por milhões de corações na primavera de 1945

dando lugar ao temor, desconfiança e confusão. O racismo de Hitler foi desfeito, e nos Estados Unidos, onde já havia clima mais democrático no regime de Roosevelt, com Truman esse racismo levanta novamente a cabeça mais impetuoso do que nunca. Milhares de crianças saem de seus berços para uma vida num mundo de felicidade, com nas da atual vida nos Estados Unidos grandes esperanças mas, nenhuma delas sabe o que as espera por causa da sua cor, da forma de seu nariz, ou da religião em que nasceram. Esse filme é uma alerta para todos os povos do mundo contra as lições do hitlerismo e a favor de um governo de verdadeira humanidade.

Ben Barzman delegado dos Estados Unidos falou sobre o quanto da vida americana os filmes de Hollywood retratam, mas, lembra que a maior parte dos americanos não são os gangsters e jogadores que estamos acostumados a ver nesses filmes. As grandes tradições americanas, o folclore e a luta do povo por um futuro melhor, ainda restam para ser filmados. Falando sobre «os dez de Hollywood» presos por «atividades anti-americanas», disse serem esses os verdadeiros representantes da América, e que ainda chegará o dia em que se poderá organizar em seu país um festival internacional do cinema progressista, quando a luta entre o progresso e a reação chegar a um fim vitorioso com as classes trabalhadoras.

* * *

Por iniciativa de Gorges Sadoul e Claude Jaeger, da França, Caulco Viazzi e Giuseppe Alessandri, da Itália, foi criado durante o Festival, uma Organização Internacional dos Cineastas Progressistas e uma Revista Internacional.

Uma resolução adotada pelos cineastas e críticos presentes diz que «a grande finalidade do cinema atual, deve ser para a luta pela verdade e progresso». Essa resolução toma forma de um apelo para os artistas de todo o mundo para uma «frente unida de lutas pela paz, por um novo homem e uma melhor espécie humana». Cada homem que se nega a levantar sua mão para votar pela paz, está silenciosamente votando pela guerra, e, conseqüentemente, pela sua própria destruição. Perguntamos por que Charles Chaplin guarda silêncio, por que, ele não vota pela paz? Por que grandes nomes como os de Lawrence Olivier, William Wyler, Lewis Milestone, Bette Davis, Vivien Leigh, Dudley Nichols, Orson Welles e tantos outros que em várias ocasiões juraram pelos princípios democráticos de seus povos, juraram lutar pela paz e pela felicidade de todos, também agora silenciam?

Chegamos a um momento decisivo. É impossível ficar em silêncio muito tempo. Não se pode brincar de esconde-esconde com a história. Se eles quiserem manter um nível artístico merecedor dos povos de suas nações, devem seguir o exemplo dos melhores artistas progressistas e apelar para seus milhões de espectadores para assinarem o Apelo de paz de Estocolmo.

revistas

ANHEMBI — Nova revista para a reação

Patrocinada pela Light, Cia. Telefônica, Cia. Ford, Sesi, Sesc, Associação Comercial, Industrias Matarazzo, Jockey Clube, Cia. City, por vários bancos e muitas companhias locais e estrangeiras, apareceu em S. Paulo a revista ANHEMBI, publicação metida a preciosa, de preço que está à altura somente da bolsa dos seus poderosos patrocinadores, e patrões, e que se propõe a ocupar um lugar de destaque na luta anticomunista e no trabalho de defesa de quantas campanhas capitulacionistas, reacionárias e de ajuda à dominação imperialista anglo-norte-americana em nossa Pátria, que existem nas páginas alugadas da imprensa venal.

Destina-se a nova publicação a ser «um símbolo de penetração cultural» no nosso país e nessa tarefa ela procura levar avante a divulgação do pensamento mais reacionário e antiprogressista que há no exterior, de par com uma saraivada de colaborações inteiramente inexpressivas de todos os expoentes do peleguismo intelectual que infestam estas terras.

A nova publicação, que se intitula enfaticamente de «revista digna», é o resultado do trabalho de proselitismo e de preparação de novos quadros para a reação, a que se dedicou ultimamente o criminoso de guerra, Giannino Carta, conhecido Virgílio Gaida de «O Estado de S. Paulo», de parceria com esse Sigman Rhee da cultura brasileira, o especioso e glostorado Paulo Duarte, miserável opressor de trabalhadores, que se especializou em fazer policialismo com nova técnica, — como aconteceu no ano passado, por ocasião da greve dos gráficos na oficina de «O Estado», oportunidade que aproveitou para chamar a polícia do Dops por meio de artigo de grande destaque na primeira página do cabuloso jornalão, policialismo que esse frustrado candidato a Leon Blum do Tietê repetiu agora na sua revista, chamando outra vez a polícia contra os dirigentes da seção de S. Paulo da Associação Brasileira de Escritores, a legítima, porque a falsa ABDE, dirigida por pelegos e policiais (profissionais e DEDOS-DUROS) foi desmascarada como um covil manobrado por um grupo de degenerados, renegados e serviçais da reação.

Está-se vendo que a preciosa ANHEMBI é mais um fruto da atividade do DIP norte-americano em nossa terra, que consegue, através do nome desses destribados sub-intelectuais, fazer as suas campanhas criminosas, como a da entrega da Hiléia Amazônica ao imperialismo anglo-americano, de exaltação do plano guerreiro dos facinorosos generais do «pentágono» de Washington e dos insaciáveis exploradores de Wall Street, de defesa da agressão e dos crimes de Mac Arthur na Coréia e de todas as iniciativas dos senhores da guerra em todas as partes.

É a revista do pensamento da reação fascista através da participação do lugartenente de Mussolini, arribado na imprensa dos magnatas paulistas: é o espelho dos interesses latifundiários, através da influência dos magnatas Levys, os Maldonados e outros senhores da gleba; é o porta-voz da ação imperialista, pela defesa descarada dos seus interesses e campanhas entreguistas do nosso país; é a atividade policial mascarada de um falso «socialismo» que procura dar o melhor serviço aos homens dos lucros extraordinários e da «paz social» que esfomeiam os trabalhadores. Tudo isto é ANHEMBI, que vai cumprir seu triste papel, mas o cumprirá sem máscara, porque os seus trabalhos nefastos serão alvo do permanente desmascaramento de parte de todos que lutam pela cultura de vanguarda, a serviço do povo.

DEZ MIL CRUZEIROS PARA O MELHOR CONTO CONTRA A BOMBA ATÔMICA



FUNDAMENTOS, no intuito de incentivar a luta pela interdição das armas atômicas e levando em conta que o **APÊLO DE ESTOCOLMO** constitui a mais alta expressão dessa campanha humanitária, resolveu em resposta àquele histórico documento, instituir o presente concurso **PRÓ APÊLO DE ESTOCOLMO**, cujo prêmio único leva o nome do grande escritor que fundou esta revista.



REMETAM DE NOVO OUTRAS COPIAS DE SEUS CONTOS PARA PARTICIPAÇÃO NO GRANDE CONCURSO DE FUNDAMENTOS

**Prorrogado o prazo para os concorrentes até o dia
28 DE FEVEREIRO DE 1951**



A invasão policial verificada no dia 28 de Setembro último na redação de **FUNDAMENTOS** e a que já nos referimos em nota publicada em outro local desta revista, causou sérios contratempos no encerramento do nosso Grande Concurso de Contos, porque os policiais de Ademar de Barros, dando bem o exemplo da sua ogerisa a toda manifestação de cultura do nosso povo, confiscaram os envelopes contendo cerca de 50 originais dos participantes no Concurso o que deu lugar a que esses trabalhos ficassem impedidos de ser considerados para a classificação do prêmio.

Por este motivo, fomos forçados a prorrogar o prazo do Concurso, para encerramento no dia 28 de Fevereiro de 1951, quando serão considerados os trabalhos que estiverem em nosso poder, de conformidade com as condições já estabelecidas.

Solicitamos a todos os escritores que remeteram seus trabalhos antes daquele mencionado e fatídico dia 28 de Setembro, que o façam novamente, ou seja, remetam-nos novas cópias de seus contos, afim de que eles possam participar do resultado final do Concurso.



CONDIÇÕES GERAIS

- 1.o) Os contos destinados ao concurso poderão versar os mais variados temas, desde que estes, direto ou indiretamente, se liguem à luta pela paz e pela interdição das armas atômicas. A comissão julgadora fará entrar em concurso qualquer trabalho que, em sentido amplo, esteja relacionado com a vida e a luta do nosso povo, no seu anseio de progresso e libertação, ainda que o mesmo não aborde temas direta e especificamente relacionados com as armas atômicas. Os participantes, dentro dessa orientação geral, terão a mais ampla liberdade, devendo apenas cuidar de tornar o seu trabalho uma contribuição efetiva à cruzada humanitária em que estão empenhados todos os povos do mundo.
- 2.o) Os originais devem ser datilografados em 3 vias, com dois espaços, e ser enviados à redação de **FUNDAMENTOS** — Rua Barão de Itapetininga, 275 — São Paulo — até 28 de fevereiro p. futuro. Não deverão ultrapassar 10 laudas, formato ofício.
- 3.o) Os trabalhos devem ser assinados com pseudônimo. Em envelope à parte fechado, que acompanhará os originais e só será aberto após o julgamento, o autor deverá fornecer o seu nome, o seu pseudônimo e o título do conto para identificação futura.
- 4.o) Este concurso está aberto não só aos escritores profissionais, como a toda e qualquer pessoa que a ele queira concorrer.
- 5.o) Será concedido um único prêmio de Cr.\$ 10.000,00 ao conto que obtiver a 1.a classificação.
- 6.o) Serão concedidas **MENCÕES HONROSAS** aos contos classificados em 2.o e 3.o lugar e os mesmos, publicados em **FUNDAMENTOS** com ilustrações.
- 7.o) **FUNDAMENTOS** terá o direito de publicar, sem qualquer pagamento, os contos que entrarem em concurso. Os originais não serão devolvidos.